



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO - ICHI
GEOGRAFIA – FURG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
LINHA DE PESQUISA ANÁLISE URBANO-REGIONAL

PERLA DUARTE DO COUTO

REVITALIZAÇÕES URBANAS EM ESPAÇOS PÚBLICOS: O
PORTO VELHO DA CIDADE DO RIO GRANDE/RS, TEMPOS E
FUNÇÕES DISTINTAS

Rio Grande

2014

AGRADECIMENTOS

A CAPES pelo incentivo fomento que possibilitou a dedicação exclusiva ao desenvolvimento da pesquisa.

A minha família, sempre presente em todos os momentos, bons e ruins, minha Mãe (Tereza), pai (Elbio), Fernanda (Irmã), Ale, Samuel, Maristela, enfim, a minha grande família que tanto me incentiva. Aos amigos Nela, Saimon que sempre me acompanham e que tenho grande afeto.

Aos meus colegas dessa jornada de dois anos que aprendemos e crescemos juntos tanto como profissionais e como seres humanos, os meus mais nobres cumprimentos; em especial aos professores e colegas que compõem o Núcleo de Análises urbanas - NAU: Adriana Lessa e Cledir Lopes que tanto me incentivaram, Ricardo Cunha pela nossa troca enriquecedora de experiências e todos demais colegas que só contribuem ao nosso desenvolvimento enquanto pessoa e profissional. A todos os demais que companheiros de geografia.

Ao meu orientador Professor Solismar pelas oportunidades, por acreditar no meu potencial, pela paciência durante todos os anos de trabalho. Agradeço sua imensa contribuição na minha formação.

Aos amigos de toda vida e de todas as horas, impossível nesse momento citar a todos.

O Homem habita
como um poeta
(Friedrich Hölderlin)

PERLA DUARTE DO COUTO

**REVITALIZAÇÕES URBANAS EM ESPAÇOS PÚBLICOS: O
PORTO VELHO DA CIDADE DO RIO GRANDE/RS, TEMPOS E
FUNÇÕES DISTINTAS**

Dissertação apresentada ao do Instituto de Ciências
Humanas e da Informação – ICHI da Universidade
Federal do Rio Grande - FURG para obtenção do
título de mestre em Geografia.

Área de concentração: Geografia das áreas costeiras
e processos relacionados

Orientador: Prof. Dr. Solismar Fraga Martins

Comissão examinadora:

Prof. Dr. Solismar Fraga Martins

Prof. Dr. Tania Marques Strohaecker

Prof. Dr. Luis Henrique Torres

Prof. Dr. Sidney Vieira

Rio Grande 2014

PERLA DUARTE DO COUTO

**REVITALIZAÇÕES URBANAS EM ESPAÇOS PÚBLICOS: O
PORTO VELHO DA CIDADE DO RIO GRANDE/RS, TEMPOS E
FUNÇÕES DISTINTAS**

Dissertação apresentada ao Instituto de ciências Humanas e da informação – ICHI da universidade Federal do Rio grande - FURG na área de Geografia urbana (revitalização urbana) como requisito à obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Solismar Fraga Martins

Rio Grande 2014

ÍNDICE:

1 Introdução	14
2 Referencial teórico	23
2.1 Friches urbanas	25
2.2 Revitalização urbana	30
2.3 Gentrificação	33
2.4 Do espaço público.....	41
2.5 Quadro esquema dos principais conceitos contidos nos processos de revitalizações urbanas.	46
2.6 Metodologia.....	47
3. O planejamento diante das revitalizações e as políticas no espaço público.....	54
4. Transformações espaciais na perspectiva da revitalização sob a ótica das políticas administrativas	66
5. O porto como interface no processo urbano de formação socioespacial na perspectiva histórica a contemporaneidade.....	81
5.1 Rincão da cebola (setor oeste)	90
5.2 Centro histórico (setor central)	106
5.3 Armazéns do porto velho (setor leste)	131
6. Considerações finais	140
7. Referências bibliográficas	143

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Representação e delimitação da área em estudo -Porto Velho- sua abrangência nos três setores com destaque a 1º fase "Rincão da Cebola".....	17
Figura 2 Ausência de função da área de estudos.....	28
Figura 3 Imagem de algumas Friches industrielles no entorno da revitalização do Porto velho.....	28
Figura4 Empreendimento no entorno da revitalização do Porto velho.....	33
Figura 5 Planta da obra de revitalização dos três setores do Porto Velho da cidade do Rio Grande.....	56
Figura 6 Demonstração da subutilização da localidade Rincão da cebola como estacionamento de ônibus da empresa privada que realiza o transporte público na cidade.....	59
Figura 7 Imagem aérea representativa do potencial turístico da cidade do Rio Grande/RS.....	69
Figura 8 Imagem do projeto do projeto arquitetônico de autoria da equipe do arquiteto Raul Macadar representando o "complexo Rincão da cebola" (setor oeste)	72
Figura 9 Prédio revitalizado que abriga o CCMAR com o início das obras no setor oeste.....	73
Figura10 Algumas edificações representativas de indústrias de pescado.....	74
Figura11 Representação dos três setores (oeste, central e leste).....	76
Figura12 representação da localização dos três setores: oeste, central e leste.....	77
Figura 13 Embarcações pesqueiras ancoradas no cais do porto velho nas proximidades do mercado público.....	82

Figura 14 Fluxo de pessoas e comércio do pescado na doca do mercado público. Pequenas embarcações que algumas fazem a travessia para Ilha dos Marinheiros.....	83
Figura 15 Relações socioespaciais na área setor central da obra de revitalização: a esquerda a hidroviária; a direita interior do Mercado Público em uma fração do cotidiano.....	84
Figura 16 Posto de informações turísticas a esquerda no entorno do prédio do CCMAR.....	86
Figura 17 Atracadouro setor leste junto ao CCMAR.....	87
Figura 18 construção do cais no setor oeste (início das obras no Rincão da cebola).....	89
Figura 19 "comunicação visual": localização da implementação de parte da infraestrutura do projeto.....	98
Figura 20 Imagens da área em processo de revitalização: em pleno centro, área com aspectos de abandono (à esquerda); condições do local contrastam com a beleza do estuário da Lagoa dos Patos (à direita).....	96
Figura 21 Representação do zoneamento da cidade do Rio Grande/RS na área de abrangência do projeto de revitalização no Porto velho (setor oeste).....	98
Figura 22 Área que abrange entorno do setor oeste da revitalização: conflito na diversidade de usos.....	99
Figura 23 Representa a diversidade de usos no local: a esquerda o Hotel Swan e a CEE; no centro as antigas indústrias de pescado (<i>friches</i>) e ao lado o HU; a direita o CCmar e parte da obra de revitalização.....	100
Figura 24 Descaso de implantação de estruturas básicas como as lixeiras: lixo encontrado no cais do porto velho e a falta de segurança de contenções entre o cais e a água.....	100
Figura 25 Área subutilizada, do ponto de vista público coletivo, pela empresa de habilitação de condutores de veículos.....	104

Figura 26 Representação da localização do centro histórico onde o setor central está inserido.....	106
Figura 27 Representação da estrutura vetada pelo IPHAN/ IPHAE	109
Figura 28 Vista aérea do cais e sua relação com a cidade.....	113
Figura 29 Prédio da alfândega tombado como patrimônio Histórico Nacional fundação datada dos anos de 1804, hoje abriga serviço público da Receita Federal.....	114
Figura 30 imagem do mercado público, docas; ao fundo do mercado possível observar o prédio da câmara do comércio da cidade do Rio Grande.....	115
Figura 31 Estacionamento de carros no largo entre o Mercado e o cais.....	122
Figura 32 Área que compreende o Mercado, Clube do Comércio, estação hidroviária e o Posto de combustível.....	123
Figura 33 Reunião na Câmara tratou da regularização, controle e cobrança de inadimplência dos chalés do Mercado.....	124
Figura 34 No prédio há suposta restauração na fachada externa que pode ser constatada em trabalho de campo e por meio de registros fotográficos.....	124
Figura 35 Registro do início da restauração da fachada do Mercado Público.....	124
Figura 36 Detalhes da restauração da fachada do Mercado Público.....	125
Figura 37 Interior do Mercado Público.....	126
Figura 38 representação da área onde o setor leste está inserido frente o planejamento urbano da Prefeitura Municipal do Rio Grande.....	130
Figura 39 Vista aérea, em 1º plano dos armazéns do Porto velho.....	131
Figura 40 Imagens da Festa do Mar.....	133

Figura 41 Museu náutico nas dependências dos armazéns do Porto velho.....	135
--	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.....	46
Quadro 2.....	93
Quadro3.....	116
Quadro4.....	133

LISTA DE ABREVIATURAS

CCMAR - Centro de Convívio meninos do Mar

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPHAE - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado

SMCP- Secretaria Municipal de coordenação e Planejamento
REVAP - Revitalização de Áreas Portuárias

HU - Hospital Universitário

FURG - Universidade Federal do Rio Grande

CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica

AF - Área funcional

BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

RESUMO

Processos de revitalização urbana são frequentes em diversas cidades do mundo, devido a espaços não utilizados, herdados de diferentes tempos e espacialidades. Estudos voltados ao tema se mostram significativos e imprescindíveis na contemporaneidade, devido ao número de casos recorrentes pelo mundo. São diversos os casos de revitalização em solo urbano, tais como: praças, antigas fábricas, os quais configuram friches urbanas. Dentre eles, o presente trabalho detém-se na área portuária denominada Porto Velho, na cidade do Rio Grande/RS, o qual se localiza junto ao centro histórico da cidade e é dotado de belezas naturais atribuídas aos corpos hídricos que o circundam e lhe conferem atributos paisagísticos. Na atual conjuntura, o Porto Velho da cidade passa por um processo de refuncionalização e reestruturação: a revitalização, em que o espaço público passa de um entreposto comercial para uma nova função em solo urbano. Para tanto, o presente estudo visa discutir conceitos fundamentais voltados à revitalização urbana: vazios urbanos (friches urbanas) e seus usos e apropriações, gentrificação, espaço público, todos pertinentes ao tema bem como ao processo de revitalização e suas implicações, a partir do estudo de caso no Porto Velho, na cidade do Rio Grande/RS.

Palavras chave: vazio urbano. revitalização urbana. espaço público.

ABSTRACT

Urban revitalization processes are common in many cities of the world, due to unused spaces inherited from different times and spatiality. Studies related to the topic appear significant and indispensable nowadays, due to the number of recurrent cases worldwide. There are several cases of revitalization in urban land, such as parks, old factories, which constitute urban friches. Among them, this paper focuses on the port area called Porto Velho, in the city of Rio Grande / RS, which is located near the historic city center and is endowed with natural beauty attributed to water bodies that surround it and give it landscape features. At this juncture, the Old Port city goes through a process of restructuring and refunctionalisation: revitalizing, where public space becomes a commercial hub for a new role in urban land. Thus, the present study aims to discuss focused on urban revitalization fundamental concepts: urban voids (urban friches) and its uses and appropriations, gentrification, public space, all related to the theme as well as the revitalization process and its implications from the study the case in Porto Velho, in the city of Rio Grande / RS.

Keywords: urban void. urban revitalization. public space.

I - INTRODUÇÃO

Projetos de revitalização e sua análise constituem desafios traçados pelos atores envolvidos e pesquisadores de tais processos, principalmente ao se tratar de intervenções em espaços públicos. Estes são considerados desafios à medida que representam, ao mesmo tempo, uma necessidade e um recurso, devido ao fato de configurarem espaços ociosos com certa infraestrutura e que, diante dos projetos de revitalização, assumem importância na tentativa de harmonizar usos e interesses que envolvem gestores, agentes imobiliários e sociedade excluída; os conflitos, às vezes, são inerentes ao processo.

Em se tratando de um espaço público, os gestores (o poder público), muitas vezes em consonância com o setor privado, buscam viabilizar o uso adequado dos recursos já existentes, visto que se trata de um espaço ocioso em áreas subutilizadas na cidade, o qual dispõe de infraestrutura como recurso, e o projeto de revitalização viabiliza potencializar usos diversos tanto para o lazer quanto para o turismo; ou seja, um recurso dinamizador da economia. Por constituir uma área portuária, há uma busca na retomada da relação *porto – cidade* com novos usos e o exercício de função social que contemplem o resgate do valor de uso. Nesses casos não se descarta que o espaço vá exercer valor de troca, considerando as relações contemporâneas de consumo do espaço. A (re) valorização do espaço está diretamente associada aos projetos de revitalização e, mediante a dinâmica espacial com consequência, ônus e bônus aos habitantes, principalmente aos ocupantes das mediações e aos que são realocados ou excluídos por “normas sociais” regidas por tais processos, como no caso da *gentrificação*. É preciso lembrar que os referidos espaços constituem um recurso, devido às infraestruturas já existentes (VASQUES, 2006) e destacar que o estudo de caso representa um local privilegiado, em frente ao centro histórico e com estrutura capaz de abrigar diversas atividades e usos, inclusive atividades turísticas. A recuperação da área pode representar destaque para a possibilidade de apropriações coletivas e para o cuidado com a cultura e a sociedade, assumindo e resgatando o importante papel da localidade na formação cidadina, usufruindo das infraestruturas já existentes, as quais são peculiares ao processo de formação sócio-espacial rio-grandino. Por isso, o presente trabalho tem como objetivo principal analisar o processo de revitalização portuária no contexto urbano da cidade do Rio Grande/RS, bem como seus usos e apropriações em diferentes tempos, a fim de reforçar os potenciais de uso frente ao projeto de revitalização do Porto Velho.

Também encontramos no Plano Diretor Participativo instrumento para o planejamento urbano estratégico, o qual serve como base de análise neste estudo de caso, na relação com o

projeto de revitalização, no que tange à participação popular, visto estarmos tratando de um espaço público que apresenta conflitos de usos através das parciais atividades desenvolvidas no local da pesquisa: desde a pesca até o transporte de pessoas, o comércio de mercadorias, o lazer, dentre outras, de acordo com cada setor do projeto de revitalização. No entanto, a participação popular, efetivamente, não se mostra eficaz em seu objetivo frente às decisões mediante o plano municipal, nem na formulação do projeto de revitalização nem na gestão do espaço. Ela se dá através das diretrizes, ou ao menos deriva do plano diretor relativo à participação popular, por meio de audiências públicas, o que garantiria a defesa dos interesses da maioria. No caso do Porto Velho, como no da maioria dos projetos urbanos, não houve efetiva participação popular, desde a elaboração até a execução do projeto.

Enquanto o processo de apropriação do espaço também representa (re) produção da e pela sociedade, podemos atribuir essa apropriação como aspecto fundamental que garantiria, parafraseando Henri Lefèbvre (2004), “o direito à cidade”. No caso em questão, o plano serviria como dispositivo de garantia desse direito via participação popular; porém, é negligenciado quando aplicado de maneira ineficaz e desempenhado apenas por representantes de interesses de grupos particulares. Um dos meios para se contribuir com a participação popular são os dispositivos legais, ou seja, as políticas públicas, principalmente quando envolvem espaços públicos, isto é, do interesse de todos. Diante disso, a apropriação pelos populares (civis de maneira geral) ou, em outras palavras, pelas diversas camadas sociais, é condição essencial na dinâmica urbana de uma cidade e, assim, corresponde a mais um fator da faceta política na reprodução espacial. Essa apropriação se traduz pela “leitura” do espaço geográfico à luz de suas particularidades, uma democratização do espaço diante do convívio dos cidadãos e o que confere identidade e legitimidade como formação espacial distinta.

O presente estudo abarca um espaço público que exercia, no passado histórico, uma função de porto mercantil e de transporte de pessoas, passando a uma nova função em solo urbano. Essa nova função direciona para consumo “do” próprio espaço e que este seja voltado ao turismo e ao lazer, sendo que supostamente tais relações culminarão com o processo de *gentrificação*. O local, hoje, não possui a mesma funcionalidade devido a processos econômicos, políticos e de logística global, com grandes demandas de cargas, o que supõe um porto que comporte navios e cargas de grande porte. No caso em estudo, foi necessária a realocação das atividades portuárias para o Porto Novo, em meados da década de 1910, e do

Superporto, a partir da década de 1970, uma vez que a fisiografia urbana da cidade permitiu novos rearranjos em tempos distintos, em termos de formação espacial portuária.

É importante compreender que profundas mudanças político-econômicas no setor portuário foi o fator que promoveu a realocação das atividades portuárias, em nome da expansão do Superporto. Isto foi um dos motivos que alavancou a ausência de atividades no Porto Velho, no que se refere a atividades portuárias, e que configurou uma *friche social*, mesmo reconhecendo a inexistência de um esvaziamento total da área, mas, na verdade, uma desocupação parcial na qual persistem, por exemplo, algumas atividades pesqueiras. Para tanto, no que tange à função social do espaço público, a relevância neste estudo é contemplar usos do espaço pelas diversas camadas sociais, pois entendemos que o uso de um espaço público por algumas parcelas da população configura exclusão e/ou segregação social.

Foi diante das tendências dos processos contemporâneos de revitalização que, em 2010, a Prefeitura Municipal do Rio Grande deu início à implantação do projeto de revitalização, com a finalidade de “reanimar” a área, que se encontrava com parciais atividades econômicas e de uso. Aliado ao surgimento do projeto, como também das obras de revitalização, surgiu a intenção de desenvolver a dissertação de mestrado acerca da problemática das revitalizações, processos que ocorrem no mundo há algumas décadas, e o projeto de revitalização do Porto Velho possibilitou o estudo de caso na cidade do Rio Grande/RS.

Comumente os investimentos vêm dotados, mesmo que de forma velada, da intenção de (re) valorizar o espaço, ocasionada pela especulação imobiliária e em alguns casos pela segregação sócio-espacial, as principais causas a impulsionar as investigações acerca do tema e os estudos referentes às revitalizações, descambando para a evidente “mercadorização” do espaço. É através dessa lógica, situada no contexto histórico, a valorização/desvalorização através de seus usos e de acordo com a conjuntura político-econômica em diferentes tempos que obtemos revalorização associada reestruturações de certas áreas das cidades. Com isso, há a possibilidade de atingir um dos objetivos da pesquisa: analisar os reflexos das atividades do Porto Velho, partindo do projeto de revitalização e tendo como exemplo outros casos que revelam a intenção de revalorização espacial.

Mesmo tendo o tema das revitalizações, de maneira homogênea e com uso amplo do conceito como fundamento teórico para a pesquisa sobre o Porto Velho, emerge, com destaque, neste estudo, as particularidades e as contradições inerentes à formação do espaço

em questão. As diferenciações e/ou similitudes espaciais enriquecem a pesquisa ao comparar com outros casos de revitalização que ocorreram pelo mundo, a exemplo de Puerto Madero, em Buenos Aires, na Argentina. Para melhor contextualizar a dinâmica urbana relacionada às particularidades, faz-se oportuna a reflexão de Lefèbvre a respeito das relações de ordem distante e de ordem próxima de uma homogeneização (os processos gerais) das particularidades resultantes da produção socioespacial realizadas na cidade:

(...) se realiza a superação do fechado e do aberto, do imediato e do mediato, da ordem próxima e da ordem distante, numa realidade diferencial na qual esses termos não mais separam, mas se transformam em diferenças imanentes. Um pensamento a caminho da unidade concreta efetua a retomada das particularidades, promovidas a posição de diferenças: locais, regionais, nacionais – étnicas, linguísticas, éticas, estéticas etc. (LEFÈBVRE, 2002, p.44) p

Ao evidenciar a importância dos processos espaço-temporais, peculiares a cada produção do espaço urbano, torna-se possível captar experiências positivas e negativas de políticas e de gestão desses espaços em processo de revitalização, partindo de alguns outros exemplos de espaços públicos já revitalizados. Mesmo que cada projeto possua características próprias, há um processo maior que ocorre de maneira homogeneizadora por todo o mundo: projetos de revitalizações urbanas, materializadas nas reestruturações urbanas.

Contudo, do ponto de vista do capital e da sociedade urbana, esses projetos não passam de empreendimentos; por isso, a importância de políticas de gestão que possam incluir uma participação real da população em relação às áreas de revitalização urbana, pois sem a devida apropriação, corre-se o risco do desuso ou da total apropriação por parte do capital especulativo. A participação da população evitaria uma apropriação exclusiva para a valorização do solo urbano ou ainda evitaria que, em curto espaço de tempo, as referidas áreas não caíam em vazio funcional, “garantindo” a sustentabilidade da cidade. O Puerto Madero, citado anteriormente é um bom exemplo de grande impacto no setor imobiliário através do processo clássico de *gentrificação*, o qual causou uma significativa fronteira social na área revitalizada, com a segregação da população menos favorecida devido à alta especulação imobiliária no local. Embora o Porto Velho se mostre, por meio do processo de revitalização, um caso diferenciado, não exclui a possibilidade de ocorrência do mesmo processo, realizado, porém, de forma diferenciada. Para tanto, no decorrer do desenvolvimento do presente trabalho, discutiremos relações diretas e indiretas, pertinentes a tais processos. A imagem seguinte ilustra a localização da área em estudo:

Figura1. Representação e delimitação da área em estudo – Porto Velho – sua abrangência nos três setores, com destaque para a 1ª fase "Rincão da Cebola".



Fonte: mapa elaborado por Daniela Oliveira em setembro de 2011.

A escala de análise, enquanto categoria, permite delimitar a área da pesquisa não apenas em seu âmbito físico, mas traçar aspectos de grande relevância no campo das ciências sociais (dados qualitativos), como, por exemplo, saídas de campo e entrevistas que permitirão maior aproximação com a produção espacial atual. Todos os aspectos extraídos de uma dada realidade servem para melhor explicitar que, por meio da categoria de análise, se tem o suporte para fundamentar as relações contemporâneas, nas quais está inserido o objeto de pesquisa. Nesse contexto, os estudos com base no espaço geográfico norteiam a pesquisa de forma a contemplar e complementar o máximo de aspectos pertinentes ao tema, a fim de conferir ao trabalho uma consistente base teórica. Tais relações são aqui propostas sob a ótica de análise geográfica, na perspectiva de síntese da leitura (SUERTEGARAY, 2001) do "espaço uno e múltiplo", segundo a qual, através da complexidade das relações contemporâneas "multiescalar" (local – global) que, ainda conforme (SUERTEGARAY,

2001, p.7), mudam de *status*: "Para Milton Santos (1997), resgatando Serres (1990), esta relação era local-local agora é local-global".

Os estudos realizados durante o curso de graduação em Geografia garantiram o despertar e o interesse pelo tema das revitalizações urbanas. A princípio, foram realizadas pesquisas focadas nos estudos relativos aos vazios industriais, *friches industrielles*, presentes na cidade do Rio Grande – RS, as quais são encontradas em várias áreas da cidade e em significativo número. A presente pesquisa considerou uma base teórica que proporcionou maior abrangência de tais estudos, relativos às *friches urbanas*, isto é, vazios urbanos ou a ausência de usos e apropriações de determinadas áreas em solo urbano. Muitos desses vazios se encontram em áreas que outrora possuíram importante centralidade, no sentido de apresentar atributos que determinavam certos usos e apropriações sociais, seja na área portuária, seja para a indústria ou ainda para áreas de lazer.

Diante do franco interesse e reconhecimento da importância do tema, bem como do grande número de projetos de revitalização implementados ao redor do mundo, impõe-se o desafio de aprofundar os estudos referentes à dinâmica urbana sob a perspectiva geográfica no viés das revitalizações. Esse aprofundamento é relevante ainda para melhor explorar o tema em questão, em especial o estudo de caso do Porto Velho, e, assim, ingressar no universo peculiar das suas particularidades, as quais revelam aspectos fundamentais relativos às formações sócio-espaciais distintas no tempo-espço de cada formação urbana.

Também frente aos diversos casos ocorridos pelo mundo, pode-se afirmar que se vive, atualmente, na era das revitalizações, visto que portos, praças, indústrias, estações ferroviárias, dentre outros tantos exemplos, já passaram e/ou ainda passarão pelo processo de revitalização, o qual se poderia chamar de revalorização. No entanto, além da frequência do fato, as cidades continuam com muitos espaços subutilizados, que poderiam ocupar novas funções de usos coletivos; porém, em geral, atendem a finalidade por agregação de valor e, logo, apropriação e interesse de alguns atores produtores do espaço.

A sociedade passa por um período histórico, político e ideológico no qual, de certa forma, volta-se para a casa como centro das relações humanas (privado) e, assim, a rua passou a lugar de passagem e de consumo, o que resulta em um afastamento da mesma, utilizada apenas para o ócio e o lazer. Atualmente, eis que surge uma relação não somente de consumo do espaço, mas consumo na rua, neste caso, como sinônimo de espaço público.

Ao aprofundar e/ou buscar novos horizontes a respeito do tema, deparamo-nos com a realidade de que grande parte do material teórico a respeito de revitalizações urbanas, encontrados nas pesquisas, vem de outras ciências que não a geográfica, mas principalmente da arquitetura e urbanismo. O fato não resultou em desestímulo, mas na busca de interlocução entre ciências que trabalham tal temática com a ciência geográfica, que se encontra numa fase mais inicial. Em meio a estudos teóricos e outros estudos de caso, a pesquisa passou a evidenciar a importância das particularidades, além das inúmeras fontes teóricas; a raiz de base “lefebvriana” levou à pesquisa das relações espaço-temporais presentes na história e atenta para as particularidades e as comparações com outros estudos de caso. Esses estudos, principalmente de comparação, levam às diferenciações espaciais advindas da relação dialética presente em toda a produção espacial.

Através do método dialético, existe a possibilidade de relativizar as temporalidades e as espacialidades produzidas e reproduzidas em diferentes tempos, espaços e com sociedades não tão distintas do ponto de vista de uma escala mundo. A mencionada relação culmina devido às condições históricas dadas de formações e produções com peculiaridades sociais de manifestação cultural, resultado da ação de (re) produção sócio-espacial de ordem próxima; porém, sem dissociar a ordem distante. Em se tratando de um espaço público, observa-se a complexidade nas relações espaciais, com uma série de questões indispensáveis, relativas ao tema das revitalizações, dentre elas, as complexas articulações entre a teoria e a prática, por se tratar de reestruturação e de (re) produção do urbano com diversos atores envolvidos e a complexidade em que essa produção se apresenta. Nas palavras de Lefèbvre,

[...] o fenômeno urbano surpreende por sua enormidade; sua complexidade ultrapassa os meios do conhecimento e os instrumentos da ação prática. Ele torna quase evidente a teoria da complexificação, segundo a qual os fenômenos sociais vão de uma certa complexidade (relativa) a uma complexidade maior. (LÈFEBVRE, 2002, p.49)

Outro desafio da pesquisa é imbricar os conceitos que a norteiam, bem como chegar a um resultado coerente com a realidade e/ou com os anseios dos atores envolvidos no processo. O desafio está traçado, pois se trata de um processo que requer gestão compartilhada desses espaços no sentido do uso comum aliado ao objetivo e/ou ideal de valorização e sustentabilidade da cidade.

Devemos, também, atentar para o fato de a apropriação por parcela da sociedade estar voltada à obtenção de lucros, que culminam, muitas vezes, com a apropriação ou parcerias entre o público e o privado, para a manutenção desses locais e, com isso, consequências como

a expropriação das diversas camadas da população podem ocorrer. Ainda é importante destacar que se trata de um espaço público de uso comum, fato que sugere reflexões acerca dos limites e das possibilidades, tanto do ponto de vista legal quanto de apropriação cotidiana, que ultrapassam os estudos acadêmicos na direção do uso de fato do local em estudo.

Para tal análise do projeto, considera-se a tríade Forma, Função e Estrutura como elemento fundamental à análise do processo da formação urbana culminado com a revitalização atual. A tríade possibilita análise simultânea das relações espaciais, da forma da função e da estrutura em consonância com o espaço-tempo onde o resultado só é possível pelo duplo sentido contido na tríade: de um lado, o espaço administrado pelas instituições e, de outro, a produção espacial realizada a partir da práxis. Nesses termos obtemos, como resultado da produção (Lefèbvre, 2004), por meio do processo, obra e produto, ou seja, uma produção espacial resultante das práticas sociais e produto de uma racionalidade planificadora.

No processo de revitalização, a proposta "reanimará", por meio dos diferentes usos, a localidade como o entorno, mas também a dinâmica da cidade, evidenciando, na forma preexistente, diferentes estruturas de acordo com as temporalidades ainda presentes. Contudo, diferentes estruturas urbanas surgirão sob a égide da revitalização porque, além da estrutura herdada, projetos de revitalização são empreendimentos com objetivo, acima de tudo, de valorização do espaço urbano ou ainda do solo urbano. A respeito da dinâmica espaço, “A forma espacial é vista como reflexo, meio e condição social ou, em outra perspectiva não dissonante, como o resultado de complexas relações entre processo (estrutura em movimento) e função”. (CORRÊA, 2011, p. 18). Diante disso, a possibilidade de atingir mais um dos objetivos da pesquisa, qual seja, o de evidenciar funções sociais de uso e apropriação em distintos espaço-tempo e, com as análises, levantar possibilidades bem como propostas contidas no projeto das novas funções contemporâneas sob a égide da revitalização.

Portanto, torna-se possível, diante da revisão teórica e conceitual, fundamentar a respeito de processos, aliando forma, função e estrutura no espaço público em revitalizações urbanas, visto que se constitui ainda em um tema novo para a geografia brasileira. Nesse caso, gerar fundamentos com bases teóricas geográficas se torna árduo e, ao mesmo tempo, inovador aos estudos urbanos acerca da revitalização em espaço(s) público(s). O material encontrado, como, por exemplo, do geógrafo Angelo Serpa, trata dos referidos processos em

algumas capitais e, no caso do presente estudo, que envolve o porto na cidade do Rio Grande (considerada uma cidade média), constitui um trabalho inédito.

Com isso, em parte se justifica a importância da presente pesquisa, no âmbito do quesito inovação, ao mesmo tempo que a necessidade da mesma é também concreta, devido a processos contemporâneos de revitalização que se tornaram tendência e se multiplicam por diversos locais do mundo. À medida que projetos se disseminam e se multiplicam (dado observado diante das pesquisas já realizadas), as revitalizações devem obedecer a um planejamento específico para as suas áreas-alvo.

Enfim, o trabalho que se refere à revitalização do Porto Velho, da cidade do Rio Grande – RS traz a possibilidade de análise na área da geografia urbana como um fértil campo de estudos para a geografia contemporânea.

2 – REREFENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico busca subsídios para analisar o estudo de caso de revitalização do Porto Velho, frente à dinâmica urbana e aos processos contemporâneos de produção do espaço. Para tanto, a relevância e a clareza acerca dos conceitos norteadores da pesquisa, bem como de estudos já realizados envolvendo o tema é de suma importância. Incluem-se, ainda neste capítulo, assuntos pertinentes que contribuam com o estudo apresentado, como uma temática emergente e pautada em particularidades herdadas de tempos históricos correspondentes a cada formação urbana, as quais resultam em *friches urbanas*.

Diante disso, o conceito de espaço geográfico norteia o projeto de revitalização do Porto Velho, na busca pela obtenção da relação e do conteúdo existentes na localidade, sob a perspectiva da geografia. A fundamentação de Suertegaray (2001), segundo a qual o espaço é uno e múltiplo, possibilita adequar as relações transversais existentes no tempo e no espaço. A autora parte do princípio de que o conceito de espaço geográfico é balizador para a geografia, o que é possível entender após décadas de discussão teórica do pensamento geográfico: a relação entre a sociedade e a natureza é inerente às relações espaciais de produção do mesmo.

A fim de referir a importância da “natureza”, faz-se necessário atentar para qual natureza se está falando. Não se trata da natureza descrita pela geografia clássica, que distingue geografia física e geografia humana, mas sim da natureza tecnificada. Tal abordagem encontra o suporte técnico em Milton Santos (1997) que permite analisar o espaço geográfico como um conjunto que possibilita a análise do todo às partes e/ou vice-versa. Para melhor representar a questão discutida, valemo-nos da seguinte afirmação de Santos (1997): o espaço geográfico consiste em um sistema de objetos e ações, por vezes, antagônicos e, como parte do processo foi realizada num quadro único, estabeleceu, ao longo da história, o que resultou em natureza artificial de relações, de uma natureza primeira, modificada pela ação social, ou seja, da humanidade. Desde a natureza primeira (selvagem), que, na sequência, diante da modificação através das ações (técnicas) que resultaram nos objetos técnicos mecânicos (natureza modificada, tecnificada), até chegar ao cibernético e, dessa maneira, numa relação unívoca entre sociedade e natureza, temos a natureza tecnificada. As relações mencionadas, por sua vez, contribuem para evidenciar o conteúdo espacial e, com isso, apontar, em nível de planejamento urbano, a(s) possibilidade(s) e as chances da concisa apropriação, por parte das diversas camadas sociais, do local em estudo, posto tratar-se de espaço público.

O espaço representa, e/ou é representado, pelo movimento e pela ausência de estabilidade (diferentes formas, funções e estruturas) de “estaticidade”, o que faz emergir a dinâmica inerente à produção do espaço. É importante salientar que a compreensão da dinâmica do espaço urbano contribui e também fundamenta ações e projetos como de revitalizações e que essas ações considerem a identidade local em conjunto com outras instâncias escalares. Há tendências homogeneizadoras nas relações em nível global no caso dos processos de reestruturação urbana por isso destaque a importância das particularidades (das partes ao todo) à globalidade contida no local, que expressam a complexidade das relações urbanas contemporâneas. Desse modo, deparamo-nos com o espaço resultante (produto sócio-espacial) desde o sistema homogêneo dos processos globais "mesclado" aos locais. Contudo, ao analisar o estudo de caso sob a ótica das revitalizações, observamos características únicas nesse processo; ou seja, as relações globais não suprimem as particularidades contidas em cada formação sócio-espacial.

Com isso, estudos voltados aos processos de revitalização evidenciam que tais projetos ocorrem em áreas com passado, de alguma forma, expressivo, corroborando com a pesquisa sob o ponto de vista da dialética do espaço e da dinâmica da produção sócio-espacial. Dessa forma, fica evidente que é um processo surgido da dinâmica urbana de apropriação/desapropriação e de valorização/desvalorização espacial, mediado por interesses diversos, em sua maioria, visando ao lucro de consumo do espaço. Em geral, há destaque para usos sociais de tais áreas para diferentes finalidades; porém, com atribuições econômicas e de *status* social observadas na maioria dos casos de áreas revitalizadas pelo mundo. O uso, a apropriação e a utilização dos espaços urbanos são estabelecidos de acordo com a demanda do tempo e das relações sócio-espaciais. No caso do Porto Velho, o mesmo foi utilizado para fins de carga e descarga de mercadoria e passageiros durante dois séculos, até se chegar ao período de estagnação e, atualmente, ser alvo do processo de revitalização.

As relações sócio-espaciais são inerentes à construção tanto material quanto imaterial (cultural), o que possibilita a leitura do espaço geográfico uno e múltiplo. Geralmente, tais construções (*friches*) eram vistas como entrave ou, ainda, serviam como reserva de terras (estratégias de empreendimentos imobiliários); por isso, talvez, por determinado período e em certos casos, permaneceu ocioso e houve descaso com as referidas áreas urbanas. Já na contemporaneidade, elas vêm dotadas de valor patrimonial e locacional, devido aos interesses e às apropriações, com atribuições que agregam valor de troca por parte dos atores envolvidos no processo.

2.1 – *Friches* urbanas (sociais)

O conceito foi introduzido, no meio científico, pelo geógrafo francês Jean Labasse, por volta do ano de 1966. Ele, a princípio, utilizou a expressão para se referir aos vazios sociais, isto é, locais com ausência de usos e apropriações em solo urbano. O termo “*friche*”, no dicionário francês-português, é traduzido por “baldio”, o que remete ao sentido de “vazio”, sendo empregado para os estudos urbanos, na ausência de função social.

O conceito se define como vazios urbanos, já que é também um vazio social, de uso e de apropriação, sendo que a localidade evidencia a formação urbana, embora velada, através da sua forma, função e estrutura de períodos de apogeu e de estagnação, de ascensão e de declínio econômico. Isso só é possível ao considerar que o espaço urbano é humano, no sentido da produção e da reprodução desse mesmo espaço, ou ainda da ação humana através do trabalho e da técnica. No dizer de Lefèbvre,

Se há uma produção da cidade, e de relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos. A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas. (LEFÈBVRE, 1991, p.52)

O autor contribui para a reflexão da reprodução espacial da cidade, indissociável das relações humanas e das práticas sócio-espaciais. Tais relações revelam, através da história e impressas na cidade, particularidades inerente às parcelas da sociedade que ocupam determinadas áreas.

Por conseguinte, os vazios urbanos são resultado de diferentes casos, particulares, de práticas sociais, porém de processos gerais semelhantes. O que torna o processo semelhante (homogêneo) é justamente a dinâmica regida pela economia política executada pelos diversos atores envolvidos na produção do espaço, ou seja, diferentes segmentos, entre os quais, gestores, empreendedores imobiliários e movimentos sociais (CORRÊA, 2002). O que confere particularidades, tanto à cidade quanto ao estudo de caso do Porto Velho da cidade do Rio Grande, são as práticas sócio-espaciais que produzem e reproduzem as estruturas encontradas na cidade através do que Corrêa chama de “segmentos”. Essas práticas são realizadas no cotidiano e em consonância com as ações políticas dos diferentes segmentos e seus diversos interesses.

A respeito dos processos em foco, que resultarão nos vazios urbanos e sociais, destacamos importante abordagem teórica, que Lefèbvre nomeia ordem próxima e ordem distante:

Ordem próxima (relações dos indivíduos em grupos mais ou menos amplos, mais ou menos organizados e estruturados, relações desses grupos entre eles) e a ordem distante, a ordem da sociedade, regulada por grandes e poderosas instituições (Igreja, Estado), por um código jurídico formalizado ou não por uma “cultura” e por conjuntos significantes. (LEFÈBVRE, 2001, p. 46).

A área de estudo, além das relações discutidas anteriormente, trata-se de um espaço urbano onde, no passado, foi de grande relevância para o desenvolvimento da cidade. No entanto, por ter experimentado um processo que resultou em um espaço ocioso, desprovido de atividades significativas para a população, configura-se em uma “*friche social*”. Para o conceito, cunhado em 1966, foi relevante em sua análise as “mutações”, os movimentos e a estabilidade da localização industrial. Nele, a desindustrialização é abordada nas suas dimensões sociais, econômicas e espaciais e irá se refletir em outras atividades desenvolvidas nas cidades. As *friches* trazem consigo diversos períodos históricos: no presente, são representadas pela falta de atividades, bem como pelas potencialidades de novos usos.

Áreas abandonadas (para uso) e/ou em ruínas, ociosas, revelam muito mais do que apenas a representação material em decadência possa denunciar; geralmente, essas áreas são produto de processos, de períodos, de ascensão e de declínio de momentos econômicos e políticos de investimentos em determinados setores da economia, bem como de espaços sociais criados de acordo com ideologias contemporâneas aos mesmos processos, sejam passados ou presentes. Lefèbvre expressa-se categoricamente a respeito “dos tempos” e da representação das cidades no presente:

Impossível considerar a hipótese da reconstrução da cidade antiga; possível apenas encarar a construção de uma nova cidade, sobre novas bases, numa outra escala, em outras condições, numa outra sociedade. Nem retorno (para a cidade tradicional), nem fuga para frente, para aglomeração colossal e informe – esta é a prescrição. O passado, o presente, o possível não se separam. É um objeto virtual que o pensamento estuda. O que exige novas demarches. (LEFÈBVRE, 2004, p.105)

As palavras de Lefèbvre possibilitam a reflexão de que as *friches* apresentam peculiaridades registradas através de seu passado, o que contribui para, assim, avaliar suas potencialidades por meio de um registro histórico, que revela periodizações, materializadas em suas construções (forma, função e estrutura). Torna-se relevante considerar a preservação da memória social, a qual proporciona legibilidade à cidade e resgata sua cultura e identidade.

No caso do emprego do conceito de *friches* e na busca pela "evolução do conceito", mostra-se que os primeiros passos referem-se às técnicas operacionais, aspectos jurídicos e fiscais e, também, ao interesse no patrimônio, o que leva à reflexão de que espaços públicos sejam reconhecidos como patrimônios, bem como da importância da legibilidade da cidade e da identidade local. Nesse sentido, o desenvolvimento urbano não é aqui entendido meramente como modernização do espaço da cidade, tampouco como expansão urbana, mas sim como um processo (infinito) de conquista de melhor qualidade de vida para a maior parcela possível dos habitantes e, simultaneamente, de maior justiça social. Desse modo, em um processo dialético, o desenvolvimento urbano não está, de forma alguma, dissociado da sociedade e dos agentes produtores do espaço.

Faz-se importante, ainda, perceber que o pensamento dialético contribui, neste estudo de caso, à compreensão dos processos e das relações para, então, entender os elementos, a estrutura e os sistemas organizados, que propiciaram o esvaziamento funcional e que culminaram no contemporâneo processo de revitalização. Por isso, o método dialético nos direciona aos questionamentos dos e nos processos espaciais, seja em relação a uma coisa ou a um evento bem como a qual o processo constitui ao objeto a analisar, de acordo com as relações inerentes ao tempo em que as mesmas se constituem. Pela compreensão dos processos e das relações que o objeto internaliza, é possível entender os seus atributos qualitativos e quantitativos para, então, desvelar em que condições os vazios urbanos emergiram e quais os possíveis usos que contemplem toda a representação histórica sem negligenciar seu conteúdo no sentido do processo da formação espacial e articulando com atual necessidade e possibilidade de usos.

No caso da cidade do Rio Grande/RS, são notáveis as relações estreitas entre a industrialização e as atividades portuárias e, tão logo, igualmente percebidas nas mudanças de realocação dessas atividades na cidade, gerando movimento e, como resultado, espacialidades intra-urbanas. Nesses termos, a construção do Superporto, advinda de uma reestruturação nas atividades industriais e portuárias, resultou o “esvaziamento” da localidade do Porto Velho. O esvaziamento refere-se a alguma função social da localidade, que abrigava atividades comerciais com o entorno, como entreposto de produtos advindos das ilhas pertencentes à cidade do Rio Grande e da vizinha cidade de São José do Norte. Essas mudanças levaram a área do Porto Velho à ociosidade, ficando parcialmente vazia de significantes e atividades (usos e funções), o que resultou numa *friche urbana*. A desativação de expressivo complexo

industrial no passado da cidade também nos é revelada pelos vestígios (inúmeros prédios) que margeiam a área em estudo e possibilita uma leitura através do tempo, nos períodos econômicos de ascensão e declínio por que passou a cidade.

Em se tratando de uma área portuária às margens do sistema lagunar estuarino, a localidade dispõe de excelente visual paisagístico, principalmente por situar-se cercada de corpos d'água. As margens da localidade Rincão da Cebola é possível visualizar as ilhas ao entorno, como a Ilha da Pólvora e a Ilha dos Marinheiros.

Além do fato de a localidade se encontrar ociosa, os vestígios de degradação levam à deterioração e à desvalorização não só pontual, mas também do seu entorno, causando prejuízos dos mais variados à população, principalmente, em valor de uso. Somados à desvalorização das construções, há também outros riscos, já que o local está propício a atividades ilícitas. A imagem a seguir mostra o espaço a ser revitalizado; no momento do registro fotográfico, não havia atividade, ou qualquer tipo de estrutura, apenas o terrapleno. A Figura 2 demonstra o espaço em estado de ociosidade.

Figura 2. Ausência de função da área de estudos



Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento Urbano da Cidade do Rio Grande

Também no entorno da área em revitalização, encontramos as *friches industrielles*, as quais, em sua maioria, encontram-se sem quaisquer ou com parciais atividades. Nesses casos, as *friches industrielles* podem servir como objeto de especulação imobiliária, por ocuparem áreas consideráveis em extensão e também pela privilegiada localização (no centro histórico e

às margens da obra de revitalização é um dos locais onde as encontramos). A imagem seguinte demonstra as condições em que as *friches industrielles* se encontram e sua relação com o local do projeto de revitalização do Porto Velho (Figura 3).

Figura 3. Imagem de algumas *friches industrielles* no entorno da revitalização do Porto Velho



Fonte: Perla do Couto; maio de 2012

No caso da cidade do Rio Grande, um longo período de estagnação econômica refletiu nas formas e nas funções da cidade, inclusive com o fechamento de parte do complexo industrial existente, o qual tinha ligação – e ainda tem – com as atividades portuárias. Estas também variam, no tempo e no espaço, de acordo com a demanda mundial por serviços e produtos. Assim, as mudanças nas formas, funções e estruturas se dão com as relações comerciais em todo o mundo e refletem nas relações econômicas e sociais em nível do local. Conforme já mencionado, atualmente a cidade passa por um processo em que as relações sociais e as atividades portuárias estão em transformação com maciços investimentos no setor naval, em razão do advento do “polo naval”. Tais mudanças têm como consequência uma reestruturação da cidade, principalmente por meio de investimentos em infraestrutura e na relação da população com os espaços, que passam a ter novas funções, assim como nos espaços recriados e/ou reestruturados, o que acarreta mudanças advindas das “novas” funções nas formas e na estrutura citadinas.

2.2 – Revitalização urbana

Revitalização urbana é aqui entendida como estratégia operacional, no processo contemporâneo, cujo conteúdo tem a intenção de dinamizar áreas urbanas ociosas ou com uso

restrito a apenas parte da sociedade. Essa estratégia parte da ótica econômica para a “estratégia operacional”, sem poder negligenciar a articulação entre as relações de caráter social no âmbito do uso coletivo, nas quais, além do fator econômico, o cultural e o social constituem os pilares tanto da formulação do projeto quanto da gestão do espaço. O processo de revitalização em geral vem mascarando o objetivo de obtenção de lucro via valorização espacial, por meio da implantação de infraestruturas com o “marketing” de proporcionar usos sociais voltados ao lazer, na intenção de “dar nova vida” a espaços abandonados, degradados ou não. Ocorre que os espaços em questão, de fato, não se encontram sem vida, com ausência total de usos, mas sim com usos parciais por apenas parcela da população, devido aos poucos recursos e aos baixos investimentos em infraestrutura. Dessa maneira, as revitalizações vêm dotadas de intenções e, com elas, investimentos que proporcionam uma “reforma” em determinados espaços, resultando em valorização não apenas da área em si, mas com abrangência relativa no entorno em relação ao foco do local investido. Assim, as revitalizações surgem com força em meados dos anos 80 como estratégia de valorizar áreas “abandonadas” as quais, outrora, possuíam valor e, com o passar do tempo, em nome do valor simbólico (estratégia), é resgatado o valor de troca de tais locais.

Podemos ilustrar a discussão, tomando como exemplos os centros antigos, centros históricos, a que se começou a atribuir importância e valor para, assim, inseri-los nos processos de revalorização, reestruturação e revitalização. Ademais passou, principalmente sob o olhar da iniciativa privada e dos governos, a serem inseridas nesse processo diversas áreas urbanas, dentre elas, antigos sítios, que caíram em desuso pelas mudanças nas e das relações capitalistas, caso em que se enquadra o objeto de estudo da presente pesquisa: o Porto Velho.

As intervenções referidas nem sempre ocorrem de maneira satisfatória, como no caso do Porto Velho da cidade do Rio Grande, projeto cujo objetivo inicial não foi cumprido, mas que, por outro lado, em função do lento processo de implantação do mesmo, pode obter maior resultado no âmbito da apropriação, logo na produção do espaço, ou seja, a população fazer parte do resultado “final”, o que não necessariamente será o que está no projeto idealizado. No entanto, o insucesso pode ser atribuído a não participação da população no processo, desde a criação do projeto até sua implementação, à falta de integração dos quesitos econômicos, culturais, sociais e, com isso, a possibilidade de fuga de modelos hegemônicos de revitalização urbana que, em geral, quando copiados, sucumbem ao fracasso. Por outro lado, em muitos casos, se não na maioria deles, os investimentos massivos, tanto públicos quanto

privados, promovem a implantação de infraestruturas que ao mesmo tempo contribui com o processo de *gentrificação*. Eis uma outra questão de vital importância à discussão, posto que, no caso da especulação imobiliária e fundiária, basta o rumor de tais investimentos para os impactos tornarem-se reais, o que pode ser comprovado com os valores e/ou investimentos realizados no entorno onde as obras são realizadas. A respeito da participação popular, podemos destacar novos exemplos de outros projetos, conforme evidencia Vasques no caso mais bem-sucedido, ocorrido no Canadá. Segundo Vasques,

Outro exemplo que merece ser destacado é o da cidade canadense de Montreal, que diferentemente dos outros ‘modelos’ colocados anteriormente, abre uma nova perspectiva sobre a recuperação dos terrenos portuários, ela está baseada na opinião pública, representando a ‘voz’ mais forte cujo ‘desejo’ é dominante, nada se faz antes de consultar os usuários.(VASQUES, 2006, p. 03)

Trata-se de estratégias de desenvolvimento que nem sempre resultam em vantagens para a população. Podemos considerar vantagens diversos *usos*, entre os quais a geração de trabalho, no caso de áreas *gentrificadas* para a população “excluída” como recurso para a geração de renda. A diversidade de atividades e possibilidades fornecidas pelo turismo, por exemplo, seria uma saída ou ainda estratégia para políticas de desenvolvimento local inseridas em tendências econômicas mundiais. Não esquecer que, em geral, as revitalizações realizadas em espaço público têm grande (se não toda a participação do poder público); daí surge a responsabilidade para com a gestão democrática e que, diante do planejamento estratégico, torna as cidades competitivas no cenário nacional e até mesmo global.

Ainda em relação ao processo, concordamos com Souza (2001) e sua ideia de que faz parte do planejamento estratégico das cidades, em que o embelezamento é uma das características (estratégia) de valorização, atrelada aos interesses imobiliários, a qual eleva a cidade a um nível “economicamente competitivo”. A discussão envolvendo o espaço público vem à tona no momento em que essas estratégias são realizadas por meio de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada.

Se as obras de revitalização em espaços públicos não atenderem à diversidade de usos e de usuários, perdem sentido, pois, de fato, essas áreas possuem vitalidade e disposição para a valorização econômica, o que não descarta a valorização e a diversificação de usos, ambas justificativas de intervenções nesses espaços e que na maioria dos casos geram segregação social. Segundo Carlos Vainer (2000), na obra "cidade do pensamento único" a respeito de

espaços revitalizados são exponenciais da lógica capitalista e ao obter melhor aproveitamento de tais áreas, ou seja, se obtém valorização econômica.

Sob qualquer aspecto, o porto ou os portos do mundo continuam a exercer papel de destaque tanto para a economia quanto para as transformações urbanas numa relação simbiótica porto – cidade, admitindo que essa relação se apresenta restrita se comparada à gênese portuária, com destaque para a sua primeira função, qual seja, a de transporte de mercadorias. Essa relação é evidenciada de acordo com a função adotada pela área portuária em diferentes períodos e fases da história e que hoje culmina com relações capitalistas, com propostas de novos usos com atribuições como as já mencionadas, a exemplo do turismo sob a égide das *revitalizações* de antigos portos.

2.3 – Gentrificação

O processo de *gentrificação* se caracteriza por uma espécie de “particularização”, devido à apropriação apenas por parcela da sociedade e configura, de certa forma, um espaço de segregação, no qual a referida apropriação ocorre apenas pela parcela da população mais abastada. Leite (2004) contribui com a reflexão relativa a uma reapropriação espacial através de um movimento com aspecto de relações sócio-espaciais no plano do cotidiano por meio da ocupação de utilização de certas áreas urbanas, processo que, segundo o autor, é denominado “contra usos da cidade”. A expressão “contra usos” é perfeitamente adequada à relação de conflito existente nas diferentes camadas sociais diante do processo de *gentrificação* e expressa com categoria nas relações de usos e apropriações inerentes à produção espacial. Concordamos com o autor na utilização da expressão em destaque, (contra usos) no sentido de haver apropriação por parte da população, em geral, e não somente a apropriação perversa, instituída pelas políticas de revalorização dessas áreas, que fomentam a apropriação elitizada de áreas até mesmo degradadas. A concordância se estende a Lefèbvre (2001, p.16), em relação à produção econômica e à vida social: “Os dois “aspectos” desse processo, inseparáveis têm uma unidade e, no entanto, o processo é conflitante”. Sendo assim, novos usos e novas funções promovem transformações dos espaços e das diferenças, considerando o espaço como condição, produto e meio para as relações sociais.

Nossa referência à exclusão é no sentido do uso especulativo do espaço, que ora valoriza, ora desvaloriza áreas e que deixa parcela da população à mercê dos altos e baixos da economia ou, ainda, da dinâmica urbana ditada por determinados agentes produtores do espaço urbano. Como em todo o processo histórico, as relações de trabalho se hierarquizam

no espaço, de forma a população pode ser expulsa no sentido de não ter acesso ao serviço oferecido em tais áreas devido a diferenciações relativos ao poder aquisitivo. Em geral, essa parcela atende a serviços prestados aos ocupantes das áreas *gentrificadas* (áreas de *status*). Dessa maneira, perpetuam as relações segregadoras de trabalho que permeiam as relações sociais e contribuem para as diferenciações e os “contra usos” da cidade. A seguir, uma imagem ilustrativa do que talvez o processo de especulação imobiliária já esteja revelando.

Figura 4. Empreendimento do setor hoteleiro no entorno da revitalização do Porto Velho.



Fonte: Perla Couto; maio de 2012

Os espaços *gentrificados* (ou passíveis desse processo), a partir da reanimação, são destinados às práticas de consumo. A relação de consumo e *gentrificação*, a princípio, ocorria em áreas apropriadas, valorizadas por implantação de infraestruturas e destinadas à moradia de uma elite. No entanto, é possível observar, com o avanço e a complexidade das relações sócio-espaciais, que esse processo não se restringe apenas à moradia, como no princípio de seu surgimento, em meados dos anos 60, alavancado pela teórica britânica Ruth Glass e pela análise contemporânea de Neil Smith, que aprofundou o conceito, relacionando o processo como um fenômeno social (BIDOU ZACHARIASEN, 2006).

A formulação “renovada”, ou seja, a revisão do conceito, devido à necessidade de analisar áreas que configuram espaços públicos de uso comum, compartilhadas pela sociedade como um todo e que, após ser revitalizadas, reestruturadas, excluem parcelas da população. Atualmente nem sempre são destinadas à moradia, mas sim vistas sob a perspectiva de valorização e consumo do espaço, trazendo à luz diferentes enfoques, no que tange ao conceito. No caso do Porto Velho, considera-se um espaço público que abrigou durante certo

tempo uma diversidade de atividades que abrange múltiplos usos e apropriações, ainda que as parcelas que utilizam tal espaço representem transeuntes. Ainda no caso pesquisado, alguns exemplos, como trabalhadores, pescadores artesanais, comerciantes e frequentadores do mercado, dentre outros, devem ser considerados.

No exemplo em estudo, ao passo que tais áreas públicas são reanimadas e reapropriadas por parte da sociedade, não somente a área em si sofre mudanças em sua forma, função e estrutura como também o entorno, gerando outra(s) centralidade(s) de comércio, moradia e fluxo de pessoas. Assim, quando as áreas são convertidas para o turismo, a situação é ainda mais complexa, por não garantir uso e apropriação legítimos, na maioria dos casos, por parte dos habitantes locais. Diante disso, há risco de as áreas desconsiderarem suas atividades de usos cotidianos, representadas pelas práticas espaciais, e caírem no abandono ou na subutilização, resultando em espécie de vazio de significado, em que são perdidas a identidade e a legitimidade da área gentrificada.

Portanto, a maneira como o espaço é (re) apropriado na contemporaneidade também está expressa na produção (reprodução do espaço), na condição de Forma, Função e Estrutura, bem como nas intenções para a realização dos projetos de reabilitação de áreas degradadas. A seguir, uma reflexão a respeito do consumo do espaço que se opõe à apropriação do uso de determinados espaços por parcela social menos favorecida, a qual enfatiza as relações e os diversos interesses. Segundo Carlos,

[...] o poder político do Estado se exerce através do espaço enquanto dominação política e, neste sentido, ele se reproduz interferindo constantemente na reprodução do espaço. É assim que se normatiza o uso do espaço, bem como se produzem planos diretores e que se direciona e hierarquiza o investimento na cidade. (CARLOS, p. 87, 2007)

Também há interesses privados, dos diversos setores econômicos da sociedade, que veem no espaço a condição de realização da reprodução econômica, pois os lugares da cidade aparecem como lugares da infraestrutura necessária ao desenvolvimento de cada atividade, de modo a entrever uma equação favorável à realização do lucro. Apesar disso, cada fração de capital atua segundo sua lógica (ora se contrapondo, ora se articulando para realizar, prontamente, seu fim, que é a reprodução constante). Há o setor financeiro, que trata o espaço como lugar possível de investimento, ao passo que o setor imobiliário reproduz constantemente o espaço, na condição de mercadoria consumível. (CARLOS, 2007)

No caso do espaço em estudo, conforme já mencionado, trata-se especificamente de espaço público, que tende a servir como infraestrutura de turismo e lazer, segundo consta no projeto em execução. No entanto, a pesquisa já mostra certa especulação no entorno, com a construção de alguns empreendimentos, o que evidencia eminentemente a revalorização do espaço e leva a condução da pesquisa sob a ótica contemporânea da inflexão do conceito de gentrificação, com a especulação indo além do uso voltado à moradia.

Além de o Porto Velho configurar uma *friche social* e em suas mediações ocorrer a presença de *friches industrielles* (vazios industriais), o que supõe a possível utilização desses espaços por empreendedores imobiliários, os vazios existentes se traduzem em potenciais focos para novos usos, além de apresentarem grandes áreas (em extensão) em solo urbano subutilizado. As áreas de *friches industrielles* também representam o passado eminente de um ciclo econômico industrial na cidade do Rio Grande. Com isso, dentre as edificações referentes às *friches*, também se faz necessária à análise voltada ao patrimônio histórico e, em casos particulares, devido à complexidade e à diversidade de edificações existentes.

Diante de tal problemática, o olhar voltado ao patrimônio é de grande importância nos trabalhos relacionados à reabilitação no espaço urbano. A relevância é observada no sentido de que, através do resgate das (re) produções urbanas, edificadas ou não, em especial nos espaços públicos, onde os diversos usos possíveis expressam a pluralidade social e contribuem para manter a leitura da formação urbana, o que, de certa maneira, garante a perpetuação da cultura local. Dessa maneira, a história é contada, reproduzida e impressa nas formas, funções e estruturas da produção sócio-espacial revelada por seu conteúdo.

Na revitalização urbana, uma parte dos agentes do espaço planeja-o de acordo com o momento histórico e com as “necessidades” de uso, assim como as demandas do sistema. À ideia de ação é possível relacionar o processo que modifica determinado espaço e no qual estão contidas as relações políticas, econômicas, sociais, culturais e ideológicas; isto é, espacialidades que modelam determinados espaços de acordo com o seu tempo. Ainda no que tange à memória, tornam-se significativas as palavras de Halbwachs: “Não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial” (1990, p. 143). Por isso, as revitalizações devem – ou deveriam – considerar a história e a memória das cidades e das localidades a serem revitalizadas. Em muitos casos, no processo de *gentrificação*, os gentrificadores se apropriam de tais particularidades, principalmente em nome da cultura, muitas vezes forjada para atribuir valor aos espaços, com a finalidade do consumo do mesmo,

em especial no caso da conversão ao turismo. Diante dessa perspectiva consideramos que revitalizar não significa o mesmo que conservar, embora não se deva descartar a hipótese, o olhar sobre questões patrimoniais e culturais que garantem a identidade de um povo e de sua cultura.

Mesmo diante de relações próximas, as influências em diversas escalas são inerentes à formação desses locais e da história das cidades. As mudanças acarretadas nas atividades portuárias é um bom exemplo da influência da ação de outras instâncias políticas que se estende para além da escala local visto que o mesmo é regido por políticas econômicas globais, nacionais e regionais. Embora o fato de essas mudanças não terem sido ditadas em nível local, mas em escalas nacional e global, pela economia, certamente acarretará mudanças na cidade, em que estará contida a história do mundo e da nação: dos processos gerais. Isso possibilitará uma leitura única da cidade, sem deixar de lado o processo histórico e seu conteúdo como um todo. Em relação à história e à memória, Abreu destaca:

[...] é fundamental que não esqueçamos jamais que a história de um lugar é resultado da ação, num determinado momento e sobre um determinado espaço, de processos que atuam em escalas que são ao mesmo tempo desiguais e combinadas. Assim a história de um lugar não pode se ater apenas aos processos puramente locais que aí tiveram efeito. Ela precisa relacioná-la a processos mais gerais, que atuam em escalas mais amplas (regional, nacional, global) da ação humana. (ABREU, 2012, p.30)

O passado faz parte do cotidiano das diversas sociedades contemporâneas através da memória e da história; por isso, insistimos e destacamos a importância da investigação das particularidades e especificidades de cada local de estudo. Essas memórias urbanas não se constituem apenas do estoque de lembranças, ou seja, da história da cidade que, por sua vez, não é neutra:

Independentemente de qual tenha sido o estoque de materialidades históricas que tenham conseguido salvar da destruição, as cidades do país vêm hoje engajando-se decisivamente num movimento de preservação do que sobrou de seu passado, numa indicação flagrante de que muita coisa mudou na forma como a sociedade brasileira se relaciona com as suas memórias. (ABREU, 2012, p. 31)

Na geografia urbana e dos estudos de revitalização, as materialidades fornecem ferramentas que permitem contribuir com as pesquisas, de forma que tais locais possam ser reanimados com usos que atendam as necessidades tanto econômicas e estruturais da sociedade quanto o uso pelo turismo. Essa relação se efetiva e também legitima as relações sociais no tempo e no espaço. Continuamos com Abreu e suas contribuições relativas à cidade e à memória:

Mas a cidade não é um coletivo de vivências homogêneas. Para definir o que seria a memória das cidades, nossa categoria de análise não pode ser a população. O que faz com que surja uma memória grupal ou social, referida a algum lugar, é o fato de que aquele grupo ou classe social estabeleceu ali relações sociais. Essas relações, entretanto, podem ser de dominação ou de conflito e variam tanto no tempo quanto no espaço. (ABREU, 2012, p. 28)

Para isso, em nível da gestão, requer um planejamento adequado que atenda a demanda de serviços para, assim, gerar renda (trabalho) à população ao mesmo tempo em que contemple as relações sociais construídas ao longo do tempo, na localidade em destaque. As relações mencionadas vêm associadas aos “novos” e/ou diferentes usos e apropriações, às novas demandas sociais, seja para moradia, turismo ou ainda para outras funções que cumpram, de fato, a função social da propriedade urbana e não a função social da propriedade privada (a terra como mercadoria). Por outro lado, através dos processos de valorização, via revitalizações, temos, como resultado possibilidade de novos usos, principalmente na contemporaneidade, mesmo quando o Estado e a iniciativa privada são aliados na (re) produção espacial, de alguma forma privatizadora de espaços até então públicos.

Os espaços vazios encontrados na ausência de uso, logo, de apropriação adequada, são alvo para a apropriação da iniciativa privada, com vistas à obtenção de lucros. Nas bases desse processo, encontramos respostas ao longo da história. Ele ocorre devido a extinções ou realocações de atividades que, no passado, foram estruturadas em tais áreas urbanas, como é o caso do Porto Velho. À medida que se considera que a produção do espaço é realizada numa relação dialética entre valor de uso e valor de troca, caminha-se para além da percepção de espaço de consumo para consumo do espaço (Carlos, 1999). Em outras palavras, além de considerarmos apenas o espaço para o consumo, deve-se considerar também o próprio espaço como objeto de consumo. Lefèbvre assim manifesta-se acerca de valor de uso e troca:

Os antigos gêneros de vida caem no folclore. [...] O antigo núcleo urbano torna-se produto de um consumo de alta qualidade para estrangeiros, turistas e suburbanos. Sobrevive graças a este duplo papel: o lugar do consumo e o consumo do lugar. (LEFÈBVRE, 2001, p.12)

As palavras de Lefèbvre caem bem para os casos de revitalizações em sentido generalizado, pois a citação reflete, de maneira clara, o que acontece com frequência em praticamente todas as áreas reanimadas. Ocorre, de certa forma, uma espécie de aglutinação entre o valor de uso e o valor de troca, que não permite limites entre ambos. A falta desses limites faz com que o valor de troca domine o de uso, configurando os espaços revitalizados em produtos passíveis de serem consumidos. Dessa forma, a análise do espaço, do ponto de vista do consumo, leva-o a ser considerado mais uma mercadoria; porém, não se pode

descartar a sociedade e/ou tratá-la apenas como mais um objeto, mas sim destacar sua importância fundamental na produção espacial. Sem sociedade não há produção espacial tampouco consumo desse espaço; sob tal ponto de vista, o consumo não é visto apenas como uma perversidade se a população estiver de acordo e participar efetivamente na manutenção e nas práticas cotidianas locais.

Ao levar o referido debate em conta é que se percebe o espaço como representação da história que "escrevem" os homens, ao produzirem sua existência: fazem-no como espaço da produção, da circulação, da troca, do consumo e da vida (Carlos, 1999). Logo, convém admitir que, cada vez mais, o espaço urbano, a partir da subordinação acelerada da apropriação e das maneiras de uso ao mercado, é destinado à troca. Assim, pode-se perceber o predomínio do valor de troca sobre o de uso; contudo, não se pode deixar de admitir que valor de uso e valor de troca ganham significado através da relação entre si.

Que o espaço possui múltiplas propriedades num plano estrutural. É ao mesmo tempo um meio de produção como terra e parte de forças sociais de produção como espaço. Como propriedade, as relações sociais podem ser consideradas parte das relações sociais de produção, isto é, a base econômica. Além disso, o espaço é um objeto de consumo, um instrumento político e um elemento da luta de classes. (LEFÈBVRE, 1993, p. 127)

Ao tratar o próprio espaço como objeto de consumo, remete-se aos projetos de revitalização, em sua maioria, como projetos que visam ao consumo do mesmo (do próprio espaço), tanto na sua conversão ou na mudança de função – seja de um espaço ocioso ou não – para a exploração do turismo. Pode-se ir além e entender que muitos espaços urbanos desvalorizados e/ou subutilizados são convertidos com fins de valorização por meio de processos associados à revitalização. Um exemplo é a *gentrificação*, um expoente de processo contemporâneo promotor de especulação do solo urbano do ponto de vista das articulações e apropriações entre propriedade privada e Estado, ocorridos com intensidade, numa dinâmica perversa e contemporânea na maioria das cidades do mundo.

Com isso, tais espaços são dotados de atributos paisagísticos, naturais ou criados (forjados ou não), os quais passam a ser objeto de consumo. A partir do momento em que há alteração na função exercida pelo espaço, no caso do Porto Velho, inevitavelmente também sofrerá alterações na sua forma e na sua estrutura. Nesse caso, o turismo exige um planejamento eficiente, com um projeto que dê conta de contemplar a cultura, a identidade e o ambiente, seja ele material ou não, considerando a legibilidade de sua história local para que não suprima as relações construídas e evidenciadas na passagem do tempo. Sejam essas

evidências através do que Lefèbvre (2001) chama de “cidade obra”, na forma em que a vemos, seja simbolicamente nas manifestações culturais, como é o caso dos costumes cotidianos e culturais da população local. Nas palavras de Lefèbvre, fica explícita, no campo das relações sociais, a produção da cidade:

Se considerarmos a cidade como obra de certos “agentes” históricos e sociais, isto leva a distinguir a ação e o resultado, o grupo ou os grupos e seu “produto”. Sem com isso separá-los. Não há obra sem uma sucessão regulamentada de atos e de ações, de decisões e de conduta, sem mensagens e códigos. Tampouco há obra sem coisas, sem uma matéria a ser modelada [...] (LEFÈBVRE, 2001, p. 54)

A cidade, enquanto resultado das ações sociais, e ao considerar a história ou os “agentes históricos” revelados na cidade enquanto obra ou resultado na ação sócio-espacial, revela diversos períodos históricos ainda presentes na estrutura citadina. Também cabe enfatizar que a área em estudo é um espaço herdado, que hoje se encontra ocioso da função para a qual foi concebido, e analisá-lo como resultado passível de ser manipulado ideologicamente, ou melhor, sob a lógica da reprodução, sem considerar que as particularidades locais representam um risco. Isso ocorre com frequência em projetos de revitalização vislumbrando o consumo do espaço, apoderando-se de particularidades locais e fazendo a cultura local sucumbir, em nome do apelo turístico.

As condições que permitem e limitam as possibilidades de ação e de apropriação social, para diversos usos, induzem à reflexão a respeito de como o projeto foi desenvolvido e como está executado. Não se pode negligenciar o que existe, ao mesmo tempo em que há possibilidades de mudanças, mas sem tratar tal espaço como simples objeto, pois à localidade são atribuídos processos históricos que permitem “ler” a cidade, isto é, particularidades que lhe conferem identidade. A leitura da cidade permite detectar limites e possibilidades de tomar decisões e ações satisfatórias às áreas a serem revitalizadas. Em relação à importância das particularidades, Abreu assim se manifesta:

[...] além da história urbana e da história da cidade, fundamentais para que possamos contextualizar os processos sociais no tempo e no espaço, recuperemos também a história daquela determinada cidade, sendo esta mais do que a soma das duas primeiras. Ela é a síntese de como aquelas duas histórias se empirizaram, como materialidade e como ação humana, não no espaço geográfico em geral, mas naquele lugar. (ABREU, 2012, p.32)

As mudanças fazem parte de processos que acontecem ao longo do tempo, mas à luz do planejamento, trazem a viabilidade de pensar o espaço sob a ótica da política e da economia como também da visão que a sociedade tem a respeito de tal localidade e de qual a

melhor função a assumir e como instituí-la (para tanto, o plano diretor como instrumento para gerir as cidades). De acordo com Carlos (2004), na análise da cidade, é necessário considerar os três planos: o econômico, o político e o social, os quais compreendem buscar as novas formas, funções e estruturas nos processos na cidade.

Na atualidade, em todo o mundo, há uma preocupação, um esforço em revitalizar, reanimar, reestruturar áreas ociosas, deterioradas em solo urbano. Essa necessidade surge a partir do momento em que a maioria das cidades encontra-se em um processo que segue tendências, muitas vezes ditadas por padrões econômicos emergentes, como é o caso dos condomínios fechados. As mudanças ocorrem conforme a ação de agentes do espaço urbano: geralmente os agentes imobiliários em acordo com o governo local e a sociedade. Dessa forma se dá a produção e a reprodução do espaço urbano sob o viés sócio-espacial. Juntamente com tal dinâmica, surge a preocupação de pensar no que “restou” de velhas formas, do resultado do processo histórico, geralmente um campo rico de estudos urbanos. Para esboçar essa ideia em relação à importância histórica, seguem as palavras de Carlos:

[...] o lugar guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo. O lugar se produz na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular. Deste modo o lugar se apresentaria como ponto de articulação entre a mundialidade em constituição e o local enquanto especificidade concreta, enquanto momento. (CARLOS, 2007, p. 9)

Nesse sentido, em meio a todas as transformações ocorridas na cidade, sejam econômicas ou na própria estrutura urbana, a influência da história, bem como das relações estabelecidas e constituídas transversalmente, do global ao local, tornam-se importantes à identidade local e à relação que, a partir das articulações, sejam locais e/ou mundiais, mostram que as particularidades são inevitáveis. Por isso pensar o espaço de forma única, particular, e com o olhar atento às relações que o produzem, sejam as mesmas em nível global ou local ou, como quer Lefèbvre, de ordem distante e de ordem próxima. Esse espaço nada mais é do que a manifestação da vida cotidiana, em que se expressam as “dimensões do movimento da vida”, isto é, a produção do espaço pelos seres humanos (a sociedade). Nesse caso, a sociedade urbana apresenta-se como o agente principal das mudanças do espaço e não fatalmente e/ou apenas sob a égide dos ditames da economia e da política.

Ao seguir o pensamento de Lefèbvre, não se pode pensar a cidade (o urbano) apenas como resultado simples de uma produção de objetos; a cidade enquanto obra é resultado do trabalho, isto é, da ação de seres humanos, cada qual em seu tempo e em um processo

histórico. Essa ação resulta no que hoje se vê e, dessa relação dialética entre os produtores do espaço, temos a configuração da cidade construída ao longo do processo de formação dessa urbanidade.

Concebida por Henri Lefèbvre (2004), a noção de “direito à cidade” permite uma perspectiva histórica e filosófica do lugar da cidade: obra humana. Lefèbvre considera que o modo de produção vigente em cada sociedade é determinante para a produção do espaço. Cada modo de produção tem como resultado uma produção espacial diferente, de forma que o espaço é produzido pelo processo de produção e, ao mesmo tempo, dá suporte ao seu desenvolvimento. O espaço social agrupa as coisas produzidas e envolve suas inter-relações; ele permite ações de produção e consumo. O espaço social inclui objetos naturais e sociais, os quais são também relações; no caso do Porto Velho, essa relação fica explícita: no local, é intrínseca essa relação natural e social. Os objetos apresentam formas; no entanto, é a sociedade, por meio do trabalho que produz e/ou reproduz através das relações no espaço-tempo, que reorganiza os arranjos sócio-espaciais (Formas, Funções e Estruturas Intra-Urbanas) e suas posições (centralidades mutáveis no tempo e espaço). Isso ocorre (rearranjos espaço-temporais), o que nem sempre altera as materialidades já existentes, permitindo legibilidade ao espaço urbano, mesmo que transformado. Essa relação implica, no âmbito das análises urbanas, que as relações espaço-temporais sejam inseparáveis bem como transformações sócio-espaciais, ou seja, a Forma, Função e Estrutura variem de acordo com as demandas sociais e sejam variáveis no tempo como resultado da cultura local.

2.4 – Do espaço público

É considerável estabelecer de maneira clara a que espaço público estamos nos referindo para o entendimento do trabalho. Para tanto, foi necessário recorrer a algumas áreas da ciência, as quais contribuem com a Geografia, em especial, com a análise dos projetos de revitalização em espaços públicos, a exemplo da sociologia.

Dois fenômenos estão relacionados ao termo “público”: aquilo que pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível; ou significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele. Hanna Arendt (2000) ressalta a dificuldade que experimentamos a compreender a divisão decisiva entre as esferas pública e privada, entre as atividades pertinentes a um mundo comum e aqueles pertinentes à manutenção da vida. (SERPA, 2007, p.138)

O cuidado e a importância desse conceito surgiram com a observação no processo histórico; a sua apropriação de diversas maneiras e com fundamentos ideológicos profundos

(sua mudança de caráter desde a Ágora aos dias atuais se justifica nas formas de uso e apropriação desses espaços por atores sociais com interesses próprios).

Com isso, algumas áreas das ciências passaram a discutir tal conceito e também a tratá-lo como um conceito-chave em alguns estudos específicos, a exemplo da sociologia; a geografia urbana, na condição de ciência sócio-espacial, não poderia deixar de abordá-lo. A abordagem no campo da geografia urbana, no que se trata do espaço público, é um campo fértil, em especial para estudos voltados a áreas intituladas públicas, de interesse social e com diretrizes em legislações, como o plano diretor das cidades, nas frequentes reestruturações urbanas contemporâneas. O referido campo é visto como fértil devido a diversos projetos de reestruturação urbana, em favor “da rua” aparecer em toda a parte do mundo; esses processos contemporâneos de “reestruturação urbana” surgem a partir de uma lógica de consumo do espaço. A utilização desse conceito contribui para a reflexão da importância dos espaços públicos e dos vazios urbanos (*friches* urbanas e sociais), de uso comum para a sociedade, bem como das particularidades as quais dão legibilidade às cidades. A reflexão alia-se à conquista de mais um objetivo da pesquisa, qual seja, o de trazer ao debate a reflexão direcionada às particularidades da revitalização do Porto Velho, local que contribui para a legibilidade da cidade do Rio Grande. Aspectos considerados fundamentais, nesta pesquisa, são as análises com base no tema das revitalizações urbanas.

O retorno à rua, a festa, conforme se refere Lefèbvre (1991), aparece em voga na contemporaneidade, mas não apenas no intuito de desfrutar do espaço público, e sim seguindo a lógica capitalista de consumo do e no lugar. Daí a complexidade de se definir o que é público e o que é privado diante dos processos de produção espacial contemporâneos.

O problema é restituir a festa transformando a vida quotidiana. A cidade foi um espaço ocupado ao mesmo tempo pelo trabalho produtivo, pelas obras, pelas festas. Que ela reencontre essa função para além das funções, na sociedade urbana metamorfoseada. (LEFÈBVRE, 1991, p.128)

Quando nos referirmos ao termo “público”, é no sentido de espaços de uso comum, espaços de encontro, aos quais o autor se refere como dotados de um conteúdo de liberdade, de manifestação cultural, próprios de dadas sociedades. Segundo ele, a rua é o lugar do encontro, pois “na rua, teatro espontâneo, torno-me espetáculo e espectador, às vezes ator” (LEFÈBVRE, 2002, p. 27). Porém, não podemos deixar de atentar que a retomada da rua (espaço público) também é ideológico, e as práticas sociais inventam e reinventam o

cotidiano, sendo o mesmo parte da construção espacial da sociedade capitalista, ou seja, da sociedade urbana.

Na pesquisa na área da Geografia, o cuidado de não negligenciar tais aspectos: do *uso* para além do consumo, ao passo que o Porto Velho representa mais do que apenas consumo do espaço, mas antes admitir que as práticas sociais fazem parte do movimento dialético inerente à produção espacial e a coletiva apropriação (valor de uso em supremacia do de troca) é elementar. Diante disso, advogar em relação à possibilidade da diversidade de usos atribuídos ao local, visto que a área contemplada pelo projeto abrange três setores, o que possibilita maior diversidade de usos e apropriações (maior detalhamento no Capítulo 5: "Transformações espaciais na perspectiva da revitalização, no caso do Porto Velho da cidade do Rio Grande RS).

A busca de sentido e conteúdo para o conceito "espaço público", desde sua gênese, a qual visa conceber, no caso, o antigo porto, como espaço destinado a usos comum a toda a sociedade, sem distinção de camadas sociais. No entanto, a discussão acerca do espaço público, no presente trabalho, vai além de uma simples análise, na direção de uma complexa relação espacial e seus processos contemporâneos e das relações políticas atuais em solo urbano. Além disso, devido ao fato de os espaços públicos ou o espaço público Porto Velho, como a maioria das áreas revitalizadas em solo urbano, serem de domínio público no sentido amplo (oportunizando o exercício da cidadania).

Para melhor compreensão do conceito de “espaço público” com sentido político de cidadania, deve-se partir da apropriação, dos usos, das atribuições por parte da população, que dão sentido e razão para tal espaço para existir. Esse espaço, a que aqui se faz referência, é o que Lefebvre se referiu como “a festa”, espaço de uma interface de diálogos múltiplos, onde se efetivam as relações sociais e cujo “resultado” é a cultura única, as particularidades que em um nível mais abrangente (escalar) do município, poder-se-ia chamar de uma identidade em uma unidade do município. Pensando através da história, por meio das relações estabelecidas,

A partir de Arendt (1987) e Habermas (1996; 1998), gostaria de sugerir que um espaço urbano somente se constitui em um espaço público quando nele se conjugam certas configurações espaciais e um conjunto de ações. Quando as ações atribuem sentidos de lugar e pertencimento a certos espaços urbanos, e, de outro modo, essas espacialidades incidem igualmente na construção de sentidos para as ações, os espaços urbanos podem se constituir como espaços públicos: locais onde as diferenças se publicizam e se confrontam politicamente. (LEITE, 2002, p. 116)

Além das relações estabelecidas no texto da citação e de acordo com o fato de os conceitos de *friches*, *gentrificação* e espaço público estarem diretamente ligados na direção do processo de revitalização, podemos, em alguns casos, elencar questões referentes ao patrimônio histórico e público. A questão é relevante, uma vez que o Porto Velho é parte do centro histórico da cidade.

Para tanto, recorreremos às interpretações acerca do espaço público e às relações, cada vez mais complexas, de acordo com a produção sócio-espacial e a dificuldade existente na contemporaneidade e nas diversas áreas, de estabelecer o limite entre o público e o privado. Uma relação cada vez mais nebulosa e que é intrínseca às relações do sistema vigente, do sistema capitalista e das “novas” relações de consumo, através das conversões dos espaços públicos em privados e na condição de consumo e valorização de troca desse espaço.

2.5 - Quadro-esquema dos principais conceitos contidos nos processos de revitalizações urbanas

O quadro a seguir tem como objetivo esclarecer, a partir dos conceitos adotados, entre os quais, *friches*, espaço público e *gentrificação* e as relações existentes entre os mesmos diante de um mesmo processo: as *revitalizações urbanas*. Contribuem com análise diferencial do processo que, em geral, apresenta as relações descritas no quadro como ocorrendo concomitantemente; porém, com sutis e, ao mesmo tempo, relevantes diferenciações. Embora existam as diferenciações conceituais no geral, esses elementos compõem e são resultado de processos homogeneizadores encontrados pelo mundo.

Quadro 1: Diferenciações de 3 conceitos que compõe o processo de revitalização.

Revitalizações urbanas: o processo			
	Friches	Espaço público	Gentrificação
Tipos de uso	Vazio ¹	Diversos Inclusive privado e sem uso (friche)	seletivo a parcela da população de maior poder aquisitivo
Situação de valorização	Desvalorizado e ou baixa	Dependente do investimento da infraestrutura	Alta
Apropriação	Baixa	Setorizada por localização e investimentos	seletiva
Especulação /valorização	Baixa	Alta baixa e média	Alta
Usuários	Poucos ou camadas de baixo poder aquisitivo	Setorizado por área de alto ou baixo investimento	Em geral por camadas da população de alto e médio poder aquisitivo
Função social	Isento	Valorizar o solo urbano; Lazer; Espaço cívico; Turismo	Valorização fundiária
Acesso	Parcial (devido à falta de atrativo)	“Livre” (diversidade de usos)	seletivo

¹ Vazio no sentido de amplo usos sociais, diversos. Ao passo que o espaço público se volta para apenas uma única atividade ou ainda para uma parcela da população configura um vazio urbano devido ao uso parcial de tais áreas.

Fonte: Elaborado por Perla do Couto em julho de 2013.

A elaboração do quadro teve como objetivo simplificar e, ao mesmo tempo, esclarecer sutis e quase que imperceptíveis diferenças entre os conceitos na contemporaneidade, devido ao fato de fazerem parte de um único processo: as revitalizações e/ou reestruturações urbanas.

2.6 - Metodologia

A metodologia adotada parte da concepção fundamentada por Henri Lefèbvre, que é a utilização da tríade Forma, Função e Estrutura. Essa metodologia permite análise da relação inerente tempo-espaço, situada no tempo histórico, e da ocorrência dos fatos nos diferentes

ângulos da análise: como político, na escala das relações globais e locais da produção espacial. A análise no nível do local permite evidenciar as particularidades de usos e apropriações de tais espaços, ao mesmo tempo em que as relações em escala mundial.

Porém, antes de escolher a metodologia, foi impreterível definir o método. Em se tratando de uma ciência social (a geografia) e ainda ao analisar a partir da perspectiva histórica o método dialético, torna-se indispensável tal pesquisa. O método não só contribui como também dá diretriz à pesquisa e, conseqüentemente, norteia a metodologia de análise, principalmente ao tratar com critério a pesquisa qualitativa.

Voltando à metodologia, a Forma, Função e Estrutura constituem uma tríade com elementos indissociáveis, a qual busca atingir um todo por meio das suas relações recíprocas e que, nessa reciprocidade, possuem certa independência relativa, mesmo formando parte de um todo. A priorização de um dos elementos traria conseqüências ao resultado esperado da análise do presente estudo, justificado no fato de que, ao privilegiar um deles, uma ideologia, segundo Lefebvre (2001, p.109), "um sistema dogmático e fechado de significações: o estruturalismo, o formalismo, o funcionalismo" e:

utilizá-los alternadamente, em pé de igualdade, para a análise do real (análise que não é nunca exaustiva e sem resíduos) [...] Compreender que uma função pode se realizar através de estruturas diferentes, que não existe relação unívoca entre os termos. Que função e estrutura se revestem de formas que as revelam e as ocultam - que a triplicidade desses aspectos constitui um "todo" que é mais que esses aspectos, elementos e partes. (LEFÈBVRE, 2004, p. 110)

Já as políticas e os costumes, dentre outros aspectos do sistema (significações) em que vivemos, não estão isolados no processo histórico, na construção ideológica que pode nos revelar processos espaciais. É através da apropriação espacial do próprio sistema vigente (capitalista), por meio da divisão do trabalho e dos meios de produção, que a sociedade se torna, em alguns aspectos, homogênea, ao mesmo tempo em que a produção espacial, pela ação da sociedade, revela as peculiaridades específicas de cada sociedade, expressas nos espaços por ela apropriados. A expressão do urbano seja na forma de vida cotidiana (cultura), seja na arquitetura ou nos costumes locais, dentre alguns aspectos passíveis de serem analisados garantem, por meio da história, a compreensão das condições herdadas para, então, entender o presente (revelados e velados nas formas, funções e estruturas urbanas). Para tanto, a atividade de campo é fundamental à pesquisa em geografia bem como a sua flexibilidade frente à dinâmica urbana e das ciências sociais:

No campo, o cientista está submetido às dinâmicas da realidade que elegeu estudar. Sendo assim, é comum que o planejado em laboratório ou gabinete não ocorra exatamente como se esperava. Isto significa que o planejamento do campo da pesquisa requer certa flexibilidade por parte do pesquisador (VENTURI, 2005, p.18).

A revisão bibliográfica é outra importante fonte para a análise teórica do estudo de caso, situando estudos já realizados e também teorias que sustentam as relações espaciais pertinentes à Geografia urbana, que se fundem com a realidade, com a finalidade de nos aproximar ao máximo de veracidade possível de tal estudo de caso.

As imagens do processo, desde a constituição do antigo porto, que de certa forma também representa a origem, a gênese da cidade, contribuem de modo considerável com a pesquisa e com a análise através das formas e das temporalidades da espacialidade, resultantes do processo de constituição do espaço urbano rio-grandino, no qual está contido o Porto Velho. As imagens trazem significativa colaboração, pois não são apenas representações, mas sim documentos, registros e, por isso, instrumento aliado das análises espaciais. A respeito do uso das imagens registradas ao longo do trabalho, assim como na pesquisa de acervos, concordamos com Leite:

o registro iconográfico dessas transformações urbanas foi realizado, igualmente, ao longo do período, fato que permitiu a formação de um banco de imagens que correspondesse aos aspectos centrais dessas alterações. No entanto, o uso das imagens não se limitou à perspectiva ilustrativa, no sentido de tornar visível uma realidade sensível e imagética. O uso das imagens, como documentação fotográfica e construção simbólica, tentou aqui estabelecer uma conexão para além do mero registro de algo que possa ser dito por um texto: buscou estabelecer uma relação com a própria construção analítica, como parte integrante de uma interpretação também preocupada com os aspectos da visualidade constitutiva do processo de formação dos espaços sociais. (LEITE, 2004, p. 31)

Da mesma forma, também são fundamentais o conhecimento e o acesso a documentos, como o projeto de revitalização do Porto, já cedidos pelo Superporto e pela Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento Urbano da cidade do Rio Grande. Os documentos são instrumentos que permitem a execução da metodologia, que se utiliza tanto de dados quantitativos quanto qualitativos, a fim de resultar em uma pesquisa consistente e que visa a resultados finais condizentes com a realidade tratada na discussão proposta para o Mestrado em Geografia, com ênfase na análise urbano-regional, conforme proposto no projeto de pesquisa.

O plano com a proposta do estatuto das cidades, que prima pela participação popular, somado a outros dispositivos legais, contribuem para legislar em favor da opinião pública, como o uso social da propriedade, no caso da revitalização do Porto Velho. Um espaço público torna a questão mais complexa do que no caso da propriedade privada.

Portanto, foi dada preferência às entrevistas com maior detalhamento, pois, ao tratar de um caso específico, a análise qualitativa das entrevistas é de vital importância. As entrevistas devem direcionar para determinadas personalidades importantes que representem segmentos de destaque no projeto. Além disso, é interessante catalogar registros da mídia, reportagens dos jornais locais que, de certa forma, trazem as notícias a respeito do andamento e dos conflitos no decorrer do processo.

Ao revelar o processo que levou tal localidade do “abandono” à revitalização, houve o cuidado de não negligenciar dados cruciais ao processo. De igual importância são as teorias utilizadas, a observação em trabalho de campo e os estudos comparativos com outras obras de revitalização que, embora representem peculiaridades, tornam possível a observação de alguns limites e possibilidades que, em alguns casos, a exemplos de outros estudos relacionados à revitalização e/ou neste caso, de áreas portuárias ociosas, podem proporcionar. Os exemplos, as teorias utilizadas, observação em trabalho de campo e os estudos comparativos, podem direcionar que algumas ações (possibilidades) que viabilizem o sucesso da revitalização deste estudo de caso bem como seus limites.

Existem ainda outras fontes de dados de grande valia: imagens feitas *in loco* e imagens históricas coletadas, que ilustram e evidenciam as diferentes formas de apropriação do espaço. As saídas de campo igualmente constituem uma importante técnica com o propósito de levantar hipóteses, proporcionando ainda a coleta de imagens, entrevistas e uma maior aproximação com o objeto de estudo e com os usuários do local. O trabalho de campo possibilita, além do levantamento de dados, uma maior aproximação com a realidade posta na contemporaneidade, a confecção de mapas temáticos que representem a localidade de modo compreensível para quem a desconhece e também o próprio projeto, a fim de melhor visualizá-lo.

Enfim, o trabalho proposto sobre o Porto Velho, em vias de revitalização, demanda a necessidade de embasamento em fontes teóricas eficazes na análise do processo urbano contemporâneo, ao enfatizarem os processos econômicos significativos, as alterações espaciais e também as novas formas de produção do espaço urbano. Salientamos também que

as mudanças ainda ocorrem de acordo com as transformações econômicas e capitalistas mundiais, mesmo admitindo que o processo de produção esteja indissociável de outros agentes, principalmente, do Estado e da sociedade. Para essa análise de espaços ociosos e, ao considerar resultantes dos processos, é relevante consultar a legislação que possui diretriz no atual Estatuto da Cidade e no Plano Diretor, para, em tese, gerar um planejamento e uma gestão eficientes.

A presente dissertação de mestrado elegeu determinados objetivos, traçados para conferir maior credibilidade à pesquisa e também com vistas a configurar uma contribuição para os estudos do tema das revitalizações.

Para tanto, o plano a desenvolver vai ao encontro de levantamento de diversidade de dados, tais como: entrevistas com os técnicos responsáveis pelo projeto e com os seus elaboradores idealizadores, com a intenção de levantar dados qualitativos para a pesquisa relativa à relevância de terem sido adotadas ou consideradas relevantes as particularidades locais. Isso com o intuito de fomentar a discussão envolvendo os limites e as possibilidades de *uso* pelos frequentadores da área: transeuntes/trabalhadores/comerciantes. E também de levantar dados relativos aos empreendimentos no entorno da área em estudo, a fim de levantar a discussão sobre o processo da especulação imobiliária no entorno do “empreendimento” da revitalização, que já aponta indícios evidentes (hotel Swan); confeccionar mapas específicos de cada setor da obra (leste, central e oeste); utilizar imagens tanto históricas quanto atuais do processo de revitalização captadas durante a pesquisa como recurso não apenas imagético, mas como evidências das apropriações do espaço em questão; aprofundar discussão sobre documentos (projeto) cedidos pela superintendência do Superporto do Rio Grande e da Prefeitura Municipal do Rio Grande e, por fim, compilar todos os dados cooptados e discussões teóricas realizadas durante a pesquisa, com a finalidade de evidenciar possíveis potenciais diante das particularidades da área de estudo.

A cidade é produzida pelas complexas relações sociais, isto é, sua(s) função(ões), possuindo espaços diversos que animam a vida urbana e lhe conferem peculiaridades e identidade e lhe tornam única. É importante considerar que nesses conteúdos estejam velados (ou não) os processos e, com eles, as facetas que as formas, funções e estruturas possam representar. Um bom exemplo disso reside no que se refere aos espaços públicos, onde está contida uma série de representações da sociedade como motor que gerou e gera essa urbanidade. Nem sempre o uso e/ou a apropriação configuram o espaço público como de uso

coletivo. Essa faceta revela as diferenças, muitas vezes, a exclusão social ou, até mesmo, a segregação disfarçada ou “vendida” em nome do espaço público. Entre os agentes promotores do espaço, destacamos o Estado que, aliado aos promotores imobiliários, consolida certas ações, a fim de valorizar o espaço.

Dessa forma, têm-se como resultado processos contemporâneos de produção do espaço, como o de *gentrificação*, que possuem, como aliadas, estratégias de promotores de venda do espaço. Esse valor agregado pode se manifestar de diversas formas: pelos atributos paisagísticos, em nome de uma primeira natureza; ou ainda pela apropriação dos símbolos representativos de épocas passadas da identidade urbana, em nome do patrimônio histórico.

Durante a pesquisa, fez-se necessário entrar em campos do conhecimento até então inexplorados nos estudos sobre revitalizações, para entender os processos de transformações espaciais segundo a ótica do planejamento estratégico e da realização pelo cotidiano, sem admitir que o processo ocorra apenas por meio das políticas ditas perversas, advindas do sistema e das relações por ele engendradas. Tais relações são inerentes aos processos de revitalizações, podendo-se citar o processo de *gentrificação* e a apropriação de espaços públicos apenas por certa porção da sociedade, com as demais estando fora do planejamento. Ao contrário disso, admitimos o espaço público como lugar onde se dão relações que contribuem para a constituição da formação identitária, tanto do local quanto da cidade como um todo.

Espaços públicos possibilitam relações de práticas sociais nas quais, no campo prático da ação, que possuem práticas diferentes, em períodos históricos igualmente diferentes, ou seja, nesses espaços encontramos "vestígios" da formação sócio - espacial partindo da prática espacial coletiva. Em suma, as diferenciações fazem parte da construção dos espaços públicos, ao passo que a ação dos indivíduos pode se realizar mesmo que o sentido de espaço (público) venha a ser maleável de acordo com as relações contemporâneas de apropriação, igualmente admitindo as contradições. Estas, bem como as relações de produção do espaço urbano, são inerentes ao espaço e, portanto, inerentes ao processo histórico explícito e/ou implícito na análise através da Forma, Função e Estrutura.

3 - O PLANEJAMENTO DIANTE DAS REVITALIZAÇÕES E AS POLÍTICAS NO ESPAÇO PÚBLICO

As obras e os projetos de revitalizações à luz do pensamento e da pesquisa em geografia fazem emergir uma série de reflexões, tanto do ponto de vista das relações entre Forma, Função e Estrutura quanto da política contemporânea acerca desses projetos em espaços públicos.

As regulamentações balizadoras, como o Estatuto da Cidade e o plano diretor, que regem o ordenamento das cidades e dos espaços públicos, atualmente, levam consigo uma dimensão abstrata e de difícil compreensão do que de fato é o espaço público e o cumprimento do regimento do plano diretor "dito" participativo. Nesse caso, o papel do Estado é fundamental para o cumprimento da legislação, à medida que também se revela um empreendedor, no sentido de gerir as cidades como uma empresa, relação que o torna mais um ator e se distancia da função de mediador das relações sociais no sentido do pleno exercício da cidadania. Contudo, tal relação é cada vez mais acentuada ao passo que estamos inseridos em um sistema regido pelas relações capitalistas de consumo do próprio espaço, conforme já discutido. Quanto ao papel do Estado e das políticas urbanas em espaços públicos, Serpa esclarece:

No mundo contemporâneo, o Estado funciona de fato como uma gigantesca “administração caseira”. Esse “lar coletivo” ganha significado e sentido através da concepção de coletividades políticas como famílias saídas do sombrio interior do lar para a luz da esfera pública, como defendido por Arendt. O domínio público deixa de ter uma conotação política para assumir um significado cada vez mais “social”, interditando a possibilidade da ação. A sociedade atual impõe inúmeras e variadas regras a fim de normalizar seus membros, para abolir a ação espontânea e a reação inusitada, substituindo-as por tipos específicos de comportamento. (SERPA, 2007, p.38)

Nesses termos, o espaço público passa a ser empreendimento no sentido de que há investimentos e também a suposição de que o retorno dos investimentos das obras de revitalização passa a servir como instrumento de valorização e, na maioria dos casos, com regras sociais que determinam as ações e quais membros terão acesso a ele.

Para tanto, um dos documentos-base desta análise (Porto Velho, cidade do Rio Grande) é o Plano diretor, com suas diretrizes que norteiam o ordenamento e a gestão das cidades brasileiras. Entretanto, no caso do projeto do Porto Velho, no quesito participação popular durante o processo de elaboração ocorreu de maneira parcial, com representantes como políticos locais, que defenderam o projeto em nome dos habitantes e dos usuários do local em questão.

Segundo representante da superintendência do Superporto do Rio Grande, entrevistado a respeito da representação popular, a mesma se deu através das instituições públicas envolvidas, em razão de o espaço ser uma propriedade do porto; nas palavras do representante do Superporto, "...da população explicitamente não houve participação da população foi através das instituições públicas envolvidas, ou seja, por aquele espaço ser uma propriedade do porto, a iniciativa partiu da superintendência do porto do Rio Grande; era nosso patrimônio". Diante do relato transcrito, podemos observar a negligência no ponto em que o entrevistado atribui representação da "comunidade", por instituições como os governos federal, estadual, e municipal, o instituto dos arquitetos do Brasil, a sociedade dos engenheiros. Essa relação traz à luz a maneira como são executados tais projetos, elucidando o processo homogeneizador em sua realização: de cima para baixo, sem sequer a participação da população por meio de audiências públicas.

Outro documento legal é o plano diretor da área do porto em vias de revitalização, que contém especificações do processo da licitação, o qual culminou com a obra. Segundo as últimas informações na mídia local, a primeira fase da obra, que já deveria estar concluída, até o momento da realização deste trabalho, encontra-se parada. Essa fase seria, segundo o Secretário de Coordenação e Planejamento Urbano da administração anterior, concluída ao final do ano de 2011, o que não ocorreu. Trata-se de fatos que demonstram a falta de participação da população na gestão do projeto, no qual foi investido até então cerca de 1, 45 milhão, com 70% da primeira fase realizada¹. Tais conflitos demonstram a falta e/ou o pouco diálogo entre os envolvidos no processo embora o plano preveja o trabalho em comum acordo entre os envolvidos.

Numa pesquisa sobre brownfields, Vasques (2006) elenca alguns exemplos de diferentes casos de áreas degradadas e recuperadas pelo mundo. O caso mais bem-sucedido de participação efetiva da opinião pública, a respeito do uso dos terrenos da área portuária, deu-se na cidade de Montreal, no Canadá.

Todos os usos e mudanças físicas bruscas que rompam com a morfologia urbana tradicional são colocados de lado, uma vez que se preza pela história e o patrimônio cultural. A forma encontrada por Montreal, um tipo de estratégia coletiva, busca refazer a interface cidade-porto, através da renovação dos votos de um casamento que pode durar. (VASQUES, 2006)

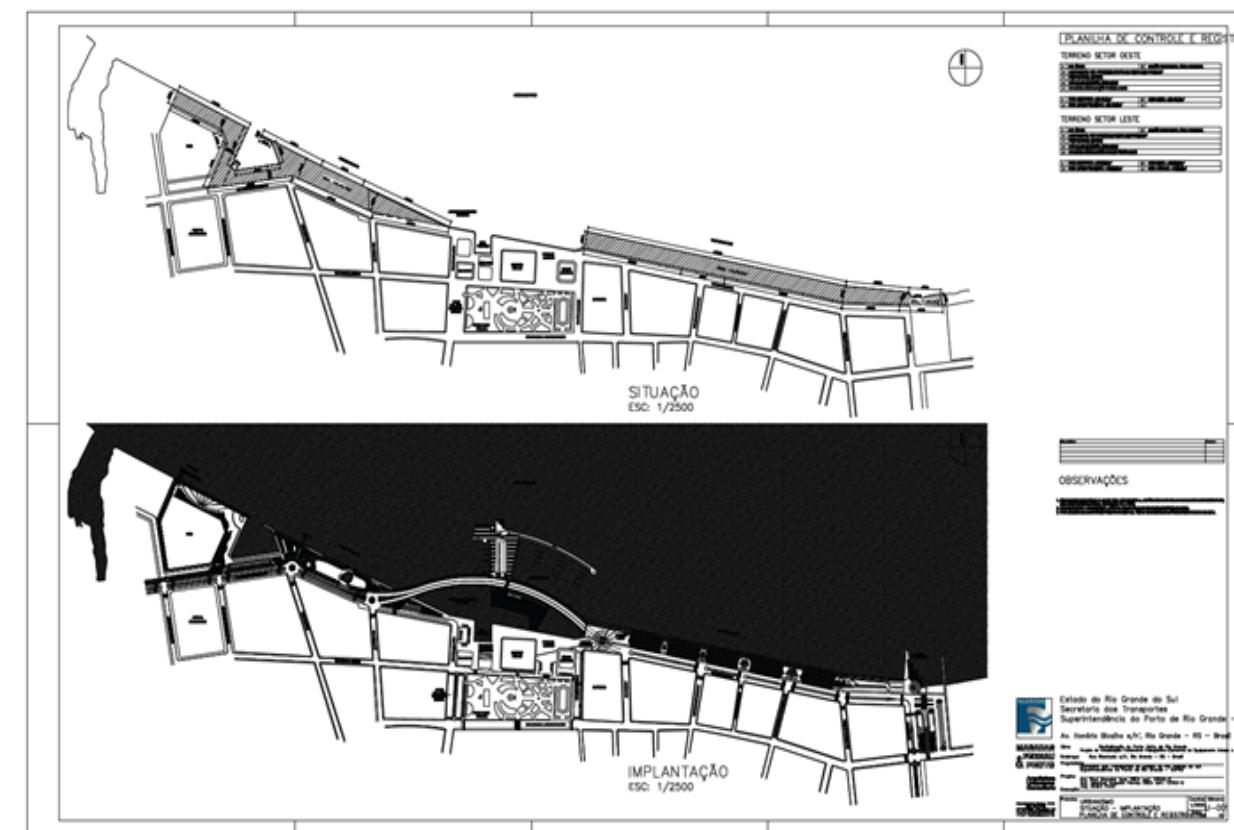
¹ Fonte Jornal Agora: <http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=3&n=23393>

Em outros termos, para melhor gerir as relações no espaço urbano, foram adotadas algumas políticas que podem ser contextualizadas no pensamento de Limonad (2003), por sua vez, com bases nos escritos de Henri Lefèbvre, que abordam, a partir das práticas sócio-espaciais, as dimensões “espacial e a política” e a “análise e a prática”. Essas dimensões são tratadas de forma indissociada, sob o viés da economia política do espaço, constituindo uma grande contribuição ao processo de produção, dada pelo espaço urbano contemporâneo, e às políticas que convertem espaços públicos de uso comum em espaços a serem consumidos.

As reflexões referentes a tais processos abordam os seguintes pontos: a quem servirá? Até que grau e de qual maneira o projeto afetará os possíveis usos e os atuais usuários na área do antigo porto? As instalações de reanimação afetarão o entorno; essa relação é notória, mas até que grau? O porto é inserido no centro histórico da cidade, o que supõe aprofundar a pesquisa com enfoque em seu uso e apropriação, visto que o processo implica consequências, conforme já enfatizado neste trabalho: a *gentrificação*. Também voltar-se, no que se refere ao patrimônio histórico, por Rio Grande ser a cidade mais antiga do Estado do Rio Grande do Sul e possuir valor histórico-cultural, o que lhe confere atributo passível de apropriação para o turismo.

Ao analisar a área em estudo, através da relação tempo e espaço e das políticas adotadas pelo plano diretor (política contemporânea de gestão das cidades), faz-se necessário analisá-lo, ao mesmo tempo em que permite trazer à tona especificidades locais, destacadas neste trabalho como ponto fundamental para o sucesso de obras de revitalização ou de reestruturação urbana. Para tanto, deve-se considerar a história, bem como as atividades que se desenvolveram em tal localidade no processo de formação e de mudanças contemporâneas. No caso em estudo, frente ao plano diretor, no que se refere a espaços em processo de revitalização. A figura a seguir mostra uma das plantas arquitetônicas da obra de revitalização, tornando possível visualizar as alterações pretendidas.

Figura 5. Planta da obra de revitalização dos três setores do Porto Velho da cidade do Rio Grande



Fonte: Superintendência do Superporto do Rio Grande

É através das formas, funções e estruturas que se torna possível desvelar, no presente, a causa de tal área encontrar-se abandonada e/ou ociosa, quer por motivos políticos de administração e econômicos, quer pelo deslocamento das atividades. No caso em análise neste trabalho, são das relações sócio - econômicas que derivam as mudanças das atividades portuárias: os motivos de sua realocação devido a mudanças na demanda desse setor como gerador de mudança nas relações comerciais e industriais existentes na cidade. Dessa forma, a utilização da tríade (forma, função e estrutura) dará a diretriz para a análise espacial, revelando as condições presentes, considerando os períodos nos quais, por meio das antigas formas, funções e estruturas, deixaram de herança marcas dos seus respectivos períodos no presente. Tais marcas podem ser reveladas através de registros históricos, no caso do Porto Velho, através de documentos e também de relatos, além da própria estrutura existente.

Dentro dessa problemática da conversão, mudanças de função vêm acompanhadas de (re) valorização do espaço e no consumo do mesmo. A lógica capitalista possui como dispositivo, na contemporaneidade, o consumo e não agregar valor a parcelas do solo, privilegiando determinados atributos até então pouco explorados, como é o caso, por

exemplo, do antigo porto e o valor histórico aliado a sua privilegiada localização. Essa lógica agrega valor na venda do visual e, com isso, o entorno pode se beneficiar com empreendimentos seja para moradia, seja para hotéis, no caso de a localidade ser também inserida na lógica do turismo. Esses processos agregados de revitalização e valorização, sem a devida apropriação, por parte da sociedade, e/ou em específico dos populares (civis), podem acarretar exclusão de parte da sociedade, devido ao acesso restrito, caudado pela supervalorização tanto do solo quanto de certos usos oferecidos em áreas “enobrecidas”.

Novamente a respeito do tema “revitalização urbana”, o qual sempre propõe novos desafios, porque embora uma tendência mundial homogeneizadora de investir nesses projetos, as áreas possuem significado específico, devido à história única, o que confere um olhar individualizado sobre os projetos. Admitindo que os portos do mundo sejam diferenciados em si e possuam alguma semelhança, que é a sua função primeira: portos mercantis que, em consequência, configuravam a cidade que os abrigava como entreposto comercial.

Nesse contexto, a dinâmica urbana está ligada à dialética do espaço, a qual norteia o presente trabalho, e a uma visão única sobre o espaço em estudo, visto que o mesmo é produzido e/ou (re) produzido por agentes sociais modeladores da cidade, conferindo atributos de acordo com as necessidades de seu tempo.

A reutilização de espaços vazios carrega consigo a necessidade de uma série de estudos do espaço urbano, enquanto que uma política urbana eficaz também se faz necessária, sem desconsiderar que crises econômicas acentuaram o processo de realocação urbana e afetaram novas reorganizações econômicas. Entretanto, em relação à revitalização de áreas ociosas, tendo como fundamento relacionar com os diversos casos realizados pelo mundo, é de extrema importância o máximo cuidado quanto aos possíveis impactos sociais, pelo modo como as operações de reanimação são realizadas. Destacamos, ainda, a importância das formas de usos e apropriações, os agentes produtores do espaço urbano, a história, a forma e a estrutura já existentes, com a finalidade de revelar as particularidades inerentes a cada espaço e processo para, assim, promover a análise sócio-espacial coerente com os dados e as políticas atualmente regidas pelo plano diretor. Desse modo, o contexto histórico das relações porto-cidade e da sua interface é o que utilizamos como ponto de partida da análise das transformações urbanas na cidade do Rio Grande/RS, com enfoque na culminação da revitalização do Porto Velho, do processo histórico aos possíveis usos na contemporaneidade.

Conforme já vimos na área estudada, em sua trajetória histórica e no que se refere aos usos, é notória como expoente a atividade portuária. Concomitante à existência do porto, as demais atividades fabris de diversos setores, por exemplo, alimentação, têxtil, dentre outras, sem mencionar o lazer, foram consequência da atividade portuária. O fluxo de pessoas que por ali transitaram (na interface) durante os dois séculos da relação porto-cidade é que gestou a cidade que encontramos hoje. Um bom exemplo disso é o mercado público, resultado ao mesmo tempo da combinação entre a ação humana e suas necessidades e que, de certa forma, “desenha” nas formas espaciais, encontradas até os dias atuais, as relações intrínsecas e as atividades portuárias desde sua gênese. Para melhor esclarecer essa relação, Arendt (1993) comenta a respeito do conceito de processo: “na ciência natural ou na ciência histórica é o conceito de processo, e a experiência humana real em que esse conceito se baseia é a ação”.

Com a passagem do tempo histórico, as relações portuárias, principalmente o fluxo e o volume de cargas, foram se alterando e, com isso, na prática, as demais relações também. Mas podemos observar que, de fato, não sofreram alterações significativas no sentido de potencializar o aproveitamento da área, o que culminou, no presente estudo, em sua classificação como uma *friche urbana e social* (de uso comum). O conteúdo encontrado (que é apresentado como “vazio”) revela o espaço dinâmico resultante da ação social, do trabalho e das relações capitalistas e, na contemporaneidade, possui em seu conteúdo atribuição de valor a espaços subutilizados sob o nome de revitalizações urbanas.

Diante dessa situação, o que observamos é a carência de usos, resultante no setor² oeste (complexo Rincão da Cebola), em um “vazio” que, nos últimos anos, servia como estacionamento para a empresa de transporte público local. Essa atividade acarretava consequência aqui entendida como subutilização diante da perspectiva de que se trata de um local de grande valor tanto histórico quanto cultural.

²Setor seguindo critérios de classificação e organização do atual projeto de revitalização implantado pela Prefeitura Municipal do Rio Grande.

Figura 6. Demonstração da subutilização da localidade Rincão da Cebola como estacionamento de ônibus da empresa privada que realiza o transporte público na cidade



Fonte: Jornal Agora (2010) Foto: Ricardo Irigom

Diante do exposto, podemos citar alguns exemplos de usos e potenciais que podem ser evidenciados, como para o lazer, o primeiro indício de possível reapropriação, na perspectiva de novos usos, o qual podemos observar a ocorrência na atualidade após o início das obras. A população frequenta a área para apreciar a vista e dispor de infraestrutura implementada após investimentos do projeto de revitalização. O projeto pode não atingir o máximo potencial do local; porém, de certo modo, contribuiu para a retomada com determinada apropriação até o presente momento (de término da dissertação proposta), observada através de trabalho de campo em loco, com obtenção de imagens em diferentes períodos durante o processo. Determinada apropriação porque há uma retomada, uma certa frequência de pessoas no local, devido a algumas mudanças já ocorridas embora aquém do projeto arquitetônico elaborado pelo arquiteto Macadar³. Em contrapartida, podemos constatar que a apropriação não é efetiva devido ao conceito possuir, em seu conteúdo, o reconhecimento coletivo dos usuários do processo histórico-cultural de determinada cidade, urbanidade ou ainda áreas citadinas, como é o caso do Porto Velho. Nesse viés, constatamos que a apropriação não é efetiva mesmo a obra ainda não se encontrando concluída, o que indica o processo em curso, no qual as relações espaciais se estabelecem para além das políticas e planos que, de certa forma,

³ Raul Macadar é o arquiteto responsável pelo projeto e pela equipe elaboradora do projeto ganhador do concurso que concedeu a possibilidade da revitalização do Porto Velho.

contribuem ao processo de formação a partir da prática sócio-espacial. Quanto à relação na "construção" urbana, no que diz respeito a planos exclusivamente arquitetônicos, recorremos a Lèfebvre (2004), a fim de expor com maior categoria as relações de produção sócio-espacial:

A análise critica o privilégio da vivência na sociedade urbana. Isso é apenas um "plano", um nível. No entanto o analista não faz esse plano desaparecer. Ele existe: como um livro Quem lê esse livro aberto? Quem percorre essa escrita? Não é um "sujeito" bem definido, e no entanto uma sucessão de atos e de encontros constitui sobre esse mesmo plano a vida urbana, ou o "urbano". Esta vida urbana tenta voltar as mensagens contra elas mesmas, as ordens, as coações vindas do alto. Tenta *apropriar-se* do tempo e do espaço frustrando as dominações, desviando-se de seus objetivos, usando de astúcia. Ela intervém também, mais ou menos, ao nível da cidade e do modo de habitar. O urbano é assim, mais ou menos, a obra dos cidadãos em lugar de se impor a eles como um sistema: como um livro já acabado. (LEFÈBVRE, 2004, p. 71-72)

O processo, que é hegemônico e homogêneo (revitalizações urbanas) e sem uma gestão adequada, corre o risco de futuros impactos como, por exemplo, a tomada com exclusividade pela especulação imobiliária de alto padrão. Nesse sentido, a apropriação por parte do capital leva à valorização do uso do solo e, com isso, em contrapartida, o insucesso do “empreendimento”, no que se refere à proposta de reanimar espaços públicos (espaços de uso coletivo ou ainda de diversas tipologias de usos). Os riscos mencionados nos são revelados por meio de estudos de comparação com outros casos de revitalizações, como o destacado e reconhecido exemplo do Puerto Madero, na Argentina, projeto arquitetônico pré-destinado à elitização e à valorização radical do espaço.

Em contraste com o declínio das parciais atividades herdadas e ainda existentes, reflexo de funções dessa parcela do espaço urbano e justificado por apropriação na passagem do tempo histórico, uma vez negligenciada pelo "reconhecimento" cultural desses usos (atividades náuticas tradicionais), pode haver o retorno ao esvaziamento do local. Esse vazio de significado de identidade com o local é um fator que consideramos forçoso para o risco de retornar ao vazio funcional, representado pela falta de conteúdo sócio-espacial das novas atividades, novos usos. Já no caso do Porto Velho do Rio Grande, os imbróglis político-econômicos que resultam em uma obra executada a passos lentos, podem contribuir para a apropriação, o que nos remete à citação de Lèfebvre (2004), transcrita anteriormente, no que tange à apropriação quando o modo de habitar burla o sistema pré-estabelecido, consolidando-se, assim, a produção sócio-espacial.

Diante disso, outra possibilidade de usos que podemos inserir num contexto sócio-econômico e se apropriando da cultura, que é utilizado como um meio contemporâneo de máxima valorização "do" e "no" espaço, reside em investimentos nas atividades turísticas. Tais atividades são lucrativas e, por outro lado, trazem a possibilidade de uso coletivo, o qual, se bem-administrado, poderá significar bônus à população local (moradores da cidade). Segundo o entrevistado, um ex-vereador que participou da reunião referente à reestruturação do Mercado Público setor central, em dezembro de 2012, enfatiza a relação do mercado com o turismo e nos elenca alguns exemplos bem-sucedidos de outros casos na América do Sul:

"[...]eu conheço alguns mercados ... por exemplo no Chile tem algumas cidades costeiras parecidas com Rio Grande e os caras tem alguns mercados que também deixaram de ser central de abastecimento... Aiquiqui é um conhecido no Chile por causa das praias... tem o mercado modelo é um mercado tem venda de peixe dentro do mercado... tem tudo flores frutas e restaurantes né e é um centro de turismo porque as pessoas vão pra ver aquelas características do mercado as pessoas ficam ali[...]" ⁴

O entrevistado alinha potencial turístico e cultura local, destacando a não necessidade de uma reestruturação que desconsidere as características próprias das relações estabelecidas na história em nome do turismo, exemplo do que seria uma espécie de "ideal" (diante da demanda atual) entre atividade econômica e apropriação.

O turismo pode ser atribuído a uma lógica de diversificação de atividades econômicas que garantiria, de certa forma, a sustentabilidade da cidade e, por consequência, fomento às relações trabalhistas. Posto que a cidade passou por ciclos econômicos com altos e baixos em que, durante vinte anos, no último quartel do século XX, encontrou-se em período de estagnação econômica e sem qualquer dinâmica que garantisse o sustento de inúmeras famílias, tornando necessária uma reflexão acerca da diversificação. Esse período de estagnação foi resultado do declínio da indústria e das atividades portuárias, inclusive da indústria pesqueira, para qual os esforços em investimentos foram direcionados em um dos períodos prósperos de investimentos no setor, durante as décadas de 1970-80. Segundo Martins,

Com os resultados das políticas estatais de subsídios e isenções fiscais da SUDEPE (entre 1962 e 1989), o trabalho dos pescadores produziu os maiores volumes de pescados capturados da história e o volume processado pelas indústrias atinge maiores quantidades. A tipologia das atividades desempenhadas indica que entre 1986 e 1988, das 19 indústrias que operavam legalmente, 14 enlatavam pescado e eram controladas localmente.

⁴ Entrevista realizada no escritório do entrevistado, em dezembro de 2013.

Na década de 90, são desativadas todas as unidades de enlatamento de pescado das indústrias do Rio Grande (MARTINS, 2002, p. 34)

Ao ressaltar as atividades industriais que outrora existiram na cidade e que foram praticamente extintas elencamos um bom exemplo para justificar a importância na diversidade de atividades sócio-econômicas. A importância da diversidade também contribui para além da sustentabilidade da cidade bem como na presente pesquisa evidenciar os períodos de ascensão e declínio econômico presentes na história da cidade.

Essas relações sob a égide das relações capitalistas dos processos, a exemplo da industrialização/desindustrialização, bem como das tipologias de economia instauradas em determinados momentos históricos são efêmeras segundo a ótica capitalista e o desenvolvimento da técnica. Além de, no processo de fechamento dos ciclos econômicos, deixarem de herança, impressos na paisagem e logo no espaço, tanto os vazios urbanos quanto os cinturões de pobreza diante da falta de absorção da mão de obra. Dessa maneira e para manter uma sustentabilidade urbana e assegurar a qualidade de vida e a manutenção da diversificação, seria estratégico, do ponto de vista econômico e social, emergirem novas funções para as antigas formas. Nesse contexto de estratégia de usos (funções), com retorno tanto financeiro (troca) quanto de uso, tendo como recurso as "velhas" formas que, além de recurso, trazem na história contida mais um elemento de agregação de valor: o valor econômico e o valor cultural intangível, que se referem à formação espacial da cidade e do país. Segundo Pimenta, a respeito da dinâmica urbana da cidade do Rio Grande,

A cada tempo histórico corresponde uma nova ocupação, com seus requisitos técnicos e suas particularidades formais. Pode-se dizer que, na cidade do Rio Grande, os diferentes ciclos produtivos constituem-se por justaposições urbanas, ou seja, vão sendo realizados a partir de acréscimos e incorporações de áreas com novas funções, o que permite, ainda hoje, uma leitura dos tempos históricos em seu espaço atual. (PIMENTA, 2006 apud MARTINS, 2006, p. 05)

Nesses termos, explorar além das atividades do atual “Polo Naval”, a partir dos anos 2000, quando recursos internacionais e nacionais estão sendo massivamente investidos, dos quais parte contribuiu com o investimento na revitalização do porto antigo com uma política nacional de revitalização e com investimentos do Estado do Rio Grande do Sul para a melhoria da infraestrutura urbana. Neste caso, diante dos investimentos na infraestrutura urbana, empreendidos pelas secretarias municipais, as autoridades e os gestores podem se valer do momento atual de investimentos e construir um legado a partir das estruturas existentes (friches) e ainda investir na área do turismo para assegurar, em parte, a

diversificação econômica diante do patrimônio (público, cultural e histórico) existente. A atividade turística, ainda pouco explorada, poderia assegurar um outro ramo, uma outra direção para a economia local: dado o grande potencial que a cidade oferece, e não é explorado de maneira ostensiva. Enfim, a diversidade econômica se justifica baseada nas relações já analisadas na cidade, onde são constatadas periodizações de ascensão e declínio das atividades industriais, no âmbito econômico.

Esses ciclos podem ser analisados como paradigmas econômicos naturalizados pelo processo capitalista, que faz surgir a necessidade de novas tecnologias em nome do desenvolvimento econômico acelerado, ou seja, da demanda por produtos e serviços que, de certa forma, promovem mudanças ou realocações das funções em determinados espaços urbanos. O processo em questão, em muitos casos, fada as cidades a sucumbirem diante da oferta de emprego, que resulta em acentuar diferenciações no perfil sócio-econômico, próprias do sistema vigente. No estudo de caso em análise, os períodos de ascensão e declínio dos ciclos econômicos são ligados aos circuitos nacional e mundial não apenas de ordem econômica local, por exemplo, na chamada "industrialização restringida"⁵, resultado de políticas instituídas de "ordem distante", nos quais encontramos explicação para os vazios urbanos e funcionais existentes ainda hoje.

Além disso, a análise pelo viés da história revela que cada fechamento dos ciclos econômicos trouxe consequências expressivas à cidade do Rio Grande e sua sociedade. Nos períodos em que as atividades fabris e portuárias praticamente cessaram e/ou foram realocadas, constatamos reflexo direto nas análises relacionadas à estrutura urbana decadente, tanto na esfera da infraestrutura quanto na das relações sociais, principalmente econômicas e culturais. O exponencial dessas relações é o Porto Velho, local de mister importância, porém subutilizado até o advento da revitalização. Na análise espacial do processo histórico, a oportunidade de reconhecer impressas em nosso tempo, a cada período político-econômico, heranças no espaço, marcando, assim, as contradições e os desafios inerentes ao processo de reprodução espacial, que resultam na totalidade expressa pela potência na identidade, na estrutura urbana única, revelada na cidade-obra.

⁵ Referência ao período industrial (déc. de 30 do séc. XX) de substituição de importações, e induzida pelo setor de exportações em pleno desenvolvimento, que proporcionou acúmulo de capital para importar os bens de produção, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento industrial interno. (Martins, 2006)

4. TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS NA PERSPECTIVA DA REVITALIZAÇÃO SOB A ÓTICA DAS POLÍTICAS ADMINISTRATIVAS

O projeto de revitalização do Porto Velho na cidade do Rio Grande/RS foi instituído, primeiramente, pela gestão política local em conjunto com o Superporto (estadual), ficando a cargo deste sua reconstrução e a revitalização do cais, com investimentos advindos da esfera federal via BNDES⁶. Diante disso, constatamos tratar-se de um empreendimento, a princípio, sem investimentos da iniciativa privada, já que vieram da esfera estatal, com a participação das três instâncias públicas: nacional, estadual e municipal. No entanto, ao analisar os processos de revitalização, de modo geral, surge a ideia de que são realizados investimentos públicos, mas que, em dado momento, a iniciativa privada toma partido, beneficiando-se desses investimentos quando vem à tona a necessidade da criação de estruturas básicas, como restaurantes, lojas, enfim, o comércio em geral. Podemos também atribuir a apropriação por parte da iniciativa privada a partir da valorização do local após suas potencialidades já consolidadas, casos raros, devido à maioria das obras de revitalização possuir investimentos privados desde a gênese, numa espécie de parceria entre empresas; porém, neste caso: empresa e Estado. Leite (2004) nos chama atenção a tal característica de estratégia, recorrente nas cidades contemporâneas, com base no processo de *gentrificação*:

Esse processo, estudado por autores como Harvey (1992), Featherstone (1995), Smith (1996) e Zukin (1995), tem resultado muitas vezes em *relocalização* estética do passado, cujo padrão alterado de práticas que mimetizam o espaço público torna o patrimônio passível de ser reapropriado por alguns segmentos da população e seus visitantes. Antigas áreas "marginais" das grandes cidades vão-se transformando em complexos centros de lazer, com sofisticados bares, restaurantes e galerias de arte. Numa apropriação quase privada do espaço urbano, essas práticas segmentam áreas centrais das cidades históricas e as transformam em cenário de disputas por um fragmentado espaço de visibilidade pública. (LEITE, 2004, p. 20)

Diante da parceria público-privado, é oportuna a discussão acerca do plano diretor participativo, no que tange às áreas destinadas em detrimento das atividades almejadas no plano desenvolvido para a área de revitalização, já que estamos tratando de um espaço público. Isso porque, no projeto de revitalização, estão contidas as áreas ou unidades de planejamento previstas pelo plano diretor do município: área central, centro histórico, área funcional e corredor de comércio e serviços, todas consideradas de ocupação intensiva e de

⁶ Segundo entrevistado, atual responsável pela obra no Rincão da Cebola.

unidade mista, devido à diversificação de ocupação ali existente que trazem alguns elementos que evidenciam a complexidade das relações para as ações empregadas.

Essa complexidade vem atrelada à conciliação entre os recursos (infraestruturas) para os usos já existentes e os interesses que possam surgir entre o público e o privado diante do que há e do que possa ser implementado, ou seja, do valor acrescido a tal área e seu entorno, aliado às possibilidades de uso e de seus valores (de uso e troca). No caso da área do Rincão da Cebola (setor oeste), são bastante evidentes as complexas relações encontradas nesse setor, além do espaço de lazer proposto pela revitalização, o Hospital Universitário (HU), comércios diversos, prédios públicos, como a polícia federal, o Centro de Convívio dos Meninos do Mar (CCMAR) em meio a *friches industrielles* (edificações industriais sem qualquer ou com parcial atividade). O recorte do setor oeste mostra a relação conflituosa dos limites que esbarram nas possibilidades; da conversão do local à complexidade pela diversidade de usos e interesses, em muitos casos, pode auxiliar na execução, na possibilidade ou na configuração espacial dos limites às ações para determinados usos, a exemplo das casas noturnas próximas a um hospital ou ainda ao CCMAR, cuja proposta é a de ser uma escola.

Questões que transitam entre o projeto arquitetônico e o planejamento urbano esbarram no plano diretor elaborado para área a ser revitalizada o que foi um critério para a participação do projeto no concurso para a revitalização, descrito no "regulamento II do concurso" bem como no plano diretor participativo municipal. O Estado do Rio Grande do Sul/RS, além de promotor do concurso, é o concessionário do Porto Velho como também do Superporto e ainda fundamentou a criação do projeto e do Programa de Revitalização de Áreas Portuárias (REVAP), do Ministério dos Transportes. Aliado a esse processo de elaboração do projeto, consta no programa a possibilidade de os espaços do Porto Velho serem absorvidos pela iniciativa privada por meio de locação ou arrendamentos diante de processo de licitação para uso das áreas “revitalizáveis”, algo previsto em lei. No edital do projeto, encontramos:

Conceber a revitalização do PORTO VELHO como um empreendimento urbano a ser predominantemente absorvido pela iniciativa privada. Caberá ao setor privado, através de formas legais, com o arrendamento das áreas e instalações portuárias revitalizáveis investir na execução de obras e serviços e explorar comercialmente bens e serviços de seu interesse.⁷

⁷ Trecho extraído do edital do concurso, item 5.1.11, p. 7

Essa parceria público-privado pode vir tanto através da geração de renda com prestação de serviços quanto da abertura de atividades até então enfraquecidas e pouco exploradas na cidade, com bases também no turismo. A citação anterior evidencia as contradições no próprio projeto, no qual o entrevistado representante do porto afirma que o objetivo é "devolver o espaço à sociedade":

"[...] o objetivo maior é a devolução do espaço pra comunidade... por que devolução do espaço pra comunidade? no sentido de que aquilo lá era uma praia né? em 1.700 em 1.800 era uma praia onde a população podia ir até a beira da praia e interagir...com a ação comercial no momento que as obras acontecem lá que é formado um cais e que existe um fechamento a comunidade fica excluída do uso e agora o que se propõe com as alterações operacionais da carga e da descarga... não tem muita função tu manteres aquilo lá como um porto comercial então por isso que esse projeto se propõe a devolver o espaço a comunidade com usos planejados para turismo, lazer para cultura pra gastronomia o próprio comércio[...]" ⁸

Embora o discurso mostre a preocupação com o uso coletivo, encontramos a cláusula que descreve a possibilidade da apropriação por um segmento da sociedade e o uso e a exploração de acordo com o seu interesse. Tal aspecto foi encontrado nos pressupostos básicos para o plano diretor do Porto Velho, o que pressupõe na pesquisa um ponto importante que relaciona apropriações privadas aos processos gerais da venda, valorização e apropriação por uma parcela da sociedade, contrariando o relato do entrevistado, representante do porto. Contudo, até a conclusão do presente trabalho, não constatamos a ocorrência de alguma intervenção da iniciativa privada. É importante, no entanto, atentar para o fato de que os projetos de revitalização seguem padrões, compactuando com uma das proposições desta dissertação, acerca do tema e da importância da análise, no campo da geografia, que compreenda o processo em questão do geral ao particular. Neste caso, a construção do hotel significa uma intervenção e uma apropriação privada do espaço. Serpa (2011) elenca, através da análise com bases em Lefèbvre, referências relativas aos padrões adotados nos projetos de revitalização:

Para Henri Lefebvre, não é necessário um exame muito atento das cidades modernas, das periferias urbanas e das construções, para constatar que tudo se parece. A dissociação, mais ou menos artificial entre aquilo que chamamos de "arquitetura" e o que chamamos de "urbanismo", isto é, entre o "micro" e o "macro", não contribui para o incremento da diversidade na morfologia urbana. Ao contrário, o repetitivo substitui a unicidade, o factual e o sofisticado prevalecem sobre o espontâneo e o natural, o produto sobre a produção. Esses espaços repetitivos resultam de gestos de atitudes também

⁸ Idem referência 2.

repetitivos, transformando os espaços urbanos em produtos homogêneos, que podem ser vendidos ou comprados. Não há nenhuma diferença entre eles, a não ser a quantidade de dinheiro empregada. Reina a repetição e a quantificação. (SERPA, 2011, p. 19)

Podemos citar exemplos típicos de atividades voltadas ao turismo, tais como visitas guiadas, venda de produtos relacionados ao turismo, caso da alimentação advinda da atividade pesqueira (no caso do Rio Grande), venda e produção de souvenirs confeccionados por artesãos locais, dentre outras encontradas em todas as cidades turísticas. Para atividades voltadas ao turismo, é preciso um planejamento eficiente e com olhar atento às necessidades e às particularidades do local, visando à inclusão de todas as camadas sociais, as quais conferem características próprias da cidade, expressas na urbanidade rio-grandina, mesmo que utópico do ponto de vista da análise de Serpa (2011), não pode ser negada a existência das potencialidades contidas nas particularidades.

As atividades realizadas de maneira integrada e com a participação e representação da maioria tornarão possível elevar o status do Porto Velho e toda sua área ao patamar de referência regional, nacional e até mundial, conforme podemos evidenciar através da história e da importância que lhe foi atribuída enquanto porto voltado às atividades comerciais. Apesar de entendermos a importância da atenção na confecção e na execução dos projetos, com o objetivo de resgatar ou ainda de manter viva a cultura, compactuamos com Leite (2004) e sua justificativa acerca da existência de tais processos, a exemplo de outras experiências, dotadas de ideologias contemporâneas de consumo além do próprio espaço, o chamado consumo cultural:

As experiências recentes que evidenciam essa tendência são muito diversas e possuem, evidentemente, suas próprias características. Diferentes localidades integram essa perspectiva orientada pelo (e para) o consumo, combinando intervenção no patrimônio, requalificação dos usos da cidade e melhorias de infraestrutura urbana. Essas políticas urbanas têm dividido opiniões e colocado e recolocado o debate sobre o patrimônio cultural em torno das ciências sociais, tais como identidade, cidadania, memória e democracia cultural. São estes alguns conceitos que perpassam o debate sobre as cidades históricas, divididas entre a suposta autenticidade da tradição e a espetacularização de suas fachadas para o consumo visual. (LEITE, 2004, p. 20-21)

Além da importância histórica, não podemos negligenciar e restringir o potencial oferecido pelo antigo porto e, com isso, a adequação do projeto às políticas públicas e ao plano diretor participativo, a fim de atender de maneira satisfatória os usos potenciais da localidade, compreendendo que as transformações espaciais são parte do processo de valorização espacial. Sob tal lógica, as intervenções aliadas a uma política popular

participativa, a profissionais de diversas áreas voltados ao estudo de revitalizações urbanas juntamente com os gestores vislumbrarão a manutenção do potencial histórico e paisagístico com as possibilidades de novos usos.

Figura7. Imagem aérea representativa do potencial turístico da cidade do Rio Grande/RS



Fonte: Prefeitura Municipal do Rio Grande. Acesso em janeiro de 2014
http://www.riogrande.rs.gov.br/internet/visualiza_foto.php?tipo=0&id=FT_424c34fd07f65

Cercada por corpos d'água, a cidade apresenta atributos ao desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo e ao mar, porém ainda pouco exploradas tanto pela iniciativa pública quanto privada, de modo geral.

A falta de usos significativos do Porto Velho talvez seja uma das maiores evidências do descaso com o patrimônio público e com o desenvolvimento econômico local. Essa exposição parte das disposições que o Superporto abrange relações econômicas em escala mundial e nacional enquanto a cidade abriga os diversos conflitos por configurar uma cidade portuária. O município deve assegurar e mediar conflitos provenientes da relação porto-cidade; porém, não garante a sustentabilidade da cidade mediada pela economia global das atividades portuárias contemporâneas. Já o antigo porto possui em seu conteúdo potenciais diferenciados, pois foi a janela para o mundo que abriu não só para a cidade, mas para a região e o Brasil, a possibilidade do desenvolvimento tanto econômico quanto cultural, configurando à cidade uma feição cosmopolita desde o século XVIII. Para elucidar a importância do porto para a cidade, são oportunas as palavras de Queirós:

Através do porto, Rio Grande garantiu um considerável nível de desenvolvimento, que refletiu-se no crescimento da área urbana. Este desenvolvimento ganhou um vulto assombroso se consideradas as críticas

condições que marcaram sua existência ao longo dos mais de setenta anos decorridos desde sua fundação e, sobretudo, se levado em conta que as suas condições físicas adversas prevalecem, nessa fase de prosperidade. (QUEIRÓS, 1987, p.142)

Sendo o Porto Velho um dos propulsores da formação espacial citadina, podemos observar que, ainda nos dias atuais, ele pode apresentar potencial econômico adequado aos usos e necessidades contemporâneas. Aliado ao potencial econômico e cultural⁹ a localização privilegiada para atividades turísticas também pressupõe a importância do mesmo para o desenvolvimento sócio-econômico-cultural da cidade. É notável que, mesmo diante da dinâmica ocorrida nos últimos séculos e ao considerar o tempo de estagnação que a cidade enfrentou, o antigo porto ainda se encontra ocioso em relação à função social em amplo espectro e com a revitalização a passos lentos, mesmo diante dos investimentos destinados à recuperação desse espaço.

A área em questão, o Porto Velho, traz consigo as instâncias temporais de relevância tanto para os estudos urbanos quanto para o planejamento e, logo, às análises contemporâneas das revitalizações. Já sob a ótica de destacar aspectos de maior relevância para possíveis usos e apropriações convenientes com a estrutura urbana resultante das relações sócio-espaciais, sublinhamos a importância da inclusão dos habitantes locais nesse processo, conforme já discutido no Capítulo 4. Por conseguinte, esses habitantes, em sua maioria, possuem relações estreitas com a localidade, evidentemente constituídas ao longo da história e dos usos atribuídos ao Porto Velho em contrapartida aos demais (migrantes ou turistas, visitantes), os quais são mais suscetíveis ao processo de "espetacularização" urbana. Apesar disso, reconhecemos a importância da relação cidade-porto e do processo espacial de ordem distante e de ordem próxima que resultou na estrutura encontrada hoje, embora também reconheçamos a importância das relações cotidianas das práticas espaciais. Segundo Martins (2004), a respeito da formação, da gênese da cidade do Rio Grande, é notável a importância do Porto:

O contexto do surgimento da cidade relaciona-se com o principal meio de transporte à época - o marítimo, como a própria justificativa de sua existência ao abarcar um porto como ponto de passagem. Ou seja, para os lusos a ideia de um porto fortificado naquele local suplanta a própria cidade, e o surgimento e desenvolvimento desta seria decorrência da precária instalação portuária instalada no século XVIII numa primeira fase. (MARTINS, 2004, p. 62)

⁹ Cultural no sentido de promover a leitura da cidade através dos tempos e apresentar-se diante de nossos olhos (revelada) pela sua estrutura, que remete às relações do porto, como a interface entre a cidade e o mar.

Podemos observar que o espaço pesquisado e a cidade como um todo, desde a gênese até a atualidade, permanece em consonância com as atividades econômicas e de lazer e, assim, revelam a historicidade na estrutura portuária. Nesse sentido, o Porto Velho carrega em seu conteúdo a história e, evidentemente, as relações sócio-espaciais presentes na cidade do Rio Grande, o que é possível traduzir por relações de trabalho, de usos e de apropriações, as quais conferem características, legibilidade única dessa expressão urbana citadina. Em se tratando das relações transversais do espaço geográfico e do processo de revitalização,

A herança de um mesmo passado não evoluirá da mesma maneira segundo as relações hoje dominantes e, inversamente, as oportunidades oferecidas por uma dada herança pesarão sobre a forma de desenvolvimento das atuais relações sociais. (LIPIETZ, 1987, p.02)

Ao tratar de um local de passagem (espaço público), é relevante analisar quais usos o mesmo adequaria na contemporaneidade, com a finalidade de um maior aproveitamento desse espaço público diante da estrutura que há (forma e estrutura). No entanto, mesmo possuindo estrutura portuária com atividades voltadas ao mar, diferenciais de usos e apropriações emergem. Um bom exemplo disso é a passagem de atividades comerciais clássicas relacionadas ao turismo nos diferentes tempos: passamos do consumo "no" espaço para o consumo "do" espaço; porém, a lógica permanece: o lucro, a valorização do espaço sob a lógica do capital. Por isso, a reestruturação que nos propomos analisar deve contemplar as relações sócio-espaciais persistentes em diferentes períodos e adequá-las ao presente, com o intuito de não suprimir a identidade local mesmo sob o risco de apropriação da cultura enquanto mercadoria. Ainda sobre a importância do antigo porto na constituição espacial da cidade do Rio Grande, vigente até os dias de hoje:

Apesar da inauguração do Porto Novo em 1915, a importância do Porto Velho persiste enquanto ancoradouro de embarcações de pequeno e médio porte, descarga de pescado e tráfego de passageiros e embarcações ligando com São José do Norte as ilhas. (TORRES, 2004, p. 42-43)

Hoje, sob a égide contemporânea da valorização de áreas a partir de seus atributos visuais, paisagísticos, que remetem à natureza, o espaço passa a exercer uma nova ou diferente função, cujo sucesso resultará da apropriação e da aceitação social. Como é possível observar, nas palavras de Torres (2004), o Porto Velho, mesmo com atividades parciais em relação a que exercia, continuou (em 1915) com notável importância funcional. Isso faz emergir, sob a ótica da revitalização, importância – tanto comercial quanto de usos como, por exemplo, para o transporte de passageiros – de seu projeto de revitalização, encabeçado nos anos de 2010. As referidas relações deveriam ser levadas em conta para a criação do projeto

de revitalização que contemple as particularidades do local, sendo que as mesmas revelam as atividades voltadas ao sistema marítimo e em decorrência da história, levando a crer, diante dos dados já levantados que, para o sucesso da obra, é importante considerar as formas, funções e estruturas existentes, bem como seus usos potenciais. A seguir (Figura 6), podemos observar a imagem do projeto realizado pela prefeitura da cidade do Rio Grande:

Figura 8. Imagem do projeto arquitetônico de autoria da equipe do arquiteto Raul Macadar, representando o "complexo Rincão da cebola" (setor oeste).



Fonte: Figura contida no projeto de revitalização do Rincão da Cebola, cedida pela coordenação de planejamento urbano da cidade do Rio Grande.

Os espaços ociosos em solo urbano, em geral, implicam uma gama de consequências aos usuários e moradores, isto é, à sociedade, conforme já vimos durante o presente trabalho. A partir disso, retomamos um aspecto importante no que tange à participação popular diante do plano diretor no nível do planejamento: a discussão a partir do conflito de diversos interesses. A degradação causa transtornos à população, desde as que ali habitam como também as que transitam por tais áreas e no entorno. Em contraponto ao abandono dessas áreas, pode ocorrer a supervalorização das mesmas após a revitalização; essa supervalorização possui caráter excludente de parcela da população, e inúmeros são os conflitos emergentes.

Se tratarmos sob o viés da degradação e da subutilização de áreas que outrora foram valorizadas, por estratégia locacional ou cultural e que hoje se encontram apropriadas por parcela social marginalizada, as *friches urbanas*, onde normalmente encontramos, por

exemplo, usuários de drogas, moradores de ruas, constatamos serem situações geralmente encontradas pelo mundo e não somente na cidade do Rio Grande/RS. Essa situação de degradação é um conflito, na medida em que esses locais públicos subutilizados e marginalizados abrigam apenas parte da população, a qual contribui com a degradação dos mesmos. Um bom exemplo que podemos trazer é o caso do CCMAR, localizado no setor oeste (Rincão da Cebola) onde, conforme já vimos, a área encontrava-se degradada. Na imagem a seguir, podemos observar no plano de fundo o prédio do CCMAR revitalizado, anterior ao início das obras do cais na localidade do Rincão da Cebola, setor oeste da revitalização do Porto Velho.

Figura 9. Prédio revitalizado que abriga o CCMAR, com o início das obras no setor oeste.



Fonte: Jornal agora, dezembro de 2010

Na sequência, outro exemplo de degradação do patrimônio citadino, retrato da degradação urbana após o encerramento das atividades industriais, as quais, ligadas às atividades portuárias e, logo, guardando relação direta com a degradação industrial e portuária, em particular com o Porto Velho e as atividades pesqueiras.

Figura 10. Algumas edificações representativas de indústrias de pescado



Fonte: Perla do Couto, maio de 2012

Assim, ao se tratar de um espaço público (no caso, o Porto Velho), não foi diferente no sentido de degradação e abandono, em especial no setor oeste, conhecido como Rincão da Cebola; já nos setores central e leste, que abrigam o mercado público e os armazéns, a situação foi mais branda: a área foi, de certa forma, degradada, mas com parcial conservação das edificações. A menor degradação dos setores central e leste pode ser constatada com uma análise a partir da ocupação, ou seja, espaços ocupados correm menor risco de cáírem em total deterioro. No caso dos armazéns, são ocupados pela superintendência portuária, enquanto o central, pelo mercado público e pela hidroviária, por comerciantes e transeuntes; ambos locais públicos, com a única diferença de que os armazéns estão sob a tutela da superintendência.

Tudo isso para voltar à discussão acerca da necessidade de uma gestão coletiva, com a participação popular; afinal, nesses lugares, encontramos diversidade de ocupação, além de serem *espaços públicos* locais, onde "El derecho al espacio público es en última instancia el derecho a ejercer como ciudadano que tienen todos los que viven y que quieren viviren las ciudades" (Borja, 1998, p.12), onde as práticas espaciais são consolidadas, de coletividade; onde se produz e reproduz o urbano, sejam de que natureza forem. Importante esclarecer o conteúdo fundamental do espaço público (conteúdo expresso pelo direito ao espaço ao exercício da cidadania, da coletividade) onde são articuladas ações políticas, econômicas, civis, culturais mesmo com intenções rentáveis, mas não deixa de ser o "lócus" para onde converge a ação, o exercício da cidadania, através do qual a (re) criação do urbano acontece. Ditoisso para fundamentar que:

El espacio público tiende fundamentalmente a la mezcla social, hace de su uso un derecho ciudadano de primer orden, así el espacio público debe

garantizaren términos de igualdad la apropiación por parte de diferentes colectivos sociales y culturales, de género y de edad. (BORJA, 1998, p.12)

Diante do que foi colocado, podemos concluir que, mesmo sob a égide do capital, o espaço público ainda é o parâmetro para diferenciarmos o privado¹⁰. É importante atentar para a complexidade, que não se esgota diante da problemática representada pela conversão, em especial, dos espaços públicos e, aliado a isso, levantar questões como a segurança de espaços revitalizados, fundamentais à correta ocupação da área por parte da população bem como para a realização de atividades turísticas. No mesmo contexto, deve-se pensar que, sem segurança, há a impossibilidade de desenvolver atividades que perdurem e prosperem. A questão da segurança foi levantada pelo entrevistado representante atual das ações no Rincão da Cebola.

O projeto de revitalização do antigo porto tem sua obra executada, em parte, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal do Rio Grande, e apresenta um desenvolvimento lento para as perspectivas e entusiasmo presentes na elaboração do projeto. O projeto foi compartimentado em três setores, a fim de realizar as obras previstas pelo projeto total: setor oeste, setor central e setor leste. A figura 11, a seguir, representa os três setores do projeto de revitalização.

Figura 11. Representação dos três setores (oeste, central e leste)



Fonte: Perla do Couto, maio de 2012

Segundo o memorial descritivo do projeto de revitalização, em seus objetivos,

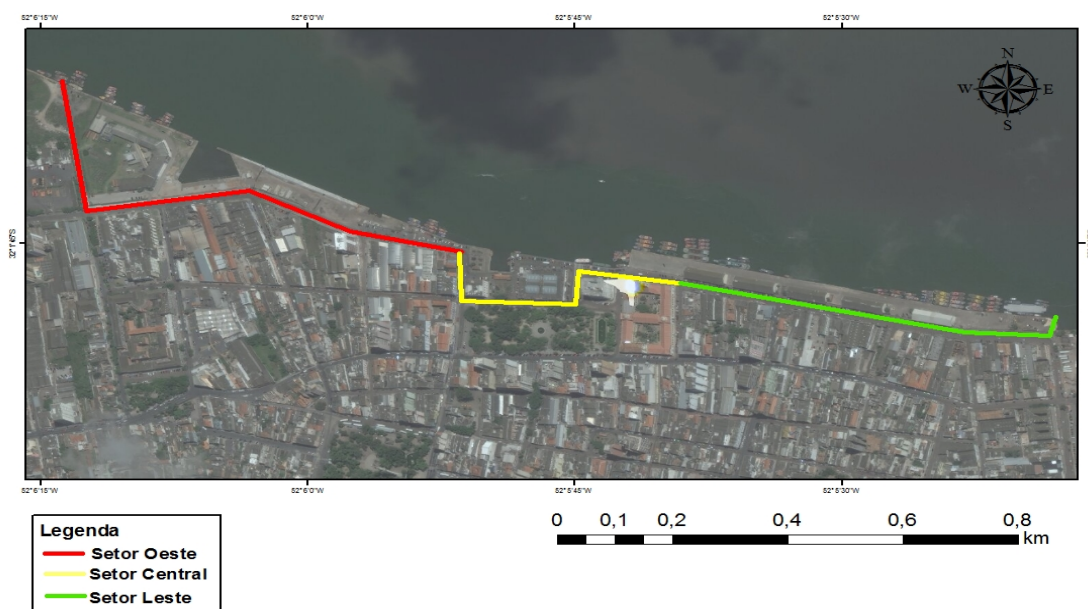
Este projeto, resultado de um Concurso Nacional de Arquitetura realizado em 1998, corresponde a um dos três setores em que foi compartimentado o

¹⁰ Há que se considerar a diferenciação conceitual entre o *espaço público* (de igualdade cívica) o privado e o privado de uso coletivo.

projeto total de Revitalização do Projeto Velho: Setor Oeste, Setor Central e Setor Leste. Cabe-nos salientar que esta compartimentação em setores permite a flexibilização necessária para sua implementação total, tanto do ponto de vista econômico-financeiro como de sua construção em etapas completas e autônomas. Outrossim, permite sua melhor integração e incorporação ao resto da cidade e de sua população.¹¹

A primeira fase de execução da obra se concentra no setor oeste, denominado complexo “Rincão da Cebola”. Essa compartimentação, segundo a administração (Secretaria Municipal do Planejamento Urbano), é necessária para sua implementação total, do ponto de vista econômico e devido à circunstância dos repasses das verbas destinadas à obra, pois permite a melhor gestão na realização da obra. Ao mesmo tempo, permite sua melhor integração e incorporação à cidade, conforme registro no memorial descritivo, que compõe o projeto da prefeitura municipal; outra questão é ponderar que a obra é realizada com financiamento das três esferas dos poderes: nacional, estadual e municipal; portanto, a realização do projeto fica na dependência, além da liberação de verbas, do diálogo entre os poderes, o que pode ser visto como um impasse à realização e ao desenvolvimento da obra visto que, no Brasil, os imbróglis políticos entre governos para as realizações de obras públicas constituem uma prática.

Figura 12. Representação de localização dos três setores: oeste, central e leste



¹¹ Trecho extraído do projeto arquitetônico-urbanístico, tratamento paisagístico elementos de equipamento urbano e comunicação visual cedidos pela Secretaria de Coordenação e Planejamento Urbano da prefeitura municipal e de posse do Superporto da cidade do Rio Grande. (1997, p. 5)

Obras de reestruturação, geralmente, demandam grandes investimentos financeiros o que, muitas vezes, não retornam de maneira satisfatória quando continua em desuso (parcial ou total) pela população em geral, em razão da falta da prática social e/ou de incentivos de atrativos. Outro ponto a destacar é que esse processo pode conter investimentos de diversos setores da sociedade, inclusive da iniciativa privada (particulares, empresas), justificada por grandes investimentos, devido à complexidade que envolve intervenções no âmbito da revitalização, principalmente em *espaços públicos*, ao passo que, ao término das obras, a apropriação pelos investidores é praticamente inevitável. Trata-se de relações constatadas em praticamente todas as grandes obras de revitalização urbana, notadas por meio da revisão teórica e frente a outros estudos de caso.

Na cidade do Rio Grande/RS, na área do Porto Velho, a história é contada através das formas ainda encontradas, muitas delas, nas suas imediações, o que deve ser considerado para o planejamento da obra de revitalização. Nas proximidades do antigo porto, onde podem ser observados inúmeros prédios que, de certa forma, revelam um passado de triunfo da cidade, em suas relações econômicas. Contadas pelas formas já destituídas de suas antigas funções, que hoje configuram “*friches sociais*” e “*friches industrielles*”, as construções do abandono¹². Diante disso, a revitalização pode trazer diversos benefícios, mas sem perder de vista a possível mudança sócio-econômica dos usuários, com o discurso apoiado na melhoria da qualidade de vida fundamentada, por exemplo, na sustentabilidade da cidade.

Insistimos em que, no que tange a políticas de importante destaque, mesmo que com pouca eficiência, diante das pesquisas já realizadas, como o caso do plano diretor participativo na cidade do Rio Grande. Essa diretriz norteadora, regulamentadora das leis não efetiva de fato, em regras gerais, sua proposta balizada no estatuto da cidade e evidencia sua ineficácia na maioria dos casos relacionados à participação popular. Os resultados refletidos nas obras públicas, como também na fala dos gestores ao serem indagados sobre as diretrizes que norteiam o curso da obra, e a importante questão abordada no Estatuto das Cidades e no Plano Diretor sobre a participação popular não se efetivam.

A importância da participação, por meio de audiências ou de consultas (levantamentos sócio-espaciais), no próprio espaço público, como entrevistas, dariam subsídios reais a

¹² Abandono devido ao fato de serem encontradas em “vazio” de função.

respeito dos usos e da apropriação dos espaços públicos e comuns a todos, desde a população local, até os visitantes. Isso porque esse espaço se encontrava em “abandono”, subutilizado, mas, ao longo do processo histórico (relação espaço-tempo), teve diferentes tipos de apropriação, e os processos contemporâneos apontam para a apropriação privada, pela ineficiência da gestão no que tange à aplicação das regras. Essas apropriações, com características voltadas a atividades relacionadas aos corpos d’águas e ao centro histórico e comercial que circunda a área e que, de fato, não se extinguiram por completo, servem de pilares para os novos usos, mesmo que apontem para o discurso meramente político; trata-se da forma mais expressiva de apropriação da área do antigo porto. Há evidências e resquícios de atividades passadas e ainda presentes em toda a área de estudo. Pode-se presenciar, de maneira parcial, a atividade da pesca; a travessia para as ilhas por meio de embarcações de pequeno porte, na área do mercado público; atividades no entreposto de pesca (comércio de pescados) e/ou no próprio mercado, as quais estreitam as relações com a população existente nas ilhas e na cidade vizinha de São José do Norte.

Nesse sentido, é possível apreender uma série de diferentes formas ou tipologias de apropriações desse espaço, o que já evidencia a importância de “olhar” com atenção as necessidades e as mais eficientes maneiras de revitalizar o antigo porto

5. O PORTO COMO INTERFACE NO PROCESSO URBANO DE FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL NA PERSPECTIVA HISTÓRICA A CONTEMPORANEIDADE

O capítulo que ora se inicia trata da relevância do Porto Velho, desde sua gênese de fundamental contribuição à constituição sócio-econômica da cidade, com enfoque no seu potencial nos dias de hoje. Considerando a potência que existe nos possíveis usos (funções), ao se valer do conteúdo histórico-cultural inerente a esse local, encontra-se a possibilidade de reanimação no processo contemporâneo de revitalização do Porto Velho. Sob tal ótica, é possível relacionar os potenciais urbanos, sob o viés sócio-econômico, às oscilações do apogeu; a estagnação à revitalização, mediante o processo histórico e as políticas adotadas nos diferentes períodos históricos para o uso da área de estudo frente ao projeto de revitalização. Nessa perspectiva reside a possibilidade da concretização de outro objetivo da presente pesquisa.

Ao tratar de um espaço público de ampla acessibilidade e da diversidade de usuários, representada tanto pela população residente quanto pelos visitantes, o presente capítulo busca explicitar os conflitos contidos nessas relações e revelar o processo contemporâneo da revitalização através das contradições inerentes à produção espacial, desde a hegemonia do processo até as particularidades do estudo de caso. Com isso, os impactos sociais na área, em vias de revitalização em decorrência da obra, são de relevância proporcional à importância do porto em seu contexto histórico, visto o Porto Velho revitalizado constituir um embrião que irradia para o entorno valorização do espaço urbano, com a finalidade, além de aumentar o fluxo de pessoas e de usos, de fomentar a valorização especulativa do solo urbano, talvez a maior consequência do processo de revitalização. Dadas as referidas condições de valorização espacial e o destaque e a atenção aos possíveis impactos sócio-espaciais, sejam eles prós e/ou contras, os quais, quando bem-administrados e apropriados pela sociedade civil, podem gerar bônus como o aproveitamento da área tanto para o lazer quanto para a geração de empregos, seja através da atividade turística, da valorização da cultura e do patrimônio histórico ou ainda em relação a outras formas de apropriação. Também é importante destacar a relevância de a cidade ser a mais antiga do Estado do Rio Grande do Sul e possuir na sua memória tanto o patrimônio histórico quanto o cultural, e a formação espacial para além da cidade, atingindo o Estado, a região e o país. Por outro lado, pode trazer consequências como o processo de

gentrificação¹³, com a "expulsão" de parte da população, a exemplo, no caso em questão, dos pescadores artesanais, dos comerciantes e dos proprietários de pequenos estabelecimentos instalados nas mediações da revitalização, fenômeno naturalizado nos processos de revitalização urbana. Quando nos referimos à "expulsão", significa uma mudança no perfil do usuário, dos frequentadores ou ainda dos comerciantes e proprietários de empreendimentos no entorno e não necessariamente da remoção direta de pessoas. A diferença está no fato de que o Porto Velho é configurado espaço público (de uso coletivo e gratuito) e, com isso, há diferenciações sutis no que tange à lógica de valorização espacial onde não há remoção efetiva de contingente de usuários como em áreas destinadas à iniciativa privadas, a exemplo dos shoppings que, apesar de passarem o ideal de espaço público, constituem locais de livre consumo, porém de domínio privado. Nesses casos ocorridos em áreas destinadas à moradia ou à mudança radical de usos de determinadas áreas urbanas, alvo de especulação para a valorização, a expulsão é explícita já no exemplo dos espaços públicos, nos quais o processo se mostra de maneira perversa, com a expulsão ocorrendo em função do poder aquisitivo do usuário. Portanto, num retorno que visa a melhor esclarecer acerca da memória urbana, elemento importante na análise desses processos e das cidades e, muitas vezes, "objeto" de agregação de valor, são importantes as palavras de Abreu:

[...] a verdade é que os termos "memória urbana" e "memória das cidades" vingaram e dizem respeito não a capacidade de lembrar de indivíduos ou grupos, *mas ao estoque de lembranças que estão eternizados na paisagem ou nos registros de um determinado lugar, lembranças essas que são agora objeto de reapropriação por parte da sociedade* [...] Distinguiremos, entretanto, a "memória urbana", que ao nosso ver trata do estoque de lembranças do modo de vida urbana *per si*, sem obrigação de relacioná-las a uma base material particular, a um lugar específico, e "à memória da cidade", que referencia obrigatoriamente essas mesmas lembranças a uma base material precisa, a um determinado lugar. Essa distinção é importante para que discutamos porque a história, que tanto pode contribuir para o resgate da memória de uma cidade, vem contribuindo tão pouco. (ABREU, 2012, p.31)

Nesses termos, os processos de revitalização portuária possuem como objetivo, pressuposto, por trás da "revitalização", a revalorização e, em consequência disso, a (re) integração da cidade ao porto, o que aqui chamamos de interface.¹⁴ A referida ligação entre o

¹³ Processo revisto na contemporaneidade com paradigma de resultados de valorização através da conversão de áreas centrais.

¹⁴ Interface: local onde dois espaços se fundem e forma-se o limite comum entre ambos: a cidade e a estrutura portuária.

porto e a cidade, ou melhor, a interface cidade-porto, pressupõe (re) apropriação dessa espacialidade e, para tanto, a memória da cidade bem como a memória urbana são importantes ao resgate, à reinserção ou ainda ao entendimento dos potenciais de usos adequados da localidade em foco. É nessa interface, no "cais do porto", que se estabelecem relações peculiares, as quais refletem, em parte, o cotidiano com maior aproximação das atividades que existiram e ainda existem nessa interface, atividades que produzem uma urbanidade voltada às atividades náuticas (pesca, travessia de pessoas por embarcações, o comércio no mercado público e arredores). No caso específico das atividades pesqueiras, pesca artesanal, esportiva e também comércios tradicionais no local, como no caso do mercado público (setor leste). Isso sem mencionar o fluxo de pessoas vindas das ilhas e da cidade de São José do Norte/RS, em embarcações que realizam a travessia e ancoram nas proximidades do referido mercado público. As antigas indústrias (setor oeste) são alguns exemplos desse cotidiano, contidos na memória da cidade, em sua memória urbana. Imagens representativas do cotidiano voltado às atividades pesqueiras e de comércio que, na atualidade, remetem o que podemos intitular "memória dos cais", fazendo alusão ao trabalho de Torres (2009), o qual podemos associar à memória urbana, à memória da cidade. A seguir, imagens de algumas situações que evidenciam as relações recém-descritas:

Figura 13. Embarcações pesqueiras ancoradas no cais do Porto Velho, nas proximidades do mercado público.



Fonte: Perla do Couto, março de 2013

Figura 14. Fluxo de pessoas e comércio do pescado na doca do mercado público. Pequenas embarcações que algumas fazem a travessia para a Ilha dos Marinheiros.



Fonte: Perla do Couto, março de 2013

Essa integração entre usos e usuários produz uma urbanidade própria, em nível pontual: no cais. Nele, como em nenhum outro ponto da cidade, é possível encontrar tais relações históricas, resultando no que encontramos ainda hoje nas formas, funções e estruturas. Essas relações, embora diferenciadas, evidentemente em comparação a outras épocas, por exemplo nos anos de 1900, nos leva à constatação de que a (re) produção espacial da interface do Porto Velho da cidade do Rio Grande é única e permanece "viva" nas atividades ainda realizadas ali (memória urbana e da cidade). A afirmação feita é possível por se tratar de um porto que, apesar de mudanças funcionais (usos), decorrentes da demanda atual, sob a égide da revitalização, continua a configurar-se como tal, em decorrência das atividades ali realizadas (náuticas): é o que diferencia as revitalizações urbanas em geral do(s) caso(s) portuário(s). Nesse sentido, além da possibilidade da (re) apropriação por meio da valorização do uso para o turismo, reside a importância do planejamento da diferenciação dos impactos na área em si (interface) e do espraiamento da valorização em consequência da revitalização do centro histórico em seu entorno, no chamado centro da cidade. O(s) usos(s) do Porto Velho, de certa maneira, reflete(m) as condições econômicas em que a cidade se encontra de acordo com as políticas espaciais; prova disso é a retomada do espaço após décadas de abandono, concomitantemente a décadas correspondentes ao período de estagnação financeira da cidade, desde a parcial até a significativa falência econômica e produtiva do complexo industrial.

Figura 15. Representação de uma parcela das relações sócio-espaciais na área setor central da obra de revitalização: à esquerda, a hidroviária; à direita, o interior do mercado público em uma fração do cotidiano .



Fonte: Perla Duarte do Couto, março de 2013

Contudo, podemos estabelecer relação de distanciamento e aproximação (da cidade em relação ao porto, ou seja, das relações sócio-espaciais da cidade, localizada na interface, na área paralela ao cais) e essa relação inegavelmente está intrínseca às relações de valor de uso e troca e, em consequência, atuais relações de trabalho. O distanciamento mencionado pode ser evidenciado pela análise, com ênfase nos períodos em que o espaço portuário encontrava-se “desvalorizado” em relação às demais localidades, podendo aliarmos a esse quadro o centro histórico em abandono e a degradação, conforme relatado pelo IPHAE no levantamento realizado para o projeto de revitalização¹⁵. O período configurou a área como *friche urbana*, frente ao descaso em que se encontrava. Por outro lado, é possível realizar análise de períodos de apogeu econômico da cidade e, no caso do Porto Velho, o auge de *valor de uso* em sua gênese (atividades de transporte de cargas e pessoas), pois logo que as atividades portuárias de grande escala foram realocadas para o Porto Novo (meados de 1920), o Porto Velho passa à degradação, tanto de *usos* quanto na estrutura física; em momento algum, entretanto, encontramos em total ausência de usos.

No passado, com o porto na condição de entreposto comercial de transporte de mercadorias e servindo ainda ao transporte de pessoas, movia um grande contingente à sua

¹⁵ Dados encontrados no documento do projeto de revitalização "Bases do concurso: concurso público de arquitetura para o Porto Velho do Rio Grande", no Anexo 2, intitulado "Aspectos legais" p. 10.

interface. Isso se deve, em grande parte, ao avanço da cidade, tanto em sua estrutura física quanto econômica e social; ou seja, em sua produção espacial. Sob tal condição, o desenvolvimento não era apenas local, mas já fomentava o sistema de produção e distribuição de mercadorias e que, de certa forma, conferia às cidades portuárias o *status* de cidades cosmopolitas; na cidade do Rio Grande, não foi diferente.

No caso atual, diante do processo de retomada do antigo porto para "novos" usos, podemos analisar alguns conflitos na contemporaneidade, partindo do conceito de que é um espaço público com investimentos igualmente públicos (estatais), onde ainda não ocorreram investimentos da iniciativa privada, o que acontece com frequência na maioria dos projetos de revitalização urbana: emerge a nebulosa relação atual, indefinida, entre público-privado. No próprio plano diretor, encontramos o que podemos chamar de institucionalização das relações público-privadas. Nele encontramos, em seu Art. 10, dentre os objetivos gerais, "Permitir a participação da iniciativa privada em ações relativas ao processo de urbanização, mediante o uso de instrumentos urbanísticos diversificados, quando for de interesse público e compatível com a observação das funções sociais da cidade".¹⁶ Essa relação possui, diante da complexidade espacial aqui representada pelas diversas funções assumidas pelo espaço, em especial, no caso do Rio Grande, o papel do Estado como empreendedor, o "Estado empresa". Além disso, os investimentos privados constam no plano, no contrato e no projeto de revitalização da área. Possivelmente, ocorrerão em um segundo momento do processo, com investimentos no entorno para a implantação de infraestruturas, como bares e restaurantes, apontados como pressupostos básicos para o plano diretor do Porto Velho, exigidos no edital:

"conceber a revitalização da área do PORTO VELHO como um empreendimento urbano a ser predominantemente absorvido pela iniciativa privada. Caberá ao setor privado, através das formas legais, com arrendamento das áreas e instalações portuárias revitalizáveis, investir na execução de obras e serviços e explorar comercialmente bens e serviços de seu interesse".¹⁷

Ainda em relação ao edital no qual está registrado contemplar "espaços" com centro de informações turísticas, o que indica uma conversão a essa atividade, mesmo que o tom político dê ênfase à "devolução do local" à sociedade local, aos rio-grandinos; porém, diante do documento, a afirmação se mostra contraditória.

¹⁶ Conteúdo integrante do plano diretor da cidade do Rio Grande no CAPÍTULO III - OBJETIVOS DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL, Art. 10. São objetivos gerais do Plano Diretor: item XVI.

¹⁷ Trecho extraído do edital do concurso para licitação da obra de revitalização (p. 07).

Grande parte da descrição contida no plano e no projeto ainda não é evidente nas obras realizadas como, por exemplo, o cais de atracação de embarcações turísticas e o cais para embarcações pesqueiras; as lojas de artigos para o turismo; espaços de lazer e cultura como teatro, cinema, espaço para exposições, dentre outros. O que podemos constatar até então é a marina pública no "Rincão da Cebola" e o início da instalação do espaço de informações turísticas. A seguir, imagens demonstrativas do andamento da obra de revitalização.

Figura 16. Posto de informações turísticas à esquerda, no entorno do prédio do CCMAR



Fonte: Perla Duarte do Couto (2012-1013)

Figura 17 Atracadouro setor oeste junto ao CCMAR



Fonte: Perla do Couto, outubro de 2013

Todas as cidades portuárias passam por esse processo, afirma o entrevistado representante da superintendência portuária; segundo a entrevista, o Superporto é um dos atores envolvidos no processo. Ele diz a respeito do projeto que “não estão inventando nada (os elaboradores), e sim copiando outros que já existem”. Cita a revitalização do porto de Belém do Pará como referência; observa ainda que o Porto Velho pode alojar diversos eventos como os ocorridos nas docas e que ambos os casos possuem diversidade no complexo reestruturado. Segundo o entrevistado, buscou-se mais o conceito da revitalização do projeto “docas” de uso comunitário, no sentido social, e não focado no uso de ocupação para atividade financeira e especulativa, o que evidencia contradição no discurso, uma vez que a área se destinará ao turismo, aqui entendido como uma nova função urbana que agrega tanto valor de uso quanto de troca, através do consumo “no” e “do” próprio espaço. Em geral, parte do processo homogêneo ocorre com participação da gestão pública, ao investir na implementação de infraestruturas básicas e, em consequência, há investimentos privados motivados pela valorização e pela agregação de valor. Essa relação pode ser encontrada em diversos casos de projetos de revitalização urbana; afinal, conforme já mencionado, trata-se de empreendimentos urbanos, o que podemos traduzir por investimentos capitalistas, pensando que a sociedade urbana é capitalista e a(s) cidade(s) são empreendimentos. A respeito dos processos no espaço urbano e sua “manutenção” em valor de uso e de troca, com base na qualidade estética dos antigos núcleos, Lefèbvre assim coloca sua contribuição ao debate:

Sobrevive graças a este duplo papel: lugar de consumo e consumo do lugar. Assim os antigos centros entram de modo mais completo na troca e no valor de troca, não sem continuar a ser valor de uso em razão dos espaços oferecidos para atividades específicas. Tornam-se centros de consumo. O ressurgimento arquitetônico e urbanístico do *centro comercial* dá apenas uma versão apagada e mutilada daquilo que foi o núcleo da antiga cidade, ao mesmo tempo comercial, religioso, intelectual, político, econômico (produtivo). (LEFÈBVRE, 2004, p. 20)

Enfim, a análise do projeto revela a contraposição no discurso político acerca do espaço público, pois consta no edital que o projeto sirva para o interesse na atração de investidores não só comerciais como também para moradia, ao passo que os gestores enfatizam o objetivo do uso coletivo e popular. As especificações contidas no plano nos levam a crer, conforme o enfoque na análise espacial, que entre o projeto que visa tratar as áreas revitalizadas como empreendimentos, do ponto de vista dos investidores (seja o Estado ou a iniciativa privada), e através do discurso apropriado pelos gestores acerca dos

empreendimentos, se estabelece o conflito de ideais, no que tange a valores de uso e de troca e a seus respectivos interessados, representados por usuários e empreendedores.

Essas intervenções em cidades portuárias, contudo, fazem parte de um processo contemporâneo da relação cidade-porto que, segundo Monie (2006), para uma melhor integração, com vistas ao fortalecimento dessas relações, não requerem apenas limitar as relações de negócio, mas sim considerar elementos históricos, culturais, sociais de uma relação porto-cidade, repleta de conflitos e de interesses diversos.

A seguir discutiremos, em cada compartimento (setor oeste, central e leste), as relações de conflitos e interesses próprios, presentes em cada setor. Aliadas aos conflitos e aos diversos interesses, a história e a produção desses espaços vinculados à produção da cidade bem como às especificidades de cada setor pertencente ao Porto Velho são revistas a partir da análise qualitativa de cada setor.

5.1 Rincão da Cebola (setor oeste)

O setor ora estudado foi o primeiro a ser contemplado com o início das obras, no mês de julho do ano de 2010. Entretanto, a realização da obra de revitalização do Porto Velho (setor oeste, setor central e setor leste) foi possibilitada através de uma licitação que partiu da Prefeitura Municipal, com vistas à revitalização da área em questão. A área localiza-se entre as ruas 24 de Maio e General Canabarro, ambas situadas no centro da cidade. Conforme observamos, esse setor possui importância diante dos demais setores, devido ao fato de cada um deles destacar diferenciações tanto na configuração espacial quanto na histórica e de usos, ou seja, a configuração espacial, tal como algumas relações, ocorrem somente nesse local. As obras do cais do Rincão da Cebola começaram quando a Prefeitura do Rio Grande e a empresa ATM Construções LTDA, da cidade de Esteio – RS, assinaram o contrato da obra do cais, financiada em R\$ 1,4 milhão pelo Governo Federal, juntamente com investimentos advindos do Superporto da cidade do Rio Grande. O projeto tem como principal ideário a utilização e um retorno ao âmbito do turismo, o que leva a uma reflexão relativa à função social do solo e à apropriação e/ou uso público do local.

Figura 18. Construção do cais no setor oeste (início das obras no Rincão da Cebola)



Fonte: Superporto do Rio Grande; 2010.

No memorial cedido pela Secretaria de Planejamento Urbano da cidade do Rio Grande/RS, encontramos elementos referentes ao tratamento, segundo os elaboradores do projeto: tratamento paisagístico e elementos de equipamento urbano e comunicação visual. Além dos quesitos de equipagem urbana, de infraestrutura, encontramos elementos que apontam para um discurso de cunho social, alicerçado na apropriação popular (no sentido de uso comum pela sociedade civil) e que, de certa forma, contradiz o que está disposto na elaboração e nos critérios do edital (documento cedido pela superintendência portuária), no qual o projeto se volta à revalorização do local ao implementar equipamentos urbanos que podem fomentar ao turismo. Fica evidente no edital a natureza de tais projetos sustentados nesta pesquisa, quanto ao princípio hegemônico de apropriação pelo capital através da valorização de espaços públicos (urbanos) até então *vazios (friches urbanas)* ou com pouca e/ou nenhuma função social, no que tange ao valor de uso público.

O material foi elaborado pela equipe constituída por representantes das secretarias de turismo, coordenadoria de planejamento urbano, Instituto dos Arquitetos do Brasil, superintendência do porto, secretaria do Estado dos transportes e assinado pelo arquiteto Raul Macadar, ganhador do concurso de licitação, o qual possibilitou o desenvolvimento do projeto na prática. Nesse processo de construção da obra, foi constatado união de três instâncias governamentais, realizado em parceria entre as esferas nacional, estadual e municipal. Um exemplo de como se deu essa relação para além dos investimentos é a gestão da obra no Rincão da Cebola, segundo o qual ficaria a cargo da superintendência do porto a reconstrução do cais, enquanto a prefeitura municipal se responsabilizaria pela infraestrutura. Acerca da obra lenta devido à complexidade durante a realização, o entrevistado representante da superintendência portuária alega que parte da extensão do cais surgiu da emergente

necessidade de construí-lo, pois "não havia nada apenas sucata que foi jogada pela própria comunidade". Ainda sobre a entrevista junto à superintendência do porto, em relação a quem seria o mentor de tal projeto, foi-nos colocado que houve integração entre poderes sem levar em consideração o grau de participação de cada um, com o objetivo maior de “devolver à comunidade”. Nesses termos, a entrevista contribui para a análise do ponto de vista das revitalizações de forma geral e no caso do ponto de vista dos atores envolvidos, representados pelo porto, o qual também denota o Estado do Rio Grande do Sul, ao passo que é uma unidade nacional e estatal.

A localidade, no entanto, traz consigo a importância do porto para a cidade e seu desenvolvimento, assim como a possibilidade de convivência social (ponto de encontro), que também marcou a cidade do Rio Grande/RS em tempos distintos, quando a população frequentava tanto praças quanto o próprio cais do Porto Velho, ou seja, as relações espaços-temporais revividas com a retomada do espaço público, local de convivência e com interesses heterogêneos com a rua e na "rua" (local de encontro). Para a análise do projeto e da execução da obra, utilizamos como suporte o memorial contido no projeto de urbanização da área, elaborado pela superintendência e cedido para a pesquisa pela Secretaria de Planejamento Urbano da Prefeitura Municipal do Rio Grande, além do projeto com diretrizes para a criação do plano diretor da área de revitalização, o qual contém as regras do concurso pelas quais o projeto foi aprovado.

Segundo o memorial descritivo, no tocante à dimensão paisagística da área em estudo, o projeto tem como objetivo para o Rincão da Cebola o seguinte:

O presente Projeto Paisagístico faz parte do Projeto de Revitalização do Porto Velho de Rio Grande – Setor Oeste, no local conhecido como Rincão da Cebola e tem como finalidade criar espaços adequados ao convívio harmônico entre homem e natureza, resgatando a ambiência marítima existente no local e orientando a colocação de novas áreas verdes em espaços já degradados. Cabe salientar que, através da utilização das espécies vegetais selecionadas, que nas áreas urbanas têm praticamente desaparecido, reaparecerão pássaros e insetos que desapareceram junto com estas espécies. Busca-se, assim, recuperar a interação ecológica do meio natural, despertando o interesse de valorização ecológica nos usuários do parque, em especial as crianças.¹⁸

Ao seguirmos a concepção do memorial, o projeto apresenta uma série de diretrizes (expressas como objetivos) no que acredita se tratar de um cuidado com as especificidades

¹⁸ Idem ao 4.

locais, tais como: a descrição do tipo de vegetação a ser utilizado na área e o gramado. A descrição contida no memorial sugere que o projeto foi elaborado à luz da subordinação conceitual homogeneizadora, ou seja, uma elaboração do projeto que parte de outros projetos, tendo o Docas de Belém como referencial. Porém, acreditando no fato de constar (Anexo I) no documento do concurso a exigência da “investigação histórica”, resta a dúvida de haver efetivo compromisso com a historicidade e, logo, com a realidade local contemporânea. O que de fato podemos observar no projeto em si é o descolamento da abordagem histórica para as novas relações no antigo porto; um indício disso reside no que fica definido como "natureza".

A respeito de obras de revitalização que pressupõem a retomada da “natureza”, nas palavras de Serpa (2007), o parque com “a natureza dos planejadores e paisagistas”, do ponto de vista das utopias é recorrente um apelo ao resgate da "natureza" e dessa forma o que encontramos como resultado são cenários muitas vezes sem comprometimento ao histórico espacial da área. Serpa nos chama a atenção para a natureza do arquétipo dos paisagistas:

Objetivos utópicos podem também contribuir para gerar frustrações e estranhamentos; portanto, entender a “natureza” como “natureza intocada” tout court significa, em última instância, declarar os seres humanos como não naturais. A incongruência de uma ideia assim não pode ser questionada nem mesmo por aqueles responsáveis pela produção de tais utopias, já que o homem e natureza são e serão sempre duas faces da mesma moeda. (SERPA, 2007, p. 122)

Concordamos com Serpa, considerando a análise dos dados contidos no caderno do memorial paisagístico (Anexo 2), no qual está especificado a vegetação a ser empregada na área, na tentativa de aludir a um "ambiente natural" é utópico. De acordo com o memorial relativo à proposta da escolha do material usado, serão considerados aspectos tanto do âmbito da botânica quanto e/ou ecológicos: "espécies existentes na mata nativa que ocupa o terreno; origem nativa à região e ao Estado do Rio Grande do Sul, capacidade de auxiliar na recuperação de áreas degradadas". Diante dessa descrição e na ausência de suporte técnico para tal argumento, que especifica quais são as espécies nativas, como será feito o resgate desta "natureza" e com base em quais estudos vindos de profissionais qualificados para a realização de tal ideal destacamos a incongruência deste aspecto. O local onde a obra está planejada, às margens do Porto Velho, é uma natureza criada (tecnificada) onde essa localidade foi construída, segundo Martins:

A dragagem e construção do primeiro porto da cidade foram concluídas em 1823, junto ao aterro da Rua Nova das Flores, mais tarde Rua da Boa Vista (hoje Riachuelo), paralela à Rua da Praia, contribuindo para o fortalecimento das atividades comerciais e portuárias que então se desenvolviam na cidade. Conforme Copsteinn (1982, p.61), o aterro para a construção da Rua Nova

das Flores e do porto foi adquirido graças aos entulhos oriundos da destruição do forte da vila. (MARTINS, 2004, p. 75)

Este é um fato que deixa uma lacuna a respeito da autenticidade, do real engajamento das autoridades e elaboradores do plano nas questões que tangem ao meio ambiente (criado ou não) e às particularidades locais, defendidas neste trabalho como aspecto fundamental ao sucesso do "empreendimento". Serpa (2007) contribui com a reflexão relativa a tais argumentos, contidos em projetos, em muitos casos, utópicos e que, em se tratando de investimento em espaço público, o cuidado para não causar danos, "estranhamento", conforme definição do próprio autor, e ainda o desperdício de investimentos.

Já quanto à estrutura física, encontramos descrito e a considerar tratar-se de parte do projeto que compreende o apelo paisagístico de responsabilidade da prefeitura municipal. É composto pelas seguintes áreas, dispostas no quadro a seguir (complexo Rincão da Cebola; setor oeste):

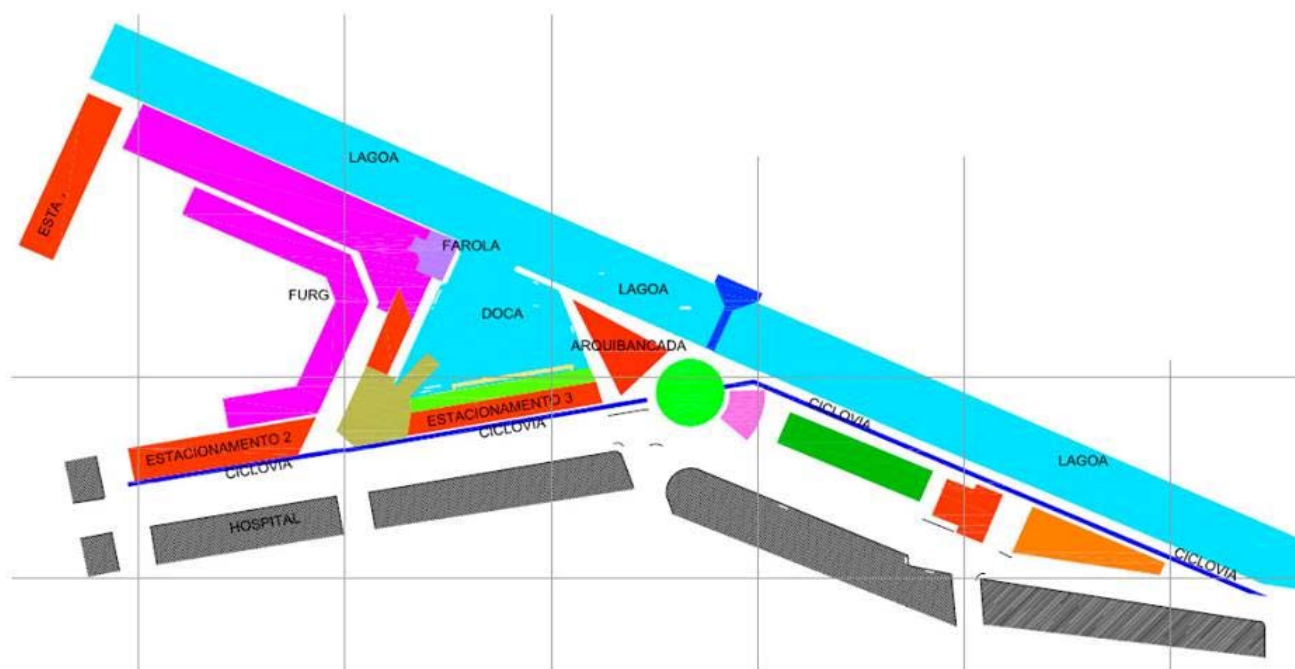
Quadro 2. Dados referentes à proposta de revitalização Rincão da Cebola

Atividade	Local
Praça Seca	Em frente à rua Francisco Campello, entre as ruas General Neto e Cons. Pinto Lima
Estacionamento 4 para ônibus de turismo	Em frente à esquina da rua Francisco Campello, esquina com Cons. Pinto Lima
Parque urbano e playground	Em frente à rua Francisco Campello, entre as ruas Cons. Pinto Lima e 24 de Maio
Praça das Palmeiras	Em frente à esquina da rua Francisco Campello com 24 de Maio
Trapiche de pesca amadora	Junto à Praça das Palmeiras e à lagoa
Arquibancada	Entre doca, Praça das Palmeiras e lagoa
Doca – Largo dos Barcos, Ancoradouro e Rampa para Barcos	Em frente à Av. Com. Vasco Vieira da Fonseca, entre as Ruas 24 de Maio e Visconde de Paranaguá

“La Farola”	Reciclagem do antigo entreposto de pesca em Bar-Restaurante
Largo da Furg	Esplanada de pesca amadora entre a Furg (Meninos do Mar) e a Lagoa
Estacionamentos 1, 2, 3 e 5 para veículos automotores	
Passeios da doca, “rambla” e ciclovia	
Para efeitos de expressão das especificações de materiais e serviços, foram agrupadas as áreas relacionadas anteriormente em:	
Projeto de urbanização, paisagismo, mobiliário urbano e comunicação visual, incorporando passeios, ciclovia, parque, praças e estacionamentos	
Projeto arquitetônico da arquibancada	
Projeto arquitetônico da Farola	
Projeto arquitetônico da rampa de barcos	
Projeto arquitetônico do ancoradouro	
Projeto arquitetônico do trapiche para pesca amadora	
Projeto arquitetônico da guarita do guarda-barcos	

Fonte: Dados extraídos do projeto relativo à realização no setor oeste, adaptado por Perla Duarte do Couto

Figura 19. "Comunicação visual": localização da implementação de parte da infraestrutura do projeto



Fonte: Figura extraída do projeto de revitalização do Porto Velho (Anexo VIII) cedido pela Secretaria de Planejamento urbano da Prefeitura Municipal do Rio Grande

O que encontramos foi um processo de revitalização lento e envolto em imbróglis políticos - econômicos, embora a obra avance, mesmo que a passos lentos, segundo os gestores devido a entraves burocráticos referentes aos repasses de verbas para a realização da obra. Por meio da mídia, podemos observar na manchete do jornal local um questionamento referente à pouca agilidade da obra, no final do ano de 2013:

De acordo com Cousin, as obras ainda não haviam sido concluídas por falta de aprovação e licitação de um projeto para a rede elétrica. “Já apresentamos o projeto, que já foi aprovado pela CEEE e já foi submetido e aprovado pela Caixa Econômica”, revelou o secretário. Além da conclusão da parte de iluminação, o projeto de revitalização do Rincão da Cebola, iniciado na gestão municipal anterior, ainda prevê uma rampa de acesso à Lagoa dos Patos para barcos e uma parada de ônibus.¹⁹

Concomitante a esse fato, houve algumas mudanças na execução do projeto, o que já estava previsto e havia sido relatado na entrevista com o representante da superintendência.

¹⁹ Notícia a partir de entrevista com o atual secretário do planejamento urbano da cidade do Rio Grande. Disponível em <<http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=3&n=50596>> Acessado em 27 de outubro de 2013.

Segundo o entrevistado, o projeto é passível de alterações de acordo com as necessidades que surgirem no decorrer da obra, o que podemos constatar através das atividades de campo e com bases nas análises do projeto bem como ao acompanhar noticiários veiculados pelas mídias locais. A seguir, imagens extraídas do jornal, integrantes do noticiário recém-citado:²⁰

Figura 20. Imagens da área em processo de revitalização: em pleno centro, área com aspectos de abandono (à esquerda); condições do local contrastam com a beleza do estuário da Lagoa dos Patos (à direita)



Fonte: Fotos de Fabio Dutra, extraídas do Jornal Agora do dia 27 de outubro de 2013.

O noticiário denuncia as condições em que se encontra a obra, fomentando a população a se pronunciar através da mídia, visto ser a única forma de participação, pelo fato de não ter ocorrido participação popular, prevista nas diretrizes do Estatuto da Cidade (2001) e do Plano Diretor Participativo. Segundo o entrevistado representante da superintendência do porto, a participação popular ocorreu via representação de instituições como, por exemplo, prefeitura municipal, Instituto dos Arquitetos do Brasil, dentre outros. Ao analisar o que o entrevistado entende como participação popular, presumimos que a diretriz do Estatuto da Cidade e do plano diretor, de fato, não ocorre, além de não parecer claro às autoridades em que consiste o "plano participativo" de expressão popular. Em relação à obra, de acordo com as legendas das imagens (Figura 20.), constatamos, representadas na mídia, a insatisfação com

²⁰. <<http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=3&n=50596>> Acessado em 27 de outubro de 2013

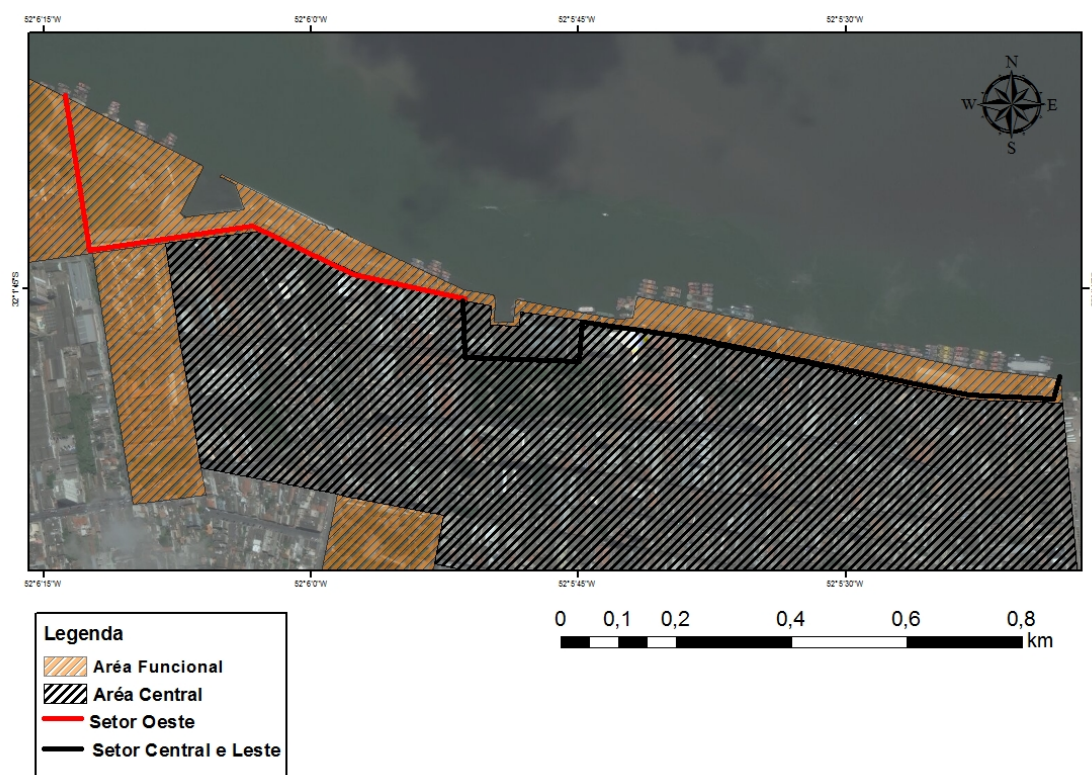
a realização da obra de revitalização e também o reconhecimento da importância e da beleza do local.

A área localizada em seu entorno possui uma gama de usos e de tipologias diferenciadas, o que gera a gestão de conflitos de interesses, mesmo que velados, dentre os quais, empreendedores imobiliários, comerciantes e populares que transitam pelo local. Conflitos que podem ser agravados pela falta de planejamento de ação integrada. Nesse local, encontramos sedes de entidades públicas, como a Polícia Federal, o Centro de Convívio dos Meninos do Mar (CCmar) e o Hospital Universitário (HU), ambos pertencente à Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Encontramos também a sede da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e diversas indústrias de pescado desativadas (*friches industrielles*) e ainda algum comércio e serviços, como o Hotel Swan e a escola de condutores de veículos. Quanto às indústrias com atividades extintas, *friches industrielles* (vazios industriais) e à relação com o local onde se encontram, foi possível certificar por meio do plano diretor municipal, que não seria permitida tal atividade industrial planejada no zoneamento por estar inserida na área funcional²¹. O zoneamento setoriza a cidade em áreas passíveis de abrigar zonas de comércio, moradia, indústria, o centro histórico, dentre outras, que compõem o espaço urbano. Essas indústrias no entorno constituem um entrave, no sentido de que, no plano diretor, fica especificado que, em tais áreas, não é possível abrigar a atividade industrial, por se tratarem de áreas de circulação de pessoas e com proximidade ao centro histórico. Além disso, através da revitalização do porto, a área será convertida em espaço de lazer e, conforme indicado, o turismo o qual, determinadamente, inviabilizará as atividades industriais. No entanto, resta o questionamento de qual será a finalidade das *friches industrielles*? Pergunta para a qual não há resposta até o presente momento da “não” conclusão da obra de revitalização. Os referidos locais encontram-se utilizados por atividades como oficina para embarcações e fábricas (vazias e/ou subutilizadas); encontramos ainda locais destinados a depósito de gelo e outros sem quaisquer atividades. Geralmente esses locais, a exemplo de outras revitalizações urbanas, acabam por converter-se, por exemplo, em bares e diversos estabelecimentos comerciais voltados ao turismo e ao lazer. Já na área do Rincão da Cebola, tal relação é complexa, devido ao fato de configurar uma área mista de atividades diversas, conforme já mencionado, inclusive abrigando o Hospital Universitário.

²¹ Área funcional: Artigo 26 do plano diretor de desenvolvimento integrado da Prefeitura Municipal do Rio Grande. Estas áreas dividem-se em: de interesse público, urbanístico e ambiental. Contido nos aspectos legais (p. 11), no projeto de revitalização.

Com a finalidade de melhor explicitar a complexidade da situação que encontramos a área de abrangência do projeto de revitalização do porto Velho em relação as demais delimitações estabelecidas pelo zoneamento urbano contido no plano diretor da cidade do Rio Grande/RS representada na figura a seguir .

Figura 21. representação do zoneamento da cidade do Rio Grande/RS na área de abrangência do projeto de revitalização do Porto Velho (setor oeste)



Fonte: Elaborado por Ricardo Cunha e Perla do Couto, em novembro de 2013.

Podemos observar, a partir do mapeamento, que o porto está inserido na área central, o que compreende também o centro histórico e, em parte, na área funcional, que abrange os de uso pelos setores públicos (HU e Praça Xavier Ferreira). Na zona funcional, encontramos o cais do porto (a interface) e áreas que abrigam instituições públicas: o Hospital Universitário, o Centro de Convivência dos Meninos do Mar (CCMAR). O Mercado Público não está inserido e pertence à área do “centro histórico”. Esse material (mapa) foi elaborado a partir de

dados coletados no Plano Diretor Participativo e no mapa elaborado pela prefeitura municipal, intitulado “Mapa Unidade de Planejamento LEI 7.155/2011”²².

Com base na análise e na compilação dos dados coletados durante a pesquisa, possibilita ultimar a complexidade das relações já ou ainda não estabelecidas em toda a área de estudo, em toda a extensão do projeto previsto para a revitalização. Devido a esta complexidade surgiu a necessidade de "setorizar" as áreas estabelecidas pelo projeto de revitalização, tanto na prática (ação) quanto no estudo ora apresentado, com a finalidade de melhor extrair o conteúdo presente no estudo de caso, realizado com compromisso diante dos dados coletados e com a análise realizada diante da realidade posta.

No entanto, a área do Rincão da Cebola, apresentada pela pesquisa, será destinada ao lazer, segundo o projeto, conforme está descrito no plano: implementação da arquibancada e do trapiche para atraque de embarcações e atividade de pesca. Dessas intenções encontradas e descritas no projeto, o que podemos constatar nas pesquisas realizadas com o material coletado é o fato de a obra não estar concretizada, pois grande parte do que encontramos nos documentos não corresponde ao que existe no local da mesma. A seguir, exibimos figuras com o propósito de ilustrar a área de estudo, que ainda configura um vazio urbano, subutilizado, partindo das intenções do projeto e das infraestruturas pretendidas segundo o mesmo.

Figura 22. Área que abrange o entorno do setor oeste da revitalização: conflito na diversidade de usos



Fonte: Perla do Couto, outubro de 2013

²²Disponível em: http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/arquivos/arquivo/501850f9949c6MAPA-06%20UNIDADES%20PLANEJAMENTO_LEI%207.155_2011.pdf

Figura 23. Representa a diversidade de usos no local: à esquerda, o Hotel Swan e a CEEE; no centro, as antigas indústrias de pescada (*friches*) e, ao lado, o HU; à direita o CCmar e parte da obra de revitalização



Fonte: Perla do Couto, outubro de 2013.

Figura 24. Descaso de implantação de estruturas básicas como as lixeiras: lixo encontrado no cais do Porto Velho e a falta de segurança representada pelas contenções entre o cais e a água



Fonte: Perla do Couto, outubro de 2013

Partindo do pressuposto de que o cais é considerado, pelo zoneamento, área funcional e, logo, de interesse e uso público, retrata-se o tratamento que indica, em geral, em vias também públicas, descaso com a manutenção do patrimônio coletivo (Figura 20). Se esse espaço tornar-se subutilizado, sem êxito no uso coletivo, por não haver interferência de investimentos de ordem privada, o projeto será fadado a apropriação privada sob a lógica da valorização, ou seja, da privatização do espaço público. Assim, o público, visto como uma entidade de valorização espacial de uso de acordo com as infraestruturas e com a diversidade de usuários, torna-se velado perante concepção ideológica presente na contemporaneidade, sob o título de revitalizações urbanas. Quanto à relação “parceria” público-privada, estando o

primeiro lado “representado” pelo Estado, enquanto o segundo, pela iniciativa privada, a qual prevê valor de troca no e do espaço, Serpa esclarece:

Como participante de parcerias entre o público e o privado, nos campos da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo, o Estado coloca em ação estratégias urbanas que não conseguem ultrapassar os limites de sua própria sombra. Desse modo são produzidos, apenas, lugares de expulsão e de extradição [...] (SERPA, 2007, p. 38-39)

Desse modo, quando há investimentos privados e, logo, a apropriação também privada, o resultado é o maior zelo com a manutenção das infraestruturas revitalizadas, devido a investimentos realizados pela mesma iniciativa que investiu no patrimônio, ou seja, privatiza-se o público. Podemos assim contextualizar, citando Lefebvre (2004, p.32), no que trata do urbanismo de estratégia global e da sociedade de consumo dirigido: “Constituirão não apenas centros comerciais como também centros de consumo privilegiado: a cidade renovada”. Com isso, o setor oeste, pioneiro na primeira fase da obra, retrata o descaso com a área caracterizada como bem comum e leva a contradições e, com elas, aos conflitos inerentes ao espaço, situados entre o caráter capitalista e a prática social.

De acordo com o plano de regime urbanístico, parte do projeto elaborado para o setor oeste, localizado na área funcional e na área de contribuição²³, possui a proposta de atividades para o parque urbano, os serviços de lazer e cultura, as atividades relacionadas à prática de pesca artesanal e aos esportes náuticos. Nesse caso, com base na presente pesquisa, nos demais estudos de caso e nas teorias relacionadas à temática, podemos concluir que não está cumprindo com sua função social (de espaço público), devido ao fato de o planejamento estar direcionado a atividades pré-estabelecidas que, talvez, não contemplem a diversidade no local, isto é, no Rincão da Cebola. Área funcional (AF) no Capítulo II, "Das disposições gerais no plano diretor", “são áreas que requerem regime urbanístico especial, condicionado às suas peculiaridades, no que se refere a: 1.Características de localização, situação, condição topográfica, proteção à saúde pública e ao patrimônio ambiental, nos seus aspectos ecológicos, paisagísticos e culturais.

2. Equipamentos urbanos, cronogramas, programas e projetos governamentais implantados em sua área.

Com isso, quando não cumprida a função social no sentido aqui compreendido, qual seja, de que haja integração entre a ação, o uso e a apropriação pública (apropriação coletiva

²³Área de contribuição compreende infraestruturas de incumbência da Prefeitura Municipal do Rio Grande.

de diferentes níveis sociais com diferentes poderes aquisitivos). Em relação à proposta de serviços para a área, faz-se importante a seguinte reflexão:

“com a instauração e a consolidação de um mercado da paisagem e do paisagismo, os novos parques são, hoje, mediadores da cultura oficial, nivelando as diferenças e fazendo emergir uma representação estática, teatralizada e simplificada na “natureza” no contexto urbano”. (SERPA, 2011, p. 37)

Face ao exposto, fica inevitável a análise dos fatos com os dispositivos legais, no caso, o plano diretor da cidade, no qual enquadrámos a área delimitada pelo projeto na subseção I – das áreas de interesse público (p.21), que contém a seguinte especificação:

Áreas de Interesse Público são aquelas onde estão implantados equipamentos urbanos, programas e projetos governamentais, os quais, por suas características, não são passíveis de enquadramento no regime urbanístico estabelecido pelo Plano Diretor, tais como: V - Porto, aeroporto e distrito industrial.²⁴

Mesmo compreendendo que o porto não exerce a função portuária nos moldes atuais (conteneirização), continua caracterizado como porto e possui atividades "portuárias" de dimensão diferenciada: atividades náuticas, como a navegação de embarcações de menor porte do que as encontradas no Superporto, a pesca, dentre outras atividades que circundam a área do Porto Velho.

Ainda sobre o plano de revitalização e as áreas de interesse público (p.22): “Art. 81. Desaparecendo o motivo que determinou o estabelecimento da Área de Interesse Público, o regime urbanístico da área correspondente será compatibilizado com a estrutura urbana existente, com vistas ao suprimento daquelas funções urbanas de maior grau de carência”. Essas especificações contidas no plano e diante das condições em que a obra vem sendo realizada, sem haver a real apropriação sócio-espacial, as chances de sucumbir ao desuso ou ainda de voltar a ser subutilizada são grandes. E diante do fato de não ter havido a participação popular na construção do projeto, da condição da não apropriação e de o local sucumbir, é iminente a ausência de atribuições de participação popular e coletivas na elaboração do projeto, diante de exemplos em que a participação contribuiu com a otimização do aproveitamento de áreas revitalizadas. Reafirmando a importância da participação popular nos processos, acerca de possíveis consequências do planejamento, o que atenta para

²⁴Extraído do plano diretor (regime urbanístico) da cidade do Rio Grande /RS. Disponível em: <http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/arquivos/arquivo/50184ebc4ce0cLei%206.588%20-%20Regime%20Urbanistico.pdf>

princípios que permitem apropriação dos referidos espaços: “O planejador deve tentar, através de seu trabalho, fomentar e não impedir um processo participativo de planejamento”. Ou ainda para enfatizar que “A crise de linguagem no planejamento é resultado da falta de comunicação entre planejadores e cidadãos comuns”. (SERPA, 2011, p.137 -138)

Para trazer o processo de revitalizações à realidade do Porto Velho, o que encontramos descrito na subseção V, a respeito das áreas de interesse paisagístico e cultural, no plano diretor (p. 26) referente às áreas de lazer na concepção dos planejadores é o seguinte: “Entorno de proteção é o espaço físico necessário ao acesso de público, à conservação, manutenção e valorização do local de Lazer, Recreação e Turismo”. Como podemos observar, a legislação é contraditória por não contemplar a participação dos “cidadãos comuns” (civis) que não se aplica no plano diretor mesmo sendo uma “exigência” da lei maior, que é o Estatuto da Cidade, do Ministério das Cidades.

Ainda contrário ao que gestores e realizadores pronunciam no plano, no projeto de revitalização, está discriminado como encargo da Prefeitura Municipal do Rio Grande uma chamada “área de contribuição”, que deverá ter: hotéis, *apart* hotel, hotel residência, comércio varejista, garagem, bares e restaurantes e, por parte da universidade, serviços de ensino e pesquisa e estacionamento. Os dados destacados levam a análise a uma ordem de conflito no espaço pesquisado. Conflito devido ao fato da negação de uma possível especulação imobiliária, de valorização do solo, de exclusão de parte da sociedade e que, conforme já defendido nesta análise, culmina no processo de *gentrificação* à medida que forem implementadas as estruturas descritas no projeto. Esse processo, natural do ponto de vista do modelo capitalista contemporâneo e que dá o tom de hegemonia, em se tratando de revitalizações urbanas, segundo experiências no mundo inteiro, culmina (o processo), com a valorização espacial.

Embora possua um ideal para cada setor, a partir do planejamento contido no projeto de revitalização, e além das obras a passos lentos, encontramos alguns conflitos nos usos como também no cuidado e na implementação das infraestruturas básicas. O trecho que liga os setores leste e central é um bom exemplo de conflito de usos e de ideologias, quanto ao plano que transita entre o público ao privado. A principal rua de acesso ao local revitalizado abriga uma escola de condutores de veículos, a qual utiliza a via pública como estacionamento privado, pressupondo que a escola é privada; portanto, mesmo sendo de interesse da população, deveria possuir abrigo próprio para seus veículos. Além disso, concluímos pela

falta de estruturas básicas como lixeiras e placas de referência, conforme indica no projeto conhecido por "mobiliário urbano", segundo o qual, estaria sob responsabilidade da Prefeitura Municipal a implementação das mesmas.

Figura 25. Área subutilizada, do ponto de vista público coletivo, pela empresa de habilitação de condutores de veículos.



Fonte: Perla do Couto, outubro de 2013.

A área de interseção entre os setores oeste e central, no projeto, segundo o plano, seria integrante do setor oeste e nela está prevista a construção de praças e passeios que darão acesso ao setor central. No entanto, até o término desta pesquisa, nada a respeito ocorreu, permanecendo a área ainda sob “apropriação” da empresa que a utiliza como estacionamento para sua frota.

Ao final deste sub capítulo, destinado ao estudo do local conhecido como Rincão da Cebola, concluímos que os esforços para a revitalização e para a concretização do "ideal" pensado no projeto, no edital do concurso, no debate técnico, enfim, na investigação para a ação, onde há uma lacuna expressa na entre o que encontramos no projeto ao que vem sendo realizado. Podemos atribuir tal lacuna à complexidade e também ao imbróglgio político que em geral ocorrem nesses processos, os quais são fruto de uma elaboração e de interesses de diversos atores. No caso em estudo, atribuímos, diante das pesquisas, da teoria ao estudo de caso, o agravante à falta de consulta popular no formato de audiências públicas, que contribuiriam com o debate de como e por que revitalizar. Diante disso, o importante debate integrado dos usuários, levando em consideração os três setores, pois a cada um, a necessidade de projeto e execução diferenciados. Todavia, a interação entre eles é necessária; afinal, o projeto trata a espacialidade contida no cais do Porto Velho como um todo. Integrar os três setores sob a intenção de fomentar usos, mediante apropriação, adequados dos locais propostos, porém, com foco em um único espaço: o Porto Velho.

5.2 Centro histórico (setor central)

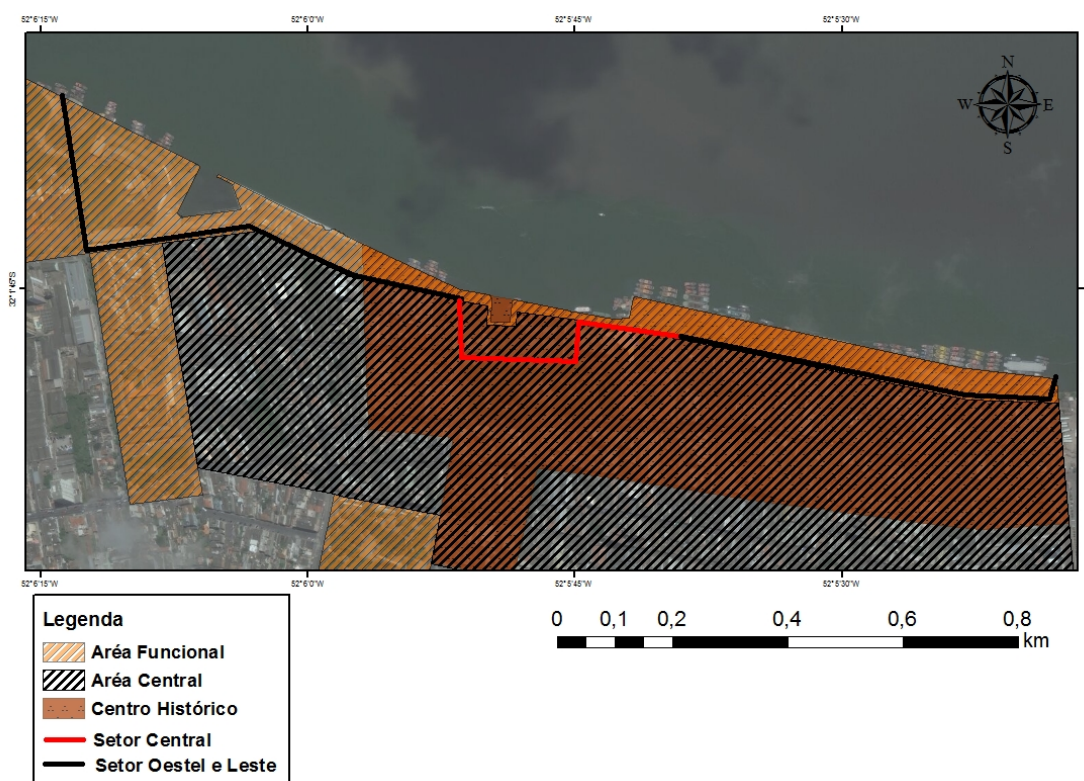
Consideramos para o setor central importância histórica devido ao fato de, além de delimitado pelo zoneamento como centro histórico, abrigar o imponente sítio do patrimônio cultural da cidade mais antiga do Estado do Rio Grande do Sul e constituir-se no berço da formação espacial citadina.

Entretanto, a obra ainda não ocorre efetivamente, e as pesquisas indicam área conflituosa para intervenções urbanas, em se tratando do patrimônio histórico e os respectivos usos atuais. Outra evidência da não aplicação prática do projeto reside no fato de a obra iniciar no setor oeste, onde foi eleita a primeira fase para a partida do processo de revitalização, conforme já exposto.

Segundo o que foi mencionado anteriormente, contudo, esse setor abriga diferentes usos em relação aos setores oeste e leste; mas, por outro lado, que possuem em comum a complexidade, tanto no desenvolvimento do projeto de revitalização quanto nos conflitos de uso e apropriação. Um bom exemplo é o Mercado Público, localizado no centro histórico, onde encontramos a doca, a banca de peixe e a estação hidroviária²⁵, todos incipientes no processo de revitalização, e ainda no próprio mercado, conflitos de ordem política na apropriação do mesmo por parcela restrita de usuários (maiores detalhes no decorrer deste subcapítulo).

²⁵ Estação que abriga as lanchas, meio de transporte responsável pela ligação entre as cidades do Rio Grande/RS e de São José do Norte/RS.

Figura 26. representação da localização do centro histórico, onde o setor central está inserido



Fonte: Ricardo Borges e Perla do Couto, novembro de 2013

De acordo com o que podemos observar no mapa acima, com base nos dados do zoneamento realizado pela prefeitura municipal, o setor central localiza-se na zona do centro histórico. Esse dado contribui para a análise da compartimentação dos setores do projeto de revitalização, tendo como critério a definição tanto da dimensão física (abrangência de cada setor) quanto de ordem estrutural, no sentido do que cada setor oferece à revitalização, em termos de infraestrutura preexistente. No entanto, podemos constatar que a fase inicial de implementação do projeto ocorreu no setor oeste (AF), o qual não abrange a zona do centro histórico; logo, não há maiores exigências no que tange ao patrimônio (histórico) e às intervenções nele realizadas e a todos os trâmites legais que tais questões envolvem. Fato que pode ser explicado na intervenção em áreas que abrigam o patrimônio histórico, o qual, no nível prático na execução das obras, há a necessidade de seguir critérios que vão desde respeitar regras de proteção e conservação do patrimônio histórico até o uso no cotidiano, ou seja, um menor impacto em intervenções nas edificações. Contudo, nos processos gerais, o que encontramos na literatura nos direciona ao consumo do espaço diante das revitalizações. Embora na cidade do Rio Grande tal processo ainda não tenha culminado, não se pode deixar de cogitá-lo quando tratamos de um espaço em vias de revitalização e integrante do

patrimônio histórico cultural. Podemos conferir, a esse respeito, o que segue na pesquisa realizada por Leite:

As experiências recentes que exemplificam essa tendência são muito diversas e possuem, evidentemente, suas próprias singularidades. Diferentes localidades integram essa perspectiva orientada pelo (e para) o mercado, combinando intervenção no patrimônio, requalificação dos usos da cidade e melhorias na infra-estrutura urbana. (LEITE, 2004, p.20)

No que tange a questões ligadas ao patrimônio histórico, avaliação e critérios próprios, obrigatoriamente é preciso passar pelos IPHAN e IPHAE (órgãos responsáveis por questões legais a respeito do patrimônio com prédios tombados por tais órgãos no entorno). Em se tratando de revitalizações urbanas, pressupõe-se atenção ao patrimônio; por isso, em geral, esses processos possuem exigências referentes ao patrimônio histórico. No caso do Porto Velho, são encontradas no projeto como critério para participação no concurso que concedeu a revitalização. Esse regramento pode ser visto no projeto de revitalização, no Anexo II, referente aos aspectos legais (p.2)²⁶, onde o Instituto Brasileiro do Patrimônio Histórico delimita área e critérios de intervenção e considera: “... que é dever do poder público zelar pela integridade dos referidos monumentos, bem como pela sua visibilidade e aparência”. Na análise do referido documento, encontramos: “considerando a conveniência de serem fixadas normas para que as novas construções não perturbem a moldura de que se revestem os mencionados bens culturais”. No caso do Instituto Brasileiro, referem-se ao prédio da antiga Alfândega, situado na rua Marechal Floriano Peixoto; à igreja de São Pedro, sem mencionar ainda o que se encontra em frente à praça Dr. Pio, monumentos integrantes do patrimônio histórico nacional. A pesquisa induziu-nos à reflexão de que o mercado público não é considerado patrimônio histórico nem pelo patrimônio nacional nem pelo estadual, constatação realizada devido à ausência de destaque para o mesmo nos autos do projeto. No entanto, diante da pesquisa, reforçamos sua importância no processo histórico e de constituição da identidade da cidade do Rio Grande, sob evidência de se tratar de um patrimônio público com importância não menos do que a considerada pelas instituições responsáveis pelo patrimônio histórico. Podemos constatar tal importância com base no trabalho de Torres:

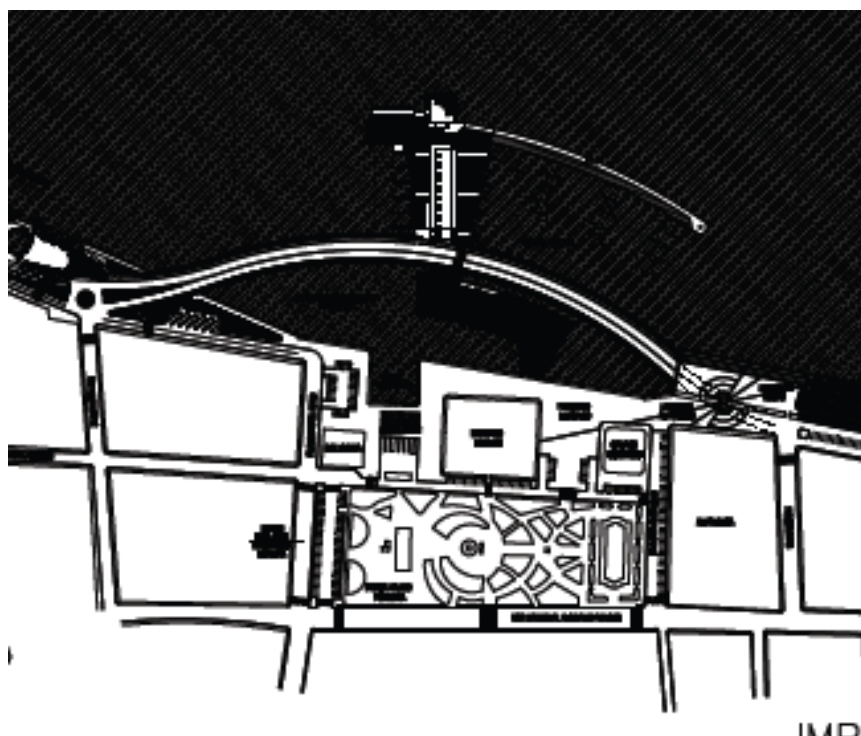
No ano de 1949 foi iniciada a construção de uma doca próximo ao Mercado Público para a venda do peixe. O antigo Mercado Público sobreviveu durante alguns anos na parte central do atual Mercado Público o qual foi

²⁶ “Delimitação e disciplinamento do entorno dos bens culturais tombados, localizados na área central da cidade do Rio Grande”.

construído em 1853 – 63. Uma nova doca foi construída em 1876. (TORRES, 2009, p. 29)

A cidade do Rio Grande, considerada histórica, abriga importante sítio histórico-cultural, com diversidade de prédios tombados por ambos os órgãos responsáveis pelo patrimônio e, conforme podemos observar, alguns não são reconhecidos pelas instituições responsáveis por decretar quais edificações pertencem ao patrimônio histórico. A respeito desses órgãos, podemos reafirmar sua contribuição ao projeto de revitalização do Porto Velho, com um dos quesitos para concorrer no edital para a revitalização ser justamente a necessária avaliação do grau de intervenção possível, principalmente ao que intervir no patrimônio e centro histórico. Quanto ao ponto em destaque, contido no Anexo 2 do projeto, acerca de aspectos legais referentes ao patrimônio, encontramos: "considerando que o decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, em seu artigo 18, determina que "sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade...". Ainda em relação ao patrimônio e com base na citação, podemos justificar a fala do representante da superintendência portuária, em entrevista, e sua afirmação de que parte da obra não foi aprovada por descaracterizar a paisagem do centro histórico, nela interferindo, assim como no núcleo onde se encontra o prédio da Alfândega, considerado e reconhecido patrimônio histórico tombado. Por isso, o IPHAN considerou a intervenção, a qual podemos observar a seguir (Figura 23), impactante em relação ao centro histórico, influenciando na visibilidade do mesmo e, assim, desconfigurando o patrimônio histórico existente.

Figura 27. Representação da estrutura vetada pelo IPHAN/ IPHAE



Fonte: Planta integrante do projeto, realizada pela equipe do arquiteto Raul Macadar. Recorte adaptado por Perla Duarte do Couto

Conforme podemos constatar, a posição de veto para a estrutura arquitetônica possui bases legais, presentes no material cedido pela superintendência portuária, com amparo na lei (o IPHAE, de acordo com o decreto-lei que, nesta área do patrimônio histórico, constitui obstáculo a qualquer intervenção com impactos visuais na estrutura existente.

Quanto à relevância histórica, foi em meados das primeiras décadas do século XIX que essa localidade (setor central) adquiriu sua importância, correlacionada à expansão das atividades comerciais de importação e exportação coadunadas ao Porto Velho, pois graças a ele, juntamente com as relações comerciais que direcionaram investimentos para a estrutura encontrada ainda hoje tanto na interface quanto no entorno, que resultou na formação urbana (estrutura urbana). Essa sucessão de tempos pode ser encontrada na espacialidade, nos dias de hoje, através de seu conteúdo, numa espécie de sobreposição espaço-temporal possível de exumar (o conteúdo de formação sócio-espacial) por meio da forma e estrutura e reconhecida por suas funções em cada período histórico. Nessa linha de análise, o Porto Velho, em conjunto com o centro histórico, possibilita compreender as relações sócio-espaciais produtoras do espaço, que conferem à cidade do Rio Grande o “status” de cidade portuária e histórica diante das atividades marítimas e do comércio, desde a sua gênese até os dias atuais.

Os investimentos que resultam no patrimônio histórico ocorreram, segundo Martins (2004), pela iniciativa de comerciantes instalados na cidade entre o século XIX e as primeiras décadas do XX, no chamado “período comercial e industrial”. Esse primeiro período industrial da cidade foi marcado pelas atividades industriais e portuárias, com distribuição e escoamento de mercadorias para outras regiões do país e para o exterior, na conhecida “economia dispersa”. No contexto de tal economia e de sua influência na constituição da cidade do Rio Grande, é interessante ler o que segue:

Por tratar-se da cidade mais antiga do Rio Grande do Sul e a única a dispor de um porto marítimo, isso possibilitou um desenvolvimento comercial considerável durante o século XIX assim como a implantação de um parque industrial diverso sob os auspícios da industrialização dispersa. Industrialização dispersa entendida na perspectiva de Cano (1985:63), como uma indústria relativamente descentralizada, explicada pelos complexos regionais pouco integrados em nível nacional, tendo cada região sua própria economia. Essa industrialização era induzida pelo setor exportador e estendeu-se até a crise de 1929.²⁷

Daí a importância do zelo no setor central, onde ainda encontramos atividade de uso que representam a historicidade da cidade e das relações peculiares que ali ocorrem desde sua gênese: o comércio da pesca no mercado público é um bom exemplo. Localizado no seio do centro histórico, encontramos em seu entorno os prédios que marcaram a ascensão da cidade enquanto sua importância e destaque na economia materializada nas edificações. Importante exemplo é o histórico e atual prédio da Alfândega que, segundo Torres (2009), foi fundado nos primórdios do século XIX, mais precisamente entre 1874-79, o que ressalta a importância da cidade (Vila de São Pedro) “contada” pelo patrimônio. Atualmente o prédio abriga a delegacia da Receita Federal do Rio Grande e o Museu Histórico da Cidade. Com o advento da revitalização, que se reflete para além da materialidade da representação das edificações, a importância também da ação humana (da produção sócio-espacial). A construção sócio-espacial, que resultou na cidade e na urbanidade encontradas hoje, com suas particularidades, elementos tangíveis e intangíveis que contribuem para a elaboração de projetos de revitalização, como no caso do Porto Velho, mas que muitas vezes são apropriados de forma indevida, restando um cenário vazio de significado. A respeito dessa herança, representada pelo patrimônio e como e por quem se dá a apropriação, Serpa coloca o seguinte:

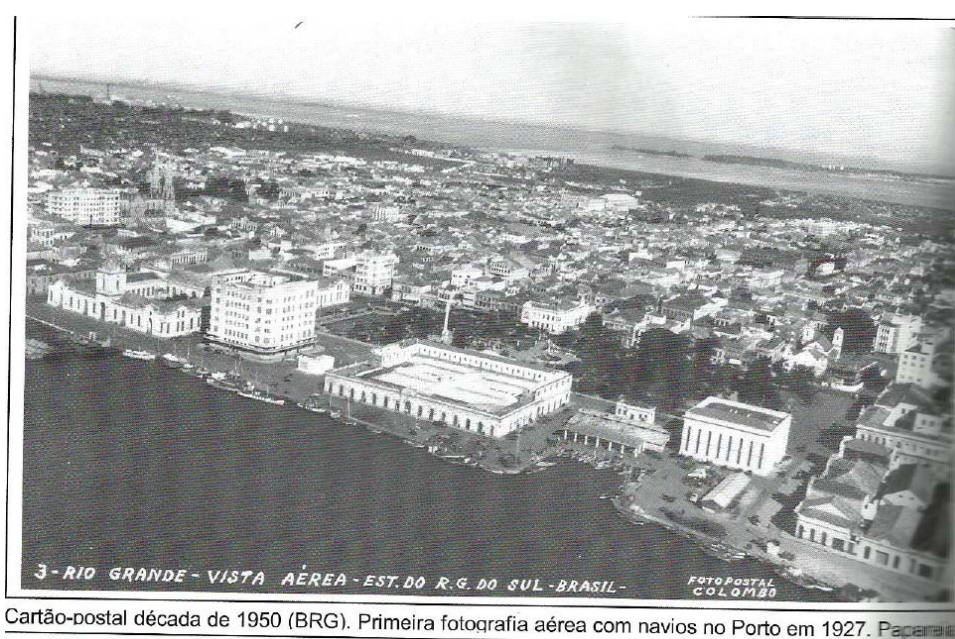
²⁷ Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/e6-02.pdf> (p.02)

Os objetos socioculturais podem originar dois efeitos em termos de apropriação: efeitos de classe (segmentação) e efeitos de massa (transversalidade). Há espaços onde as diferenças individuais são ocultadas, minimizadas pela imposição de um modo de ser dominante, reafirmando a máxima de Le Corbusier, de que o código cria a norma. A questão fundamental é saber em que contextos a segmentação e a transversalidade atuam com mais intensidade, produzindo ou destruindo “identidades”. Os espaços da cultura de massa são “campos transversais”, ao mesmo tempo geradores e destruidores de “identidades”. (SERPA, 2007, p. 115)

Advogamos que, se bem-planejadas e administradas, essas particularidades podem se tornar instrumentos, em nome da herança cultural, de desenvolvimento das potencialidades tanto para o lazer quanto para o desenvolvimento econômico da cidade e da região mesmo que para o turismo, assumindo uma diversidade de atividades econômicas. Nesse contexto, podemos analisar que, através da (re) apropriação do espaço herdado para novas atividades, ocorre a reinvenção do cotidiano, sem impedir de privilegiar valores culturais.

No entorno do mercado e presente no centro histórico, encontramos construções de diversas temporalidades, porém não menos importantes em relação ao prédio da Alfândega como o prédio da Câmara do Comércio, sem mencionar a Praça Xavier Ferreira, todos representativos na formação sócio-espacial citadina e, conseqüentemente, na identidade da mesma. Na imagem que segue, podemos observar, da direita para a esquerda, respectivamente: Biblioteca Municipal, Doca do Mercado, Mercado Público, Clube do Comércio e Alfândega.

Figura 28. Vista aérea do cais e sua relação com a cidade

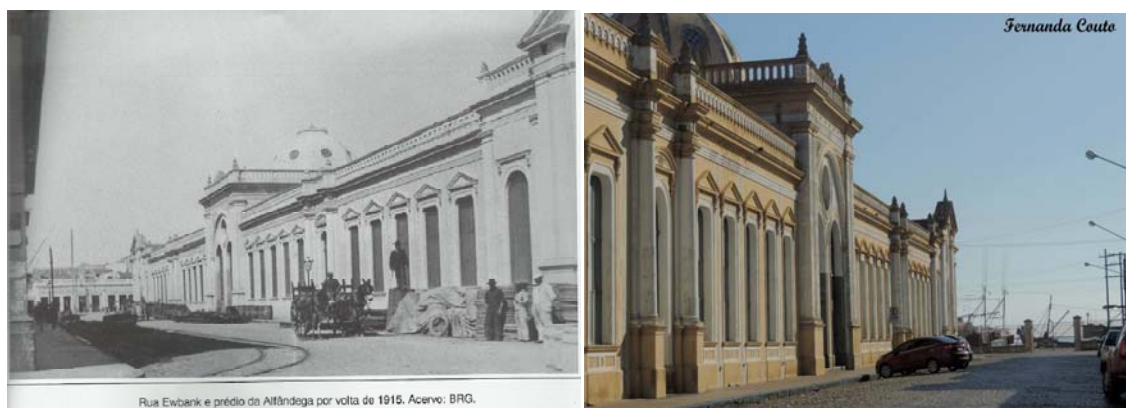


Cartão-postal década de 1950 (BRG). Primeira fotografia aérea com navios no Porto em 1927. PACAP.

Fonte: Imagem extraída da obra *Memórias do cais* (TORRES, p.50)

Os estudos encontrados na obra de Torres (2011) contribuem como documento à presente análise, devido ao importante registro cultural e identitário, como também das diferentes relações contidas no espaço-tempo e para identificar relações cotidianas que conferem a identidade da cidade, inerente ao cais. O estudo fomenta o argumento de que estudos prévios sobre a história que são de grande relevância na elaboração de projetos de revitalização e fundamentais ao sucesso, tanto da apropriação quanto dos benefícios que a mesma pode proporcionar às atividades turísticas. Ainda através do relatório citado, podemos analisar que diversas atividades comerciais não pertencentes ao contexto histórico, mas, de alguma forma, representativas das relações da história mais recente de empobrecimento da cidade, como o caso de lojas destinadas a atividades de comércio popular varejista, a exemplo das dedicadas à venda de sapatos e da inserção do comércio informal no interior do mercado, chamado “camelô”.

Figura 29. Prédio da Alfândega, tombado como Patrimônio Histórico Nacional. Fundação datada do ano de 1804, hoje abriga o serviço público da Receita Federal.



Fonte: *Memórias do cais: o Porto Velho do Rio Grande*

Fonte: Fernanda do Couto

No entanto, na contemporaneidade, além da apropriação da cultura e das atividades tradicionais, com atribuição de valor das mesmas, há uma tendência homogênea e hegemônica sob a qual se propõe o projeto do Porto Velho do Rio Grande, que se constitui no comércio “do” próprio espaço: o turismo. Esse comércio se destina à venda de *souvenirs*, que atribuem valor, ao se apropriar dos atributos paisagísticos e histórico-culturais em nome (mesmo que velado) de uma economia contemporânea de explorar “nichos” que a cidade oferece, seja diante da história ou da “natureza” das cidades do mundo. Serpa (2011, p.36) destaca que, na contemporaneidade, “As sensações, o divertimento e o espetáculo são, afinal,

a essência dessa "assimilação consumidora", constituindo uma cultura que é, ao mesmo tempo, de massa e "personalizada", centrada sobre o imediatismo e a força da auto-identificação".

Figura 30. Imagem do Mercado Público e das docas; ao fundo do mercado, é possível observar o prédio da Câmara do Comércio da cidade do Rio Grande



Fonte: Perla do Couto, março de 2013.

O setor central, segundo a proposta, está subdividido em: setor central A e setor central B, entre as ruas Conselheiro Pinto Lima e Ewbank. No setor central A, encontramos a área de contribuição e a área funcional, enquanto no setor central B, apenas a área funcional. O quadro seguinte foi elaborada para uma melhor visualização e para contribuir com a discussão dessas funcionalidades propostas no projeto:

Quadro 3. Dados extraídos de uma das plantas do projeto, cedida pela superintendência portuária

Setor central			
	Setor central A		Setor central B
	Área funcional	Área de contribuição Prefeitura Municipal do RG	Área funcional
Atividades	•Doca para o pescador artesanal e atividades complementares; •Estacionamento descoberto para ônibus de turismo	•Comércio varejista e serviços; •Equipamento de caráter cultural; •Feira artesanal; •Lazer e recreação; •Estacionamento descoberto	•Equipamentos e serviços de lazer, cultura, recreação e turismo; •Restaurante e bar; •Marina pública com serviço de apoio; •Estacionamento descoberto e coberto; •Praça de eventos; •Atividades relacionadas com pesca amadora
Índice de aproveitamento		Conforme consta no local	Conforme proposta no plano geral
Observações		1. No espaço compreendido entre os prédios do Mercado e o da Câmara do Comércio, hoje ocupado por construções que descaracterizam esta área do centro histórico (posto de combustível e terminal de passageiros), propõe-se a demolição destas construções, criando um espaço aberto, que libere visuais e seja ocupado	1. Via de distribuição que complementa a malha viária existente

		por uma feira artesanal de estrutura leve e transparente. 2. Propõe-se liberar para uso exclusivo do pedestre a área definida pela praça Xavier Ferreira, rua dos Andradas, cais do porto e largo dos pescadores, com acesso eventual de carga e descarga e outros serviços.	
--	--	--	--

Fonte: Planta do projeto de revitalização cedida pela Superintendência do Porto do Rio Grande e adaptado por Perla Duarte do Couto

Ao passarmos pela breve revisão histórica, no início deste capítulo, e nos depararmos com parte da descrição contida no projeto (Quadro 3), de imediato torna possível analisar o projeto de maneira diferenciada da primeira etapa realizada no setor oeste. Essas diferenciações podem revelar caracteres do setor em foco, os quais evidenciam o "valor histórico", reconhecido institucionalmente, até mesmo por pertencer ao centro histórico e, no entorno, haver prédios de valor arquitetônico e cultural, classificados como patrimônio histórico. O que podemos observar é a preocupação com o atributo histórico da materialidade existente, representante do passado de opulência, que podemos constatar pelas formas (materiais e imateriais) encontradas na área.

Consideramos que a “descaracterização”, conforme é notada no projeto, representada por certas atividades, a exemplo da estação hidroviária presente na proximidade do Mercado Público, também faz parte da constituição histórica da cidade, mesmo com temporalidades diferenciadas. Os frequentadores da área, os quais, de alguma forma, integram a constituição da reprodução espacial, também estão presentes nesses espaços considerados “descaracterizadores”. É importante ter atenção em outros processos de revitalização para que, em nome da historicidade cultural, não se perca a identidade do local, em benefício da “produção espacial de cenários”, como ocorre na maioria das áreas convertidas ao turismo, cuja consequência é a expulsão de parcela da população:

Deve-se falar na construção de processos identitários que não procedam à reificação da cultura popular nem da cultura dominante, para a construção de algo realmente novo. A desigualdade é gerada, em última instância, pela “identidade” como algo fundante. É isso que possibilita a consolidação de processos políticos caracterizados pela luta por hegemonias universais. Mas se ao invés da “identidade”, é a “diferença” o elemento fundante. Gera-se igualdade e, ao mesmo tempo, abre-se possibilidade de um processo político caracterizado por hegemonias localizadas múltiplas e instáveis. (SERPA, 2011, p. 143-144)

Contudo, deve-se atentar a uma análise que não negligencie determinados detalhes que possam suprimir usos e apropriações de outros períodos e afetar o cotidiano do local, como ocorre no caso das estruturas existentes além do patrimônio histórico institucionalizado. A funcionalidade do local, de vital importância a dinâmica urbana contemporânea, posto que um dos objetivos do projeto de revitalização é o retorno ao porto, ao cais pela população local (moradores da cidade), ou seja, a identidade construída através do cotidiano deve ser relevante ao planejamento da área. A construção da identidade inclui as matizes espaciais marcadas nas relações espaço-temporais e torna-se importante observar para além do que é considerado cultura do ponto de vista da conservação histórica e, logo, da hegemonia, isto é, a imposição por grupos sociais específicos. Com isso, não podemos considerar que algumas edificações sejam descaracterizadoras, à medida que representam um dado período ou funcionalidade na área. Podemos ainda, em nome da identidade, considerar as diferenças aqui entendidas como as particularidades que levam a reafirmar a apropriação e, por conseguinte, o possível sucesso do projeto.

Dessa maneira, podemos traduzir como uma real apropriação o fruto da relação sócio-espacial pela população, a qual evidencia o valor de uso de determinados locais e, assim, encontrar nas diferenças (particularidades locais) a identidade. A partir do reconhecimento de tais particularidades, em comparação a outras áreas portuárias revitalizadas (processo homogêneo), podemos reconhecer o local em estudo como patrimônio tanto histórico quanto público, ainda que se desenvolvam atividades voltadas ao turismo. Entendemos que, devido a necessidades ou até mesmo ao decorrer da história, diante de crises econômicas ou mesmo das relações estabelecidas no cotidiano, alguns espaços urbanos são apropriados de maneira que não seguem uma cronologia espacial única, aqui traduzida por reapropriações. A complexidade das relações espaço-temporais se funde, revelando espaços únicos, mas que contém as diversas relações, principalmente no ponto que tange à economia e à política e, assim, à urbanidade, inserida em um contexto espacial na escala mundo e a cidade como construção ideológica. A respeito da venda do urbanismo, no caso presente, do centro histórico e não de moradias e de imóveis: “Com ou sem ideologia, torna-se valor de troca”. (LEFÈBVRE, 2004, p.32)

Logo, podemos inserir as velhas formas no processo de revitalização como uma "tendência" mundial de aglutinar espaços vazios (*friches*) ao sistema que valorizará a área e a recolocará no "mercado", no sentido de agregar valor de troca em supremacia do de uso. Um bom exemplo é a mudança de estruturas como a do terminal hidroviário sem a consulta dos

populares por meio de audiências. Essa relação pode ser entendida, na perspectiva de Leite (2004), como contra-usos da cidade, nos quais o caráter público coletivo possibilita que a sociedade construa, através das práticas, espaços abertos, no sentido de apropriação no cotidiano. Assim, abre-se a possibilidade da construção sócio-espacial de ordem política. Entendemos como contra-usos da cidade a real apropriação, a expressão das relações sócio-espaciais resultantes do espaço geográfico que encontramos imerso em contradições. Nesses termos, afirma Lefèbvre (2002, p. 27) “na rua, e por esse espaço, um grupo (a própria cidade) se manifesta, aparece, apropria-se dos lugares, realiza um tempo apropriado. Tal apropriação mostra que o uso e o valor de uso podem mesclar com o valor de troca”. A realidade posta da revitalização do porto retrata esta relação dual de uso mesclada ao de valor de troca pertinente as relações espaciais urbanas, aliada à contribuição dos autores para a reflexão de que nem sempre o planejamento se dá de maneira eficiente, ou seja, não contempla a realidade, pois a produção e a reprodução espacial não acontecem dissociadas do movimento social do habitar e do papel que o local exerce frente aos usuários. Somado a isso, o valor cultural é indissociável de qualquer intervenção no centro histórico, o que também consta no projeto, nos seguintes termos e sob o título de "fundamentação":

A Secretaria do Estado da Cultura ao perceber a cultura como uma atividade rentável, portanto propulsora do desenvolvimento econômico de uma comunidade, constatou que a cidade do Rio Grande requer que certas medidas sejam adotadas para implementação do turismo cultural, baseada no fato de que, além das atrações turísticas tradicionais (convencionais) ali existentes (praia, barcos, museus, parques...), há um aspecto mais relevante: a memória registrada nos bens histórico-arquitetônicos, constituindo o patrimônio ambiental urbano.²⁸

Diante do fato de que tal localidade abriga uma multiplicidade de usos, como, por exemplo, da estação hidroviária ao Museu Histórico (prédio da Alfândega), ou seja, de possíveis atividades cotidianas a atividades culturais pouco exploradas diante da multiplicidade proporcionada pela área em questão.

As múltiplas atividades referidas induzem a um cuidado para manejá-las, a fim de não correr o risco de um esvaziamento do local, ao passo que a diversidade de atividades promove a interlocução entre as mesmas; afinal, trata-se de um único projeto embora haja divisão e tipologias de usos. Se por ventura não houver investimento e planejamento adequado entre as

²⁸ Trecho retirado do Anexo II (DELIMITAÇÕES E DISCIPLINAMENTO DO ENTORNO DOS BENS CULTURAIS TOMBADOS, LOCALIZADOS NA ÁREA CENTRAL DA CIDADE DO RIO GRANDE), do projeto cedido pela superintendência portuária (p. 9-10).

atividades turísticas em consonância com o projeto e seus devidos usos e apropriações (principalmente do ponto de vista de investidores), os investimentos nesse empreendimento serão em vão. Para além de um simples discurso segundo o qual a hidroviária descaracteriza o centro histórico, continuemos com a fundamentação das instituições que tratam da história bem como do patrimônio de toda a área e que, conforme os avaliadores, os imóveis sob ausência de incentivos "encontram-se em processo de franco processo de degradação, o que compromete o "promissor mercado do turismo cultural":

[...] faz-se urgente reafirmar o caráter de referencial histórico-cultural do centro do Rio Grande. E isto poderá ser obtido a partir da definição de um modelo espacial através de instrumentos de controle urbanísticos capazes de manter a identidade da cidade do Rio Grande, intensificando seus atributos históricos e sua vocação portuária.²⁹

Em contrapartida ao estudo apresentado no projeto e do ponto de vista da produção sócio-espacial, o espaço que compreende a hidroviária bem como as relações sociais constituídas a partir dessa localidade, levam à reflexão de que, embora não faça parte dos bens tombados, possa integrar a cultura e o cotidiano da cidade do Rio Grande. À medida que reconhecemos como cultura toda e qualquer prática espacial com negação da produção sócio-espacial, somos levados à produção (re)produção espacial com resultado de cenários, ou seja, de espaços exclusivos de valor de troca "do" espaço. Para referenciar o entendimento de cultura e um maior entendimento em relação a ela, ao patrimônio e à ação de produção do espaço urbano, são úteis as palavras de Serpa (2004, p.141) e a afirmação da importância de: "Buscar uma ideia de "cultura" que abarque as representações e práticas sociais e as possíveis peculiaridades das manifestações culturais populares parece, a princípio, tarefa ingrata e complexa...". Sua reflexão é bastante plausível para a contemporaneidade, visto as cidades apresentarem políticas que, em nome de uma "cultura", apropriam-se de juízo estético e se tornam estratégias econômicas para agregar valor e, muitas vezes, segregação espacial ou ainda causar impactos que marcam o processo de produção e reprodução sócio-espacial. Ainda segundo Lèfebvre, a respeito do direito à crítica nas decisões se dá por estar relacionada à ordem de processos por sistemas que impedem considerar experiências do

²⁹ Trecho retirado do Anexo II (DELIMITAÇÕES E DISCIPLINAMENTO DO ENTORNO DOS BENS CULTURAIS TOMBADOS, LOCALIZADOS NA ÁREA CENTRAL DA CIDADE DO RIO GRANDE), do projeto cedido pela superintendência portuária (p. 10).

cotidiano: "Um processo, dificilmente reversível põe-se em curso após a renúncia". (LEFÈBVRE, 2004, p.129)

Na perspectiva do patrimônio público e cultural, continuemos a reflexão acerca do Mercado Público Municipal (centro histórico), o qual abriga também diversos conflitos de interesses e de usos, com o objetivo de contextualizar o Mercado Público no projeto de revitalização.

Outro aspecto que podemos observar no Quadro (nº 3), destacamos, assim como nos demais setores, refere-se à mobilidade, representada em estacionamentos cobertos e descobertos. A mobilidade é um aspecto de urgência, por ser um dos maiores problemas enfrentados nas grandes cidades, e a cidade do Rio Grande, em pleno desenvolvimento, não é diferente, devido ao grande número de veículos que circulam pelo chamado centro comercial e histórico. A imagem a seguir denuncia que o entorno do mercado e da área proposta para exclusivo trânsito de pedestres encontra-se ocupada por veículos.

Figura 31. Estacionamento de carros no largo entre o mercado e o cais



Fonte: Perla do Couto, janeiro de 2013

Por outro lado, no setor em destaque, há a proposta para a área entre os prédios do Mercado Público Municipal e o da Câmara do Comércio, ocupada pelo posto de combustível e pelo terminal hidroviário: a demolição dessas construções, com a criação de espaço aberto para liberar visuais e ser ocupada por uma feira artesanal. Nesse contexto, ocorre a liberação para exclusivo uso de pedestres, conforme descrita no quadro: “uso exclusivo do pedestre, a área definida pela Praça Xavier Ferreira, Rua dos Andradas, cais do porto e largo dos

pescadores com acesso eventual de carga e descarga e outros serviços”. No entanto, as reestruturações propostas não referenciam e não compreendem o mercado como prioridade para tal transformação. É mister destacar a negligência da integração com o mercado, localizado em tal área. O descaso pode ser explicado com o fato de haver conflitos entre os ocupantes e alguns atores envolvidos com o processo de revitalização e restauração da edificação e atividades ali desenvolvidas. A imagem seguinte evidencia a proximidade entre as áreas descritas no quadro.

Figura 32. Área que compreende o mercado, o Clube do Comércio, a estação hidroviária e o posto de combustível



Fonte: Perla do Couto, janeiro de 2013

Fonte: Perla do Couto, junho de 2013

A edificação que abriga o Mercado Público Municipal, o qual se encontra em estado de degradação visível e ocupado por diversidade de tipologias de comércio, conforme já explicitado no Capítulo 7, carrega consigo conflitos políticos na apropriação desse espaço. Um dos mais complexos reside na ocupação do mercado pelos comerciantes, os quais não contemplam a manutenção da edificação integrante do patrimônio histórico da cidade. Segundo noticiário divulgado na mídia local, parte dos ocupantes do mercado são inadimplentes e possuem uma dívida superior a 1,1 milhão de reais³⁰. Do total de 63 chalés existentes no mercado, 24 encontram-se inadimplentes. Tal episódio gerou discussão entre os gestores, os ocupantes (representante da Associação dos Comerciantes do Mercado Público) e

³⁰ Noticiário referente à reunião ocorrida em 10/12/2012, que tratou da regularização, controle e cobrança de inadimplência dos chalés do mercado. Disponível em: <http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=3&n=37094>

os civis que acompanharam por meio da mídia. A figura colocada na sequência registra o momento da reunião ocorrida na câmara de vereadores da cidade do Rio Grande.

Figura 33. Reunião na Câmara de Vereadores tratou da regularização, do controle e da cobrança de inadimplência dos chalés do mercado



Fonte: Jornal Agora. Reportagem de Fabio Dutra, publicada em dezembro de 2012

Após a reunião e os conflitos ocorridos em dezembro de 2012, no mês seguinte, janeiro de 2013, constatamos, por meio de registro fotográfico, em trabalho de campo, o início das supostas obras de restauração da fachada do Mercado Público Municipal.

Figura 34. Registro da "restauração" da fachada externa



Fonte: Perla do Couto, janeiro de 2013

Os registros fotográficos contribuem para o acompanhamento das circunstâncias do processo de revitalização e também servem como ferramenta para a análise do mesmo. Ao passo que as obras avançam, podemos observar o descompasso entre a articulação do plano diretor, elaborado para a revitalização: verificamos que o setor oeste ainda se encontra inacabado, da mesma forma que o setor central, onde há apenas indícios da "restauração" ou reforma da fachada do mercado. Outra questão concernente à restauração do prédio em foco, “uma vez que o mercado não serve à comunidade como fator social” (nos termos de um ex-vereador, entrevistado pela mídia no dia da reunião), diz respeito ao argumento em relação a investimentos municipais, posto que a obra beneficiaria os poucos ocupantes dos chalés. Esse conflito tem raiz em um projeto de lei apresentado para a restauração do local, de onde, segundo registro da mídia, seriam retiradas verba para outros setores, no valor de (R\$ 1,3 milhão) para investir na revitalização que, segundo o entrevistado, “de um prédio público que contempla somente um grupo de pessoas que mantêm seus comércios no local”. Contudo, o projeto de restauro do mercado teve início com a restauração, mas não foi adiante conforme esperado: a mesma teve início em janeiro de 2013 e até o término deste trabalho, em fevereiro de 2014, ainda encontrava-se em obras. Nas imagens seguintes, podemos constatar, na fachada de frente para o cais, indícios da restauração:

Figura 35. Registro do início da restauração da fachada do Mercado Público Municipal



Fonte: Perla do Couto, janeiro de 2013

Figura 36. Detalhes da restauração da fachada do Mercado Público Municipal



Fonte: Perla do Couto, janeiro de 2013.

No interior do mercado nenhuma mudança havia ocorrido até o término do presente trabalho de dissertação e, segundo os comerciantes do local, a edificação apresenta diversos problemas, entre os quais, infiltração da água das chuvas pelo telhado, o que agrava a deterioração do prédio. Segundo um dos participantes da discussão, na época vereador, em entrevista concedida, o conflito existente no local já ocorre há bastante tempo:

O mercado tem várias lojas distribuídas entre várias pessoas há muitos anos. Só que o mercado como diz ele é público e ele é propriedade do município que aluga as lojas pros usuários tem os restaurantes e tal...inclusive chegou uma época que lá virou depósito de rede em parte do mercado...bom vamos voltar a fase que eu conheço mesmo que eu trabalhei nisso quando trabalhei na prefeitura em 1989 quando o Vidal assumiu a prefeitura como prefeito... uma das discussões já na época era a questão do mercado e a transformação do mercado público em centro de turismo, reforma, revitalização ...tudo que se discute hoje já naquela época...e o problema era o mesmo: os chamado donos das bancas...não são donos são locatários das bancas já metade não pagava alguns poucos pagava os alugueis e o prefeito na época também não teve...não teve força... vontade pra enfrentar isso néh. Outros prefeitos depois do Vidal a mesma coisa não enfrentaram a questão dos locatários do mercado inclusive vários deles transferiram as bancas pra terceiros que não podiam transferir as bancas que tinham uma atividade fim desvirtuaram pra outras coisas os corredores do mercado ficaram cheios de gente aquela coisa de vendedores...tudo aquilo. bom no final do ao passado não foi diferente só que a discussão no final do ano passado foi um pouquinho mais grave... porque o prefeito...o prefeito na época o Fabio ...eles Tentaram fazer aquelas reformas que não tem nada de reforma não foram feitas...meses e meses dinheiro gasto e não mudaram [...]³¹

³¹ Entrevista concedida por representante da Câmara dos Vereadores, presente na reunião com comerciantes ocupantes do Mercado Público. (Entrevista concedida em dezembro de 2013)

Com as discussões geradas pelo conflito ocorrido, é possível concluir que os comerciantes ocupantes do local não cumprem a manutenção do antigo mercado, fato que gerou divisão de posições entre os vereadores representantes do poder público na reunião com os usuários dos chalés do mercado e, dentre eles, os comerciantes inadimplentes. A seguir (Figura 33), imagens representando alguns dos diversos tipos de comércio existentes no local.

Figura 37. Interior do Mercado Público Municipal



Fonte: Perla do Couto, janeiro de 2013.

Durante a pesquisa, a análise nos revela complexa relação do setor central, principalmente no Mercado Público, em comparação ao plano elaborado para o processo de revitalização. A complexidade ocorre para além da articulação com a obra (revitalização) na sua totalidade, com o entorno, mas também nas próprias dependências do prédio, visto que é um espaço público, sem mencionar a pertença ao patrimônio histórico e o fato de localizar-se junto ao Porto Velho, algo que o diferencia de outros mercados públicos. No local, os comerciantes o ocupam com diversos tipos de comércio, que compreendem, desde lancherias, restaurantes, lojas de sapato, peixarias, artigos tradicionalistas gauchescos e equipamentos de pesca até camelôs, conforme já mencionado. Ainda na fala do entrevistado presente na reunião relacionada aos conflitos de uso e apropriação no local:

[...] enquanto não enfrenta essa questão dos locatários não adianta os caras tentarem fazer plano diretor pro mercado não adianta pode fazer o plano que fizer não adianta mudar o plano diretor pro mercado e não mudar a atividade por exemplo tu ter um camarada vendendo sapato no corredor. não adianta tu dizer assim óh...pode até vender ter no plano diretor que pode vender sapato não sou nada contra o cara vender sapato (risadas) mas não no corredor né. os corredor lotado e tu ter o cara vendendo pinto, patinho e passarinho dentro do mercado aquele troço que fica um fedor, uma sujeira. A prefeitura tem que enfrentar isso... primeiro tem que juntar fazer uma audiência... pessoal que trabalha vê o que? que vamos fazer com o mercado e essa reunião foi mais ou menos isso todo esse troço deu toda essa discussão. E depois em dezembro deixei de ser vereador né (risadas) e ai eu não

acompanhei mais pelo que tenho visto eu acompanho algumas coisas e não vi acontecer mais nada [...]

O conflito veio à tona com a intenção da prefeitura e dos gestores de restaurar o prédio, sendo parte da revitalização na área do cais onde o mesmo se encontra e, conforme observamos na entrevista, não há resultados concretos. O plano de revitalização direcionava atividades voltadas ao turismo, como, por exemplo, bares e restaurantes que contemplassem os atributos da cidade histórica e paisagística bem como lojas de *souvenir*, seguindo o modelo clássico dos mercados públicos revitalizados o que não é possível devido à apropriação indevida por parte de um pequeno grupo em relação ao espaço que é público. Na reunião, um dos pontos de pauta foi a abertura de licitação para a ocupação dos chalés, motivo que gerou conflitos entre os ocupantes (comerciantes) e os gestores; por outro lado, os comerciantes e alguns vereadores presente defenderam a regularização da inadimplência e a continuação da ocupação do mercado como vem sendo feita.

Diante da situação, podemos depreender conflitos como a mudança da estação hidroviária para as dependências de um dos armazéns, a inadimplência e a ocupação indevida do espaço público do mercado como pontos de destaque no processo de revitalização no setor central. Com isso, é possível identificar, através das análises realizadas, que os conflitos permeadores desse processo no Porto Velho são particulares, diferenciando-se dos processos gerais acerca das obras de revitalizações. Por tal ângulo, a resolução do conflito parte da escala do local, da prefeitura municipal, responsável pela gestão do patrimônio público coletivo e pela sua manutenção. Nesse caso o agravante está no fato de que o prédio, além de público, é patrimônio histórico, e o mercado é fundamental à estratégia da obra de revitalização, principalmente para a tomada do viés turístico e nas atividades com o entorno, no centro histórico, como também com os demais setores da revitalização. Por outro lado, o entrevistado responsável pela obra no setor leste considera os conflitos e o processo lento naturais no contexto das revitalizações:

[...] segue um processo que eu considero um processo normal porque é uma proposta bastante complexa ela envolve diferentes ...agentes e... ela começou já a um tempo e está agora continuando, mas como já trabalho já a muitos anos em grandes projetos eu não eu não vejo nada fora da... fora da de uma normalidade mesmo então... o próprio cronograma ele é um cronograma... cronograma que se ajusta a uma série de momentos os momentos econômicos os momentos políticos momentos difere...momentos ambientais [...]³²

³²Entrevista concedida pelo atual responsável pela obra no setor oeste (Rincão da cebola)

Questões que permeiam as relações comerciais existentes desde a fundação do mercado público e que vêm sendo marcadas nos últimos tempos, com o advento da revitalização, são as estabelecidas entre os comerciantes e o espaço público propriamente, representado pelo mercado. Nesse caso, os conflitos que podemos destacar são de ordem política, econômica e administrativa em relação aos comerciantes e ao patrimônio público e histórico, conforme já mencionado. O que conduz à diferenciação espacial para além dos setores leste e oeste são os conflitos encontrados em cada localidade. Embora esse setor possua diversos atributos, não podemos deixar de trazer à luz a problemática existente no mercado: patrimônio público subutilizado, tanto no uso coletivo quanto sob o ponto de vista econômico. Outra questão relevante no conflito em destaque é a impotência dos órgãos públicos, principalmente do governo municipal, em sua incapacidade de resolver tal problema por décadas, conforme relata o entrevistado (ex-vereador).

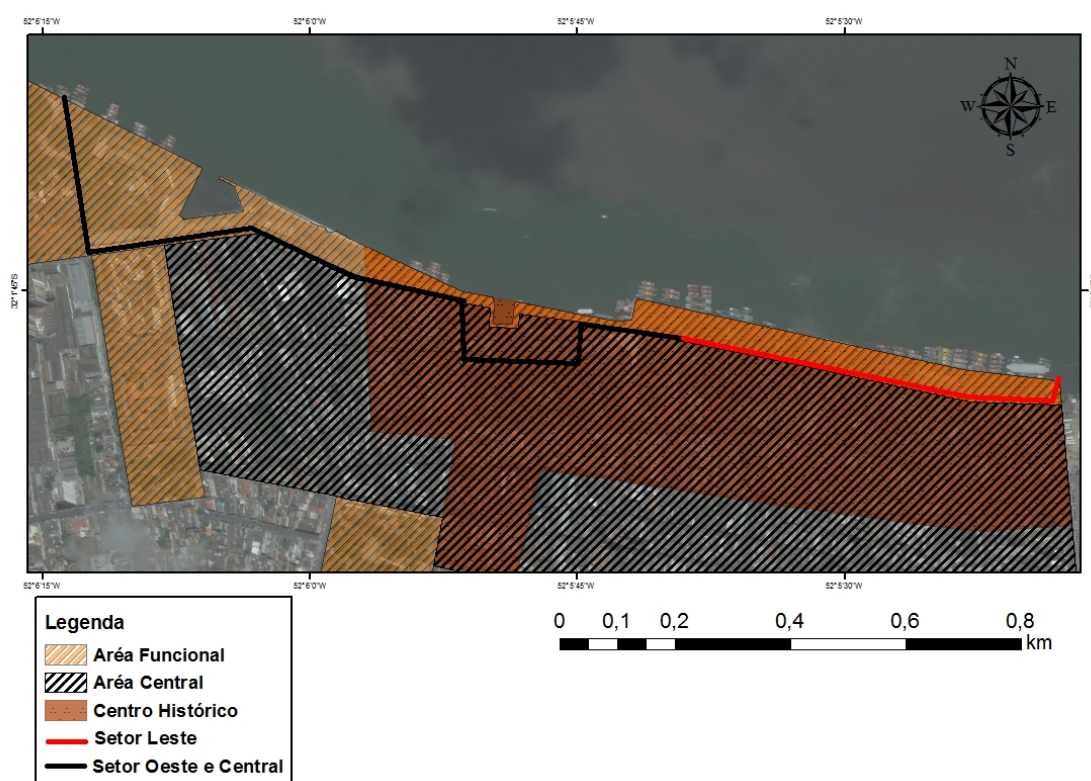
Enfim, a respeito da revitalização do setor central, concluímos, ao longo deste capítulo e com o amparo dos dados coletados no próprio plano de revitalização e depoimentos extraídos das entrevistas e das imagens coletadas em trabalho de campo, que, em face de realidade, encontramos o setor central estagnado sob quaisquer aspectos referentes à revitalização. Os conflitos existentes neste setor são bastante relevantes ao planejamento e ao projeto de revitalização ao tratarmos de particularidades referentes ao patrimônio histórico e que como podemos constatar encontra-se em processo de degradação. Além do aparente deterioro das edificações a burocracia, os conflitos de interesses político-econômicos são, muitas vezes, entraves no processo de reestruturação. Neste caso, do mercado público, tornou-se um limite a inserção do mesmo no processo de revitalização do centro histórico. Esta relação entre os locatários e poder público evidencia tanto na a estrutura urbana, nos usos e preservação, quanto para os usuários o desafio entre possibilidade e os limites contido nos projetos e com eles os conflitos na execução principalmente ao tratarmos de espaços públicos principalmente quando envolve o patrimônio histórico.

5.3 Armazéns do Porto Velho (setor leste)

O armazém do antigo porto, situado no chamado setor leste, possui, assim como os outros setores, um plano de reestruturação próprio para a área. De acordo com a compartimentação proposta, contida no projeto de arquitetura dos armazéns e no plano diretor (para a revitalização), todos os armazéns serão mantidos, com propostas para a revitalização sob a condição de “novos” usos. Conforme podemos analisar na figura a seguir, o setor leste

localiza-se tanto no centro histórico quanto na área funcional, o que significa relações com o projeto de revitalização semelhante ao setor central, no que tange ao plano diretor, porém com diferenciações particulares na gestão do patrimônio. Os armazéns são de responsabilidade administrativa da superintendência portuária e se encontram em estado de conservação regular, além de abrigar o Museu Náutico (atividade cultural) e a Festa do Mar (veremos com maiores detalhes ao seguirmos o presente capítulo).

Figura 38. Representação da área onde o setor leste está inserido, frente ao planejamento urbano da Prefeitura Municipal do Rio Grande



Fonte: Elaborado por Ricardo Cunha e Perla do Couto, em novembro de 2013

Segunda consta no projeto serão aceitas intervenções tanto no interior quanto no exterior desde que respeitem critérios internacionais para intervenções em prédios históricos, principalmente no que se refere a elementos arquitetônicos originais. Além disso, serão vetadas construções entre os armazéns e o cais, salvo elementos que possibilitam a permeabilidade visual e/ou que não influam no visual entre a lagoa e o casario em frente ao Porto Velho.

Figura 39. Vista aérea, em primeiro plano, dos armazéns do Porto Velho



Fonte: Superintendência do Porto³³. Foto de João Paulo Ceglinski

Os dados arrecadados para a presente pesquisa permitem analisar a valorização estética e material da historicidade citadina, abordando neste capítulo revitalização nos armazéns do porto, por meio de seu conteúdo histórico e usos, desde sua gênese, usos no presente e os usos pretendidos sob os pontos de vista da revitalização

Diante das pesquisas realizadas é indicado que o setor leste será diferenciado dos demais, ao contemplar usos coletivos, voltados a atividades culturais já evidentes, pois além da proposta registrada no projeto, ele abriga atividades como o Museu do Porto e a Festa do Mar. As relações existentes no local, aliadas à proposta e às teorias relativas à valorização espacial, por meio da utilização de espaços públicos, como empreendimentos urbanos, propõem importante reflexão ao setor leste.

Para tanto, no âmbito da valorização do aspecto cultural e histórico, é interessante dar atenção ao que Serpa define como “Turismo e espetacularização”:

No período contemporâneo, o “consumo cultural” parece ser o novo paradigma para o desenvolvimento urbano. As cidades são reinventadas a partir de da reutilização de formas do passado, gerando uma urbanidade que se baseia, sobretudo, no consumo e na proliferação (desigual) de equipamentos culturais. (SERPA, 2011, p. 107)

³³Disponível em: http://www.portoriogrande.com.br/site/imprensa_midia_galerias.php

No caso das propostas do setor leste, elas são baseadas em atividades já disponíveis na localidade, abrigando um museu e a Festa do Mar. A "Festa do Mar" se propõe a ser um evento popular, porém não contempla tal quesito devido ao fato de ser privada, com participação restrita pelos portões fechados em que o acesso ocorre a partir da cobrança de um valor monetário para acesso assim como aqueles que irão comercializar seus produtos e serviços. O quadro apresentado, em parte, apresenta condições que levam à relação público-privado e que negligenciam ao mesmo tempo em que reinventam uma cultura que, de fato, não exprime a força, a potencialidade cultural a qual, por sua vez, traduz as relações sócio-espaciais genuínas, presentes na formação espacial.

Em se tratando da conversão de espaços urbanos em espaços para festividades de "marketing turístico" e que, em muitos casos, a própria cidade se torna cenário "feira mercadoria" sob a especulação turística, conforme encontramos exemplos em diversas localidades pelo mundo e, para o processo de revitalização que ocorre de maneira homogênea, não podemos descartar a ocorrência de possível "mercadorização" no Porto Velho. No entanto, a cidade do Rio Grande/RS, que não explora a atividade turística de maneira ostensiva na cidade histórica e de apelos à "natureza", restringe-se a explorar espaços limitados com público igualmente limitado. Um grande exemplo é a Festa do Mar, que também vende e apropria-se da imagem de cidade marítima com cultura voltada às atividades do mar; porém, pode ser considerada um "cenário" criado nas dependências dos armazéns do Porto Velho. Cenário é o termo utilizado por teóricos, relacionado às revitalizações urbanas e explicado no fato de a apropriação de atributos da(s) cidade(s), os quais não contemplam a apropriação coletiva, da sociedade.

Figura 40. Imagens da Festa do Mar



Fonte: João Paulo Ceglinski. Disponível no endereço eletrônico da Superintendência do Porto³⁴

No projeto os gestores não possuem de maneira específica e pré-estabelecida uma definição extra para atividades a serem implementadas para os armazéns, embora possamos encontrar descritas no projeto algumas intenções de usos. O entrevistado representante da superintendência portuária salienta que o importante é a “existência do projeto e que algo será feito”. Entretanto, encontramos descrito como plano para funções na área do setor leste o seguinte, quanto ao regime urbanístico e à área de contribuição exigida pelo regulamento do concurso:

Quadro 4. Quadro esquemático pra apresentar proposta referente à área do setor leste

	Setor Leste	
	Área funcional	Área de contribuição
		Prefeitura Municipal do RG
Atividades	Comércio e serviços; Área de lazer, cultura, recreação e turismo	Praça; Estacionamento coberto e atividades de apoio

³⁴Disponível em: http://www.portoriogrande.com.br/site/imprensa_midia_galerias.php

Taxa de ocupação	Coberta conforme consta no local; Coberta aberta: até 25% do que consta no local	90% para estacionamento aberto; 5% para apoio ao estacionamento
Observações	1 propõe-se a construção de terminal hidroviário para São José do Norte à rua Barroso 2 Armazém 1 3 Armazém 2 4 Armazém 3 5 Armazém 4 6 Armazém 5 7 Estacionamento descoberto	Propõe-se vias de circulação e acesso de veículos ao terminal hidroviário e ao estacionamento; Ponto de parada - ônibus transporte urbano para terminal hidroviário e estacionamento

Fonte: Parte integrante da planta cedida pela superintendência portuária, realizada pela equipe do Arquiteto Raul Macadar. Adaptada por Perla Duarte do Couto

O setor leste abrange os armazéns do porto onde, até então, nenhuma intervenção havia sido realizada através do projeto de revitalização. O museu indica atividade cultural embora não haja ações de fomento à visitação até mesmo porque a cidade não possui uma política ostensiva voltada ao turismo, tampouco levá-lo à cultura de massa. O museu náutico é destinado a abrigar o acervo da história do Porto do Rio Grande e a "contar" parte da sua história. Na sequência, imagem do interior do armazém que abriga o museu.

Figura 41. Museu náutico nas dependências dos armazéns do Porto Velho



Fonte: Perla Do Couto, janeiro de 2013.

Outra proposta de uso para o setor leste é abrigar a realocação da estação hidroviária, que atualmente se encontra no setor central, para junto de um dos armazéns. Também podemos observar, da mesma forma que nos outros setores, a “preocupação” com a mobilidade urbana, devido à menção à necessidade de estacionamentos tanto para veículos privados quanto coletivos de transporte urbano. Além disso, estão previstas a criação de um centro de convenções, com espaço multiuso para exposição de artesanato, de produtos industriais do Rio Grande do Sul, leilões e lançamentos comerciais de produtos e outros; de um espaço permanente de representatividade para a Festa do Mar; de pequenas lojas de conveniências, de artigos para turistas e de comércio em geral, compatível com a escala do empreendimento; de restaurantes e bares; de um espaço de multiatividades de lazer e cultura: teatro, cinema, local de exposições culturais; de pequeno parque infantil temático-interativo, relacionado à atividade portuária e de local de recreação infantil.³⁵

É importante, contudo, ao planejamento para áreas a serem revitalizadas estabelecer planos viáveis ao desenvolvimento urbano, tanto do ponto de vista econômico quanto social, no nível do cotidiano. Devido a esse desenvolvimento econômico e social, advindo da revitalização com bases no turismo, a criação de empregos vem dotada de intenções de lucros e, com isso, segundo Serpa (2011, p. 108), “O discurso é sempre o da criação de empregos e

³⁵Conteúdo do projeto disposto no edital/ item 5, intitulado "Pressupostos básicos" (p.7).

do planejamento estratégico, baseado na parceria público-privada”. Nesse caso, há a necessidade da criação e do fomento de programas que qualifiquem a população para voltar-se à demanda das atividades turísticas, com vistas a não correr o risco de o objetivo de inserir a cidade histórica na diversidade econômica da cidade e, com o uso desse recurso por pequena parcela privilegiada da sociedade, mais uma vez Serpa (2011) chama nossa atenção: “Reproduz-se a velha lógica de concentrar os lucros nas mãos de poucos empreendedores e de empregar a população local em funções subalternas, sem programas efetivos de qualificação de mão de obra ou de estímulo a microempresas do turismo”.

Diante do exposto, podemos apreender que o setor leste propõe usos voltados a atividades do turismo, no âmbito da cultura e lazer. Atualmente representada pela Festa do Mar, proposta para atividades culturais (museu náutico) são as únicas atividades desenvolvidas no local, ou seja, o projeto não saiu do papel e, conforme mencionado pelos entrevistados, encontra-se sob o risco de mudanças no projeto de acordo com a demanda advinda das necessidades surgidas.

O caso da realocação da estação hidroviária, serviço prestado por empresa privada e de uso coletivo, ao se estabelecer em um dos armazéns, sugere a reflexão sobre apropriação de um bem público e, logo, a relação de parcerias entre o público e o privado embora, no caso em pauta, de interesse social. “As relações de propriedade podem inviabilizar muitas vezes a apropriação social do espaço público no contexto urbano” (SERPA 2011, p. 38). O autor sublinha ainda na direção de limite entre costumes legítimos a apropriação quando há alteração de costumes, no caso da realocação da hidroviária, sem a consulta dos usuários ou sem a participação popular de forma geral, forçado numa artificialidade, segundo o autor, uma “não apropriação como restrição a apropriação concreta”.

Contudo, o projeto, que ainda não saiu do papel, evidencia a intenção de converter o local não apenas para uso de uma diversidade de pessoas, mas para a valorização e a exploração por meio do turismo e do que Serpa (2011) chama de “festa mercadoria”. Portanto, é importante planejar a cidade para não sucumbir a centralização de renda em nome da cidade histórica, que Serpa (2011) denomina cidade-mercadoria, a qual, segundo ele, passa de uma conversão de apropriação da cidade-espetáculo.

Nesse caso, a Festa do Mar, para o consumo cultural de massa, evidencia que: “o espaço da cultura de massa são “campos transversais”, ao mesmo tempo geradores e destruidores de “identidades” além das festas relacionadas à atividade turística: “a conquista

dos “espaços turísticos” se dá em última instância, através de um processo seletivo de apropriação social e espacial” (SERPA, 2011, p.38). Podemos observar, dentro do planejamento e neste projeto, conflitos de usos; reconhecemos, porém, que o espaço é concebido pelas contradições, o que supõe novas formas de apropriação nessa transversalidade. Conforme Serpa elucida, com bases no próprio Lefèbvre, que propõe superar o valor de uso e de troca através de um jogo lúdico no qual esses locais proporcionem movimentos, trata-se de locais de multiplicidade de encontros do possível e do imprevisto: “tem de ser teatro espontâneo”.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir esta pesquisa, apontamos alguns limites e possibilidades transversais às relações estabelecidas no nível do local, quanto à homogeneização dos processos de revitalização urbana. Podemos indicar limites, entraves da política, como a burocracia que permeia tais processos, mas que, de certa forma, imbrica o modelo homogeneizador de revitalizações do âmbito global com o local. Outro limite comum aos processos são as relações que envolvem os diversos agentes, aspecto que poderia ser benéfico às reestruturações em espaços de uso coletivo (públicos), mas de fato diversos conflitos advindos das diferentes valorizações diante dessa diversidade de interesses revela limites diante das articulações e das participações coletivas na construção e na execução dos projetos. Tais limites são revelados à medida que, ao implementar modelos, deparamo-nos com a(s) realidade(s) tangíveis e intangíveis do local, as quais configuram possibilidades; ao chocar-se, porém, com o modelo hegemônico, torna-se uma barreira, um limite à apropriação coletiva em se tratando de um espaço público e, posteriormente, do sucesso do projeto.

Já as possibilidades, embora não menos conflituosas que os limites atrelados a elas, constituem os processos locais que direcionam a valorização (de uso e troca) da cultura e do patrimônio tanto para o lazer quanto para o turismo. Nesse sentido, com a proposta de sustentabilidade, a participação dos diversos atores corroboraria tanto a articulação na construção da prática sócio-espacial, a execução do projeto; caso contrário, distancia a possibilidade da real apropriação.

Por outro lado, também foi possível constatar que, através do estado e das relações econômicas, as transformações se tornam visíveis e a ação social no *uso* desse espaço (o porto) possui o papel fundamental na apropriação, tendo em vista a afirmação da identidade local. Assim, podemos concluir que, no caso da revitalização do Porto Velho, mesmo aquém do projeto original, a sociedade exerce um protagonismo na retomada e reflexão a partir das discussões, críticas constatadas nos noticiários da mídia que, inúmeras vezes, trouxeram à tona questionamentos e posicionamentos envolvendo a relação do uso social desse local. A mídia expôs, via opinião pública, algo que foi negligenciado pela gestão municipal no que se refere ao plano diretor e à aplicação da lei: a participação popular através de audiências.

No momento em que o projeto não saiu do papel, na íntegra, por falta de recursos e pela atuação dos imbróglis burocráticos, segundo os responsáveis, a população passa a utilizar a área do setor oeste como ponto de encontro, exercendo, assim, a cidadania e o

direito ao espaço público mesmo que com pouca infraestrutura. A apropriação deu-se devido ao atrativo, seja em razão do apelo paisagístico ou da retomada da área até então infimamente utilizada; é importante salientar, no entanto, a existência de infraestrutura mínima necessária para o lazer: passeio, bancos e iluminação. Em contrapartida, o local, dotado de grande potencial histórico-cultural para o desenvolvimento de atividades de lazer e turísticas, foi negligenciado, enquanto o projeto não foi realizado conforme proposto, em função da negligência administrativa, algo evidente no resultado obtido e na articulação, no diálogo para a efetiva execução do projeto.

Já no que diz respeito à apropriação, aliada à valorização do local (valor de troca), nada foi concretizado, e a população também deixa de se beneficiar da possibilidade de diversificação das atividades referentes à economia. A aludida diversificação é urgente em nome da geração de renda e emprego e por que não, de uma vocação turística plasmada na cidade histórica, com destaque para o seu patrimônio histórico-cultural, associado às atividades portuárias e às relações cidade-porto, voltadas ao mar. Essa relação, desde sua gênese, fomentou a economia e hoje poderia representar alvo de garantias e subterfúgios para a novas funções, mas que não é apropriada nem tampouco "explorada" e alavancada pelos gestores e pela sociedade. Sob o tema das revitalizações e com bases nesse processo contemporâneo, ou seja, o processo global de "standardizar", no caso, espaços públicos voltados, por exemplo, ao lazer e ao turismo, que também podem abrir possibilidades, através das particularidades locais, para a agregação de valor material e imaterial, não é evidente, no Porto velho, até o término deste trabalho.

Outros limites estariam no não direcionamento efetivo, por parte do planejamento, dessa possibilidade, atividade turística abrindo portas às relações não tão novas no que tange à área portuária, posto sua gênese voltada à multiplicidade de atividades e de trocas culturais. Relação que deu origem à cidade cosmopolita e às adequações no cotidiano, através das práticas espaciais observáveis na cidade que encontramos hoje.

O projeto e sua compartimentação em três setores levam à constatação de que é um espaço rico em diversidade e com grande potencial para o desenvolvimento de inúmeras atividades que podem trazer não apenas ao local, mas também à cidade e à região, a garantia de *sustentabilidade da cidade*. Por outro lado, a setorização (oeste, central e leste) auxilia na execução do plano, mas também causa estranheza por estarmos tratando de um único local: o

Porto Velho. Com isso, gera certa diferenciação espacial e, logo, diferentes usos e apropriações a cada setor, desconsiderando a inter-relação entre eles.

Assim, a cidade do Rio Grande/RS, com grande potencial histórico, artístico e paisagístico, garantiria sua sustentabilidade para além das atividades navais, atualmente em destaque, em função do polo naval e das atividades portuárias do Superporto, que abrangem relações cidade-porto e de planejamento urbano diferenciadas de espaço-tempo de períodos econômicos passados. Vale salientar que a cidade já passou por oscilações econômicas, do apogeu ao declínio, e que a economia com uma única natureza não garante a sustentabilidade; por conseguinte, a estabilidade econômica, que garante o “bem-estar social”, no sentido de promover junto aos cidadãos o direito à cidade através do acesso ao trabalho e suas relações, independentemente dos ditames da economia global, também ficou abalada.

Enfim, diante da complexidade que envolve os processos de revitalização, o objetivo defendido neste trabalho se confirma, pois o projeto na cidade do Rio Grande/RS representa um estudo de caso no qual encontramos usos diferenciados, que evidenciam disputa de interesses através dos conflitos. Esses se mostram reveladores da importância nas particularidades da formação sócio-espacial e da participação coletiva desde a criação a execução do projeto de revitalização do porto velho da cidade do Rio Grande.

7. REFERÊNCIAS

- ABREU, Mauricio. Sobre a memória das cidades. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPÓSITO, Maria da E. Beltrão (orgs.). *A produção do espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2012.
- BIDOU ZACHARIASEN, Catherine. Introdução. De Volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006.
- BORJA, Jordi. 1998. Ciudadanía y espacio público. Publicado en VVAA, Ciutat real, ciutatideal: Significat i funció a l’espai urbà modern. Urbanitats núm. 7, Barcelona:
- BRASIL. Estatuto da Cidade: Lei 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília, Câmara dos Deputados, 2001, 1a Edição. <http://www.cidades.gov.br>< acesso em: 10 de março de 2012>
- CARLOS, Ana Fani Alessandri; Marcelo Lopes de SOUZA; Maria Encarnação
_____. Uma leitura sobre a cidade. *Cidades: Revista científica/ Grupo de estudos urbanos*. n.1, vol. 1, Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2004.
_____. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2004.
- O, I. E. de; GOMES, P. CCASTR. da C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
Centro de Cultura Contemporânea de Barcelona. Disponível em <http://www.laciudadviva.org/export/sites/laciudadviva/recursos/documentos/JordiBorjaciudadaniayespaciopublico.pdf-716bb2b29c8725d2ba970c143258d832.pdf>, acesso em 10/01/2014.
- COCCO, Giuseppe & SILVA, Gerardo. (orgs.) *Cidades e Portos*. Os espaços da globalização. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Espaço: um conceito-chave da Geografia*. In: CASTRO I. E. CORRÊA R. L. & GOMES P. C. C. (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. – 4ª ed. – São Paulo: Editora Ática 2004.
_____. *Sobre agentes, escala e produção do espaço*. In: CARLOS, A.F.A. SOUZA, M.L. & SPOSITO M.B.E. (orgs.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.
- GOTTDIENER, Mark. *A produção do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1984.
_____. *A Produção Social do Espaço Urbano*. Tradução: Geraldo G. De Souza. São Paulo: Edusp, 1993.
- DIEZ, Carmem Lúcia Fornari; HORN, Geraldo Balduino. Orientações para elaboração de projetos e monografias. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004
- GUTIÉRRES, García. David. *Estudio de la importancia de la actividad portuaria en el desarrollo de las ciudades portuarias*. http://biblioteca.universia.net/html_bura/ficha/params/title/estudio-importancia-actividad-portuaria-desarrollo-ciudades-portuarias/id/56232458.html, 2013.

HALBAWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

LABASSE, Jean. L'organisation de l'espace. *Éléments de Géographie Voluntaire*. p 457, 458. Paris. Hermann, 1966.

LEFÈBVRE, Henri. La production de l'espace. Paris. Anthropos, 1974.

_____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Humanitas, 2002.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2004.

LEITE, Rogerio Proença. *Contra-usos da Cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: UNICAMP, 2004.

_____. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v.17 n.49, 2002, pp.115-134.

LIMONAD, Ester; LIMA, Ivaldo Gonçalves (orgs.) Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefèbvre. In: IX Encontro Nacional da AMPUR, 2003, Belo Horizonte. p. 15 – 33.

LIPIETZ, Alain. *O capital e seu espaço*. São Paulo: Nobel, 1987.

MARTINS, José de Souza. (org.) *Henri Lefèbvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINS, Sergio. Crítica à economia política do espaço. In: DAMIANI, A. L., CARLOS, A. F.A, SEABRA, O. C. de L (orgs.) *O espaço no fim de século, a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999.

MARTINS, Solismar Fraga. *Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873 – 1990)*. Rio Grande: Editora da Furg, 2006.

_____; PIMENTA, Margareth Afeche. A constituição espacial de uma cidade portuária através dos ciclos produtivos industriais. O Caso do Município do Rio Grande (1874/1970). In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. v. 6. m.1. 2004.

MONIE, Frédéric and VIDAL, Soraia Maria do S. C. Cidades, portos e cidades portuárias na era da integração produtiva. *Rev. Adm. Pública* [online]. 2006, vol.40, n.6, pp. 975-995. ISSN 0034-7612.

PIMENTA, M. Afeche. Prefácio. In: MARTINS, Solismar Fraga. *Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873 – 1990)*. Rio Grande: Editora da Furg, 2006.

PORTO DO RIO GRANDE. Porto de Rio Grande. Disponível em: <<http://www.porto-riogrande.com.br/>>. Acesso em: 03/05/2012.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini. *A Vila do Rio Grande de São Pedro*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1987, p

Rio Grande. Prefeitura municipal. secretaria municipal de coordenação e planejamento. plano diretor participativo (2001). <http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/index.php/downloads/detalhes+83dc,,plano-diretor-de-2008.html> <acesso em: 2 de abril 2012>

SÁNCHEZ, B. Pávon. *El futuro de las relaciones poertociudad*, <http://www.udc.es/iuem/>, Doc. 6. 2003.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço*. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 2ª ed.; São Paulo: Hucitec, 1997.

SERPA, Angelo. *O Espaço Público na Cidade Contemporânea*. São Paulo: Editora Contexto, 2007c.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SPOSITO, A. *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. Editora Contexto: São Paulo, 2011

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Espaço Geográfico uno e múltiplo. *Scripta Nova*. n. 93, 15 de julho de 2001.

TORRES, Luiz Henrique. *Carlos Santos: trajetória biográfica* Porto Alegre: CORAG, 2004.

_____. Alfândega do Rio Grande: fundamentos históricos e edificações. *Biblos*, Rio Grande, n.º 17. p. 33-47, 2005. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/ojs/index.php/biblos/article/viewFile/96/50>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

_____. *Memórias do cais: o Porto Velho do Rio Grande*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2009.

VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único; desmanchando consensos*. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. CARLOS, Ana Fani Alessandre. *A (re) produção do espaço urbano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

VASQUES, Ramalho. As considerações de estudos de caso sobre brownfields: exemplos no Brasil e no mundo. *Biblio 3 w*, revista bibliográfica de geografia y ciencias sociales, universidad de Barcelona, vol XI, nº 648, 30 de abril de 2006. <www.ub.es/geocrit/b3w-648.htm>.

_____. *refuncionalização de brownfields: estudos de caso da zona leste de São Paulo – SP*. Dissertação de Mestrado, UNESP, Campus Rio Claro, 2005.

VENTURE, LuisAntonio Bittar (org.) *Praticando geografia: técnicas de campo e laboratório*. São Paulo: Oficina de Textos, 2005.

Endereços eletrônicos

<http://www.jornalagora.com.br/site/content/home/index.php> <acesso em: 26/01/2012; 12/05/2013; 09/10/2013; 27/10/2013>

<http://portosmercados.com.br/site/rede-swan-chega-a-rio-grande> <acesso em: 10/03/2012>

<http://portosmercados.com.br/site/e-o-rincao-da-cebola#respond> <acesso em: 15/03/2013>

<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=paginaInicialAc&Clr=1>

<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaInicial.do>

<http://hidroviasinteriores.blogspot.com.br/2010/12/porto-velhorio-grande-nova-etapa-da.html> <acesso em: 15 de março 2011>

http://www.portoriogrande.com.br/site/imprensa_midia_galerias.php <acesso em 2012; 2013>

